

Vanderlan Santos Mota

LAZER

habilidades históricas e educacionais

CULTURA



Edições
Governo do Estado



IAZER

habilidades históricas e educacionais



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR DO AMAZONAS
OMAR AZIZ

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS
JOSÉ MELO

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
ROBÉRIO BRAGA

SECRETARIA-EXECUTIVA
ELIZABETH CANTANHEDE
MIMOSA PAIVA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LITERATURA
ANTÔNIO AUSIER RAMOS

CULTURA
Secretaria de Estado

Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 – Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633-2850 / 3633-3041 / 3633-1357
Fax.: (92) 3233-9973
E-mail: cultura@culturaamazonas.am.gov.br
www.culturaamazonas.am.gov.br

IAZER

habilidades históricas e educacionais

Vanderlan Santos Mota


CULTURA



Edições
Governo do Estado




© Vanderlan Santos Mota, 2012


EDITOR  Antônio Ausier Ramos

COORDENAÇÃO EDITORIAL  Jeordane Oliveira de Andrade

CAPA E PROJETO GRÁFICO  Ângelo Lopes

FINALIZAÇÃO  André Martins

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA  Gráfica Moderna

REVISÃO  Sergio Luiz Pereira

NORMALIZAÇÃO  Ediana Palma

M917l Mota, Vanderlan Santos.


Lazer: habilidades históricas e educacionais / Vanderlan Santos Mota. – Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

176p. : il. ; 15x21cm.
Inclui Biografia.
Bibliografia.

ISBN 978-85-64218-53-6

1. Educação. 2. Lazer. 3. Diversão. 4. Lúdico. I. Título.

CDD 370.790.013.5
CDU 37+379.8.092



Somos um Amazonas cheio de orgulho da nossa gente, de nossas raízes, de nossa extraordinária vida cultural. Cada vez mais vamos investir no grande potencial da nossa cultura, na capital e no interior, com o foco na geração de oportunidades para novos talentos.

Omar Aziz

Mensagem proferida pelo governador Omar Aziz à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em fevereiro de 2011.

A P R E S E N T A Ç Ã O

Possui graduação de Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Faculdade de Educação Física (FEF) (1989-1991). Pós-graduação em Ortopedia – Ufam (1993). Pós-graduação em Cardiologia – Ufam (1995). Pós-graduação em Treinamento Desportivo – Universidade Salgado de Oliveira – Universo – Rio de Janeiro (1996). Pós-graduação em Gerontologia e Saúde do Idoso – Universidade do Estado do Amazonas – UEA (2008-2009). Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – Centro de Ciências do Ambiente – CCA/Ufam (2000-2002). Doutorado no Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia – PPG-Biotec/Ufam (2005-2010). Ex-chefe do Dep. de Esporte da Secretária Municipal de Esporte e Lazer – Semesp (2005). Ex-coordenador do Dep. Esporte da Semesp (2006). Ex-conselheiro do Conselho Regional de Educação Física (Cref-8) (2000-2004). Ex-coordenador e prof. pesquisador titular adjunto I da Universidade Paulista – Unip – Campus Manaus (2002-2009). Coordenador-geral da Licenciatura e bacharelado em Educação Física da Universidade do Estado do Amazonas – UEA – Sistema Presencial Mediado por Tecnologia (2008-2012). Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: lazer, qualidade de vida, po-



Lazer – *habilidades históricas e educacionais*

líticas públicas de lazer, desporto, cidade e atividade física. O presente livro é seu quinto trabalho relacionado ao tema.

Divertimento sempre

Nesta primeira parte, abordaremos o significado e o papel da diversão na civilização e suas manifestações atuais.

O filósofo francês Gaston Bachelard (1884-1962) já disse, com razão, que ninguém é noviço em nenhum assunto; que ninguém é uma folha em branco diante do conhecimento em qualquer área. Ao contrário, dizia ele, todos somos muito velhos, pois temos a idade de nossos preconceitos.

Portanto, rever ideias preconcebidas, noções herdadas, preconceitos existentes, quer os tenhamos, quer não, significa, antes de mais nada, rejuvenescer, nascer de novo no plano do conhecimento. Começaremos por uma tentativa de desmontar os inúmeros preconceitos existentes sobre o tema e que constituem o grosso do conhecimento das pessoas.

Em seguida, analisaremos as dimensões humanas do *homo faber* (o ser humano em trabalho) e do *homo ludens* (o ser humano que se diverte). No terceiro capítulo, falaremos dos diferentes significados do divertir-se na história humana e dos vários termos que o designam – a *diversão*, o *tempo livre*, o *lazer* e a *recreação*.

No quarto capítulo, trataremos das impulsões primárias do divertir-se, dos elementos que lhe garantem a chamada *atratividade lúdica*.

Finalmente, no quinto capítulo, mais longo que os demais, tentaremos mapear qualitativa e quantitativamente as formas pelas quais esse divertir-se concretiza-se nos dias atuais.

Terminaremos com uma ligeira reflexão sobre o sexo e a diversão.

1. OS PRECONCEITOS EXISTENTES SOBRE O LÚDICO

Poucas noções são vítimas de tanto preconceito como a do lúdico. Estudaremos alguns deles: o preconceito segundo o qual o lúdico é uma ocupação apenas das classes mais ricas; que sua importância é menor do que a do trabalho; que o lúdico atrapalha o trabalho; e que divertir-se é fácil.

Diversão é preocupação de ricos

Este é talvez o preconceito mais disseminado sobre a diversão. Está presente em todos os meios sociais e culturais. Muitas vezes reflete apenas a dificuldade em se divertir experimentada pela pessoa que o enuncia. Culpar a falta de recursos materiais (que, aliás, nunca serão suficientes!) é um alibi que sempre funciona.

Esse preconceito pode, ainda, traduzir um certo pudor de “falar de banquete na casa de quem passa fome”. Como falar de diversão quando há tanta gente sem casa. Sem alimentação, sem as mínimas condições de cuidar da própria saúde?

Outras vezes, trata-se apenas de um preconceito sobre a pobreza e o pobre, como se o fato de ser pobre significasse, além da falta de recursos, uma falta do desejo humano de se divertir, uma incapacidade de interagir com as demais pessoas, inclusive ludicamente...

Qual a verdade e qual o equívoco desse preconceito? Por ora, contentemo-nos com uma reflexão geral sobre o assunto, já que voltaremos a ele na análise sobre as dificuldades do divertir-se, na segunda parte deste livro.

Na realidade, qualquer pessoa que dispõe de recursos abaixo do limite mínimo para a sua sobrevivência e a de sua família tem dificuldade de acesso a determinadas formas sofisticadas de lazer, sobretudo as que implicam algum gasto, como os grandes parques de diversões, o cinema, o teatro, sem falar das longas viagens, do golfe, do tênis, da ópera etc. Isso é certo! Mas quando os recursos são insuficientes para o mínimo necessário, o que menos há para se lamentar é a falta de recursos para se divertir, mesmo porque é possível divertir-se sem gasto algum. Aliás, o cinema e a literatura estão fartos de mostrar exemplos de pessoas confraternizando-se alegremente num domingo numa favela, enquanto num iate reina o mais profundo tédio...

Grave é a falta de recursos para a moradia, para a alimentação, para a saúde, e toda a indignação e todo o repúdio que se puder demonstrar por essa chaga social serão poucos e pequenos.

Falar em divertir-se não implica falta de solidariedade com os que possuem menos. Ao contrário, as organizações que se dedicam ao lazer (centros culturais, centros esportivos, clubes etc.) quase sempre estão entre as primeiras a apoiar programas e propostas de melhoria de um quadro localizado ou geral de pobreza.

Mais adiante, na segunda parte, analisaremos o mérito da afirmativa que está atrás desse preconceito. E veremos que, paradoxalmente, o dinheiro muitas vezes é um entrave, uma dificuldade suplementar para o indivíduo divertir-se.

O trabalho é mais importante do que o lúdico

Será que as pessoas consideram, ainda hoje, o trabalho como o domínio mais importante de suas vidas? Sem dúvida! Por mais que se fale de novos tempos, o trabalho ainda permanece no centro do sentimento humano de dignidade e de identidade.

Quando se pergunta a alguém “quem é você?”, até o indivíduo mais convicto da importância do lúdico na vida responderá usando como referência sua qualificação profissional – “sou advoga-

do, dentista, jornalista etc.” – e não sua condição familiar (casado, solteiro, da família tal etc.), seu lazer (amante dos esportes ou da arte etc.) ou sua religião. Ainda hoje o trabalho define o meu “eu”, e o meu “eu” é o meu trabalho. Não restam dúvidas, pois, de que existe algo de verdadeiro sob esse preconceito.

Mas os tempos mudam. Ao invés do “viver para trabalhar”, ao invés da vida assentada apenas no trabalho, hoje passam a predominar desejos opostos, o de “trabalhar para viver”, o de aceitar os múltiplos interesses que uma vida plena pode oferecer, no trabalho e fora dele; ou, quem sabe, ainda mais radical, nem mesmo o desejo de “trabalhar para viver”, mas o de “viver apenas”.

Hoje, por exemplo, valoriza-se o pai que sabe brincar com os filhos (e não o pai sisudo e enérgico de antigamente); o executivo que mantém uma rotina saudável de práticas físicas e artísticas de lazer (e não o que “se mata” na empresa), o padre ou pastor que sabe confraternizar ludicamente com os fiéis (e não mais o profeta irado que nos ameaça com o inferno).

Os políticos, inclusive eles, hoje procuram temperar sua imagem austera com outras mais lúdicas, do esportista ou do artista. O componente lúdico torna-se, assim, desejável, mesmo no perfil psicológico de homens que devem ter uma imagem de bem-comportados. Mais ainda: o traço lúdico passa a ser importante por si mesmo na personalidade dos indivíduos.

As igrejas adotaram a música e os gestos que até então só eram vistos em momentos de lazer. Os partidos políticos inventaram o “showmício”, tentando tornar mais prazerosa a escuta das mensagens, geralmente enfadonhas, dos seus candidatos. Os governos apressam-se a projetar e a implantar espaços e instalações para o entretenimento da população.

Até mesmo as escolas (quem diria?) hoje se preocupam com o ensino lúdico, o ensino baseado no prazer. Infelizmente, nossas autoridades ainda confundem duas noções diferentes: a do tempo na escola e a do tempo de estudo na escola. Nos países mais

avançados, já se sabe da importância de a criança e o adolescente ficarem o maior tempo possível na escola, de preferência o dia todo, acompanhando a jornada de trabalho dos pais.

Já se sabe igualmente que o atual currículo das escolas compreende uma porção de conteúdos absolutamente inúteis, daí a necessidade de reduzir o tempo de estudo propriamente dito e de descobrir, com base em parâmetros atuais, que tipo e extensão de cultura geral é indispensável à formação da cidadania.

Enfim, cada vez mais a escola deve se repartir entre estudo e entretenimento, numa tríplice divisão do tempo: atividades obrigatórias (o atual currículo, porém, mais enxuto), atividades optativas (esportes, artes, aprofundamento de estudos do currículo) e atividades livres (entretenimento).

A diversão atrapalha o trabalho, o dever

O lúdico prejudica o lado sério da vida? Eis um terceiro preconceito que está disseminado em todos os setores ditos “sérios” da sociedade: *na família* – a mãe que ralha com o filho para que ele desligue a televisão e faça seu dever de casa, o pai que se angustia com a pouca vontade do filho de procurar emprego, preferindo os folguedos juvenis; *no trabalho* – o chefe que censura os subordinados entretidos com piadas no expediente; *na religião* – o padre ou o pastor que, com os olhos (e às vezes com sermões), tenta boicotar gracejos e sussurros durante o culto.

Assim, muitos setores da sociedade e muitas pessoas “sérias” ainda continuam a partilhar da crença de que o divertimento – o fácil – é o responsável pelo pouco empenho das pessoas no dever – o difícil.

Todos têm uma certa dose de razão em suas preocupações. Os exemplos acima são mais do que evidentes sobre a sua pertinência. Mas não é evitando o lúdico que as pessoas vão se ocupar melhor de suas obrigações, sobretudo quando se analisa o problema no plano social, e não no plano individual.

De fato, no passado, a diversão concorria diretamente com a produção. Quanto mais se trabalhava, mais se produzia e, inversamente, quanto mais tempo se roubava ao trabalho para se divertir, menor era a produção de bens e serviços.

Hoje, isso não é mais verdade. Uma das mensagens centrais deste livro (veja, no capítulo 3, o item “O lazer pago pelo trabalho”) será exatamente a demonstração de que hoje o tempo do lazer está previsto no tempo da produção e que, além disso, os homens já sabem produzir mais trabalhando cada vez menos e destinando um volume de horas cada vez maior para a diversão.

O lúdico não é, portanto, obstáculo ao sério. Mas podemos ir além. Hoje já se sabe até mesmo da sua importância terapêutica. Divertir-se é remédio contra o estresse do trabalho. A ludoterapia, a terapia por meio do brincar, é bastante difundida em consultórios, clínicas e hospitais. Aliás, o brincar parece ser a única porta de acesso às mentes de crianças e de pessoas emocionalmente perturbadas. As boas clínicas de drogados e viciados podem ser facilmente confundidas com hotéis de veraneio.

O brincar também é terapêutico no trato com populações marginais. Crianças e adolescentes de rua encontram nos jogos e atividades artísticas a única forma, às vezes, de comunicação com os trabalhadores sociais (assistentes sociais, animadores) e a melhor alternativa para uma inserção mais sadia na sociedade. Nova Iorque já experimentou com sucesso o “basquete 24 horas” na recuperação de menores carentes, e várias municipalidades brasileiras preparam iniciativas semelhantes.

Trabalhar é difícil, divertir-se é fácil

Onde está a verdade dessa afirmação? Certamente está no fato de que o trabalho (seja o intelectual, seja o braçal, seja o voltado para o lazer, como o de artistas e esportistas) exige disciplina, esforço, concentração, repetição, monotonia. O lazer, por seu lado, pode também exigir disciplina e esforço, mas apenas na intensi-

dade desejada pelo indivíduo que o pratica. Nesse sentido, divertir-se é mais fácil do que trabalhar.

Mas se essa reflexão esgotasse o problema, como explicar o desinteresse de crianças diante da montanha de presentes ganhos em aniversários? Como explicar a sua indiferença aos brinquedos que pareciam tão ansiosamente esperados? Como explicar rapazes e garotas, num shopping, sem nenhum entusiasmo, tentando imaginar alguma atividade que “cure o bode”?

Como explicar turistas, em Paris, Veneza ou qualquer endereço da moda, beliscando-se para entender como abriram mão do conforto de suas casas e gastaram rios de dinheiro numa viagem tão esperada e que, parece, perdeu completamente o sentido? Como explicar homens e mulheres num iate, no qual embarcaram com o objetivo explícito de se divertir, entediados, à procura de uma poção mágica (quase sempre uma droga) capaz de lhes lembrar o que foram fazer ali?

Como explicar casos como o do jovem executivo que chega em casa com a sua pasta carregada de trabalho, sem interesse em desfrutar da companhia dos filhos e da mulher? Ou de indivíduos que preferem o trabalho ao lazer ou à vida familiar (“trabalho, doce trabalho”), em vez de “lar, doce lar”? Ou, pior ainda, o desespero de tantos indivíduos com os seus 50 ou 60 anos que recebem da empresa, assustados, a notícia de que em breve vão poder divertir-se à hora que quiserem, como quiserem... pois terão de se aposentar?

Tais pessoas, no início, talvez não achassem o trabalho mais fácil do que o divertimento. No entanto, depois de algum tempo, passaram a não entender mais como alguém pode divertir-se sem ter pela frente nenhuma obrigação ou, como preferem dizer, nenhum desafio. Acreditaram, quando jovens, que a hora era de trabalhar e que, um dia, poderiam apenas se divertir. Essa hora chegou com a aposentadoria. Dispõem, agora, de tempo, às vezes

de complementação da aposentadoria, mas o presente que receberam é, na verdade, um “sopão”*!

Por aí se vê que o divertir-se não é tão fácil. Ao contrário do que se pensa, pode até ser bem difícil! Isso explica, como se verá na quarta parte, o nascimento de novos tipos de ocupação e de um novo tipo de profissional, o animador (ou monitor, ou recreador, ou agente cultural etc.), atuando em centros culturais, museus, clubes, parques, empresas, hotéis, restaurantes, hospitais, video-locadoras, cuja função básica é descobrir atividades ou situações capazes de fazer aflorar o interesse das pessoas pelo lúdico.

2. TRABALHO E DIVERTIMENTO

Homo faber, homo ludens. Essas expressões latinas mostram dois instintos humanos contrários: o de fazer coisas e o de desfrutar das coisas; o trabalhar e o brincar. Designam o ser utilitário voltado para o mundo e o ser banal* voltado para si mesmo; o que cria e o que desfruta da criação; o reino da necessidade e o reino da expressão.

É difícil ser faber e ludens ao mesmo tempo

Somos sempre *faber e ludens*, ainda que dificilmente ao mesmo tempo. Divertir-se trabalhando ou trabalhar divertindo-se é, em tese, o objetivo de todos, mas, na prática, uma exceção válida apenas para muito poucos em muito poucas circunstâncias...

Algumas pessoas dizem que o trabalho é a sua principal diversão, mesmo quando dispõem de outras alternativas e as aproveitam. São alguns privilegiados – como artistas, esportistas, artesãos profissionais e alguns executivos e empresários –, pessoas que conseguem imprimir um ritmo pessoal de intensidade e tempo ao seu trabalho e condições próprias de execução.

Eles constituem uma minoria absolutamente irrelevante diante da quase totalidade de trabalhadores que é obrigada a enfrentar

relógio de ponto, tarefas chatas e repetitivas, chefes nem sempre bem-humorados, locais de trabalho lúgubres e distantes etc.

Ser faber é ...

Em todas as épocas, como *faber*, o homem teve de ser disciplinado, tenso, produtivo – posturas contrárias à do divertir-se.

Teve de aprender um encadeamento de gestos necessários para que o resultado final de sua ação correspondesse à sua intenção e acontecesse da melhor forma possível. Hoje, com o trabalho modelado pela indústria, o *homo faber* também deve manter uma postura artificial, nos limites da função indicada pelo seu crachá.

Enquanto trabalha, não pode distrair-se com o mundo exterior. Deve estar atento a todos os fatos externos que possam interromper ou prejudicar sua tarefa. Quem trabalha sabe que a adrenalina aumenta à vista de um memorando, de um bilhete... Pior se for do chefe! *O homo faber é tenso...*

E, para ser um bom *faber*, sempre teve de executar o maior número de tarefas no menor tempo possível. Nos escritórios e indústrias modernos, o bom empregado é aquele que, na sua jornada, dá conta de um número cada vez maior de tarefas no menor tempo possível. *O homo faber é produtivo...*

E, desde que o trabalho passou a ser realizado nas cidades, o trabalhador sabe que cada função exige uma postura específica. Viver rindo, por exemplo, não é adequado. Só convém ser risonho se a função o exigir, e aí ele é obrigado a ser risonho, o que não é nenhuma vantagem. *O homo faber passou a ser também artificial...*

Ser ludens é...

Já o *homo ludens* abomina a disciplina e a rotina. Procura ser relaxado, improdutivo e natural. Para se divertir, ele precisa ser receptivo – e não ativo – em relação ao ambiente. Como perceber o azul do céu, as cores do pôr do sol, o novo visual do(a)

amigo(a), a expressão diferente no rosto das pessoas, se estamos tensos ou preocupados com algo que aconteceu ou achamos que está para acontecer? Nada de tensão! *O homo ludens é relaxado.*

Nada, também, de fazer o maior número de coisas no menor tempo possível! Quem sabe se divertir conhece o segredo de gastar o tempo, de deixar o tempo passar, apenas degustando-o, seja jogando conversa fora sem remorso, seja em uma pescaria, seja em um vagar sem rumo pela cidade ou pelo campo, seja na difícil arte de não-fazer-nada. Nada de produtividade! *O homo ludens é improdutivo.*

*O sociólogo francês Michel Maffesoli lembra que o termo *banal* é de origem francesa e medieval e dizia respeito ao uso do forno coletivo da aldeia. Este era usado apenas em benefício dos senhores, exceto em um dia da semana, no qual cada aldeão podia utilizá-lo para atender às suas necessidades. Nesse dia, o forno era chamado *de four banal*.

Nada, ainda, de artificialidade! No momento de lazer, o crachá não vale. O que vale, sim, é o que temos de mais pessoal, a espontaneidade. Ser divertido, saber contar piadas, tocar um instrumento musical, cantar, no caso de pessoas mais extrovertidas, ou simplesmente saber deixar-se ficar, degustando o momento presente, no caso de pessoas mais introspectivas: essas são as qualidades necessárias.

O lazer em ambientes de trabalho muitas vezes conhece a dureza dessa regra. Aquele que é bom no trabalho muitas vezes fica relegado a segundo plano na hora da diversão... *O homo ludens é espontâneo.*

Do ludens nasce o faber

Quem surge primeiro na constituição psicológica humana – o *faber* ou o *ludens*? Ou melhor ainda: as nossas características lúdicas não são um empecilho ao desabrochar das qualidades necessárias ao trabalho?

Se observarmos o crescimento de uma criança, veremos que o *homo ludens* vem primeiro. O bebê, na sua primeira infância, é totalmente e apenas *ludens*. Ele exercita seus sentidos, sua voz, procura esticar seus membros, em resumo, exprimir-se.

O *homo faber* pouco a pouco emerge desse *homo ludens*, seja espontaneamente da própria brincadeira e dos objetivos externos à própria brincadeira – por exemplo, quando a criança se dá conta do valor de troca de seu brinquedo –, seja quando, induzida pelos pais, a criança assimila a noção do “dever”. Assim, do ponto de vista da *ontogênese*, da nossa história individual, sem dúvida o *ludens* vem antes do *faber*.

E na história da espécie humana, na chamada *filogênese*? A resposta aqui é mais complexa. Mesmo nos seus primórdios, quando ainda não conhecia o fogo, a roda ou a agricultura, o ser humano foi obrigado a desenvolver ações próprias do *homo faber*: coletar alimentos, construir ou adaptar abrigos contra as intempéries e contra os animais selvagens.

No roteiro (baseado no conto *The sentinel*, de sua autoria) que fez para o filme *2001 – uma odisseia no espaço*, o escritor inglês Arthur Clarke conta uma história que pode ser lida como uma resposta à questão. Naquela era ancestral, os humanos, ainda pouco diferentes de seus “avôs símios”, estavam condenados à extinção pela falta de recursos psicológicos e materiais para enfrentar a hostilidade do ambiente.

Adultos ou crianças, ainda eram basicamente *ludens* – apenas gritavam, esperneavam ou placidamente dormiam, acomodando no calor do ventre as suas crias, protegendo-as do frio. Ainda não tinham desenvolvido seu lado *faber*, não tinham nem mesmo noção do uso instrumental dos objetos.

O exótico monólito negro imaginado pelo escritor e que despencou em meio aos humanos ancestrais pode ser entendido como uma sugestão de estímulo ao surgimento do *homo faber*, cuja habilidade, naquele momento, incorporou-se ao perfil dos

humanos. O primeiro impulso desse *homo faber* nascente, na ficção de Clarke, foi o de usar ossaturas de animais maiores como armas para enfrentar e submeter os inimigos.

A cena correspondente no filme de Stanley Kubrick – aliás, belíssima, em que o osso-arma atirado ao espaço funde-se com a estação espacial – mostra quanto evoluiu e continua evoluindo a capacidade *faber* do homem, enquanto, ao que tudo indica, a capacidade *ludens* se atrofia. Essa precedência do *homo ludens* sobre o *homo faber* levou o historiador holandês Johan Huizinga (1872-1945) a dizer que todas as instituições humanas estruturaram-se a partir do lúdico. A política seria um jogo (quando observamos debates políticos percebemos quanto a política ainda tem de jogo), o direito e os rituais judiciais (as vestes, a cerimônia com marcação quase que teatral) seriam o equivalente adulto do fantasiar-se infantil, assim como o culto religioso, com a sua liturgia e sua encenação. Aliás, a nossa civilização teria imensas vantagens se acreditasse mais no *faber* que nasce do *ludens*, sem sentir tanta necessidade de sufocar o segundo. Nossos avós tiveram o direito de exercitar seu *homo ludens* apenas na infância. As calças curtas dos meninos e os saíotes das meninas eram o sinal social de permissão das brincadeiras e estripulias.

Um dia, entretanto, sempre no início da puberdade, eles tiveram sua dimensão *ludens* precocemente castrada: foram obrigados a trocar as calças curtas ou os saíotes pelas calças compridas ou vestidos. A partir desse momento, eles e elas puderam exercitar apenas seu lado *faber*. Foram obrigados a acompanhar quietos, na sala, as visitas que a família recebia, debaixo do olhar sisudo dos pais, sempre dispostos a cortar qualquer traço sobrevivente de veiedade infantil. Eram estimulados a falar de negócios ou do lar, exatamente como os pais o faziam, sempre obrigados a pedir permissão para interromper a conversa dos adultos. Deviam já mostrar-se *faber*, participantes do mundo utilitário dos adultos, mesmo se os seus impulsos ainda fossem mais *ludens*.

Ainda hoje, na família mais democrática, em que todos se tratam com o íntimo *você* – em vez do *senhor/senhora* de antigamente, reservado aos mais velhos –, em que os filhos discutem todas as normas, ainda hoje os pais parecem não acreditar que a vivência lúdica pode ser o melhor estágio para o aprendizado do dever, do trabalho. Não só a família, mas também a escola desconfia da espontaneidade. Um aprendizado do dever a partir do lúdico pode começar por cuidados com os próprios brinquedos, ou com os objetos pessoais, ou com finalização de tarefas, mesmo as lúdicas. Tudo isso é trabalho ou, mais corretamente, aprendizado à disciplina do trabalho.

Na escola, o lúdico, o espontâneo, acaba sufocado pelas artificialidades – o lugar na classe é determinado pela sua altura ou qualquer outro critério artificial, e não pelas afinidades pessoais; a matéria a estudar é determinada por uma grade curricular, e não pela maturação da curiosidade. É nesse sentido que o pedagogo brasileiro Lauro de Oliveira Lima disse que o único momento sadio da escola era o do recreio, pois nesse momento restabelece-se a espontaneidade.

Em relação à pré-escola, pode-se fazer o raciocínio oposto. Na maior parte dos casos, as crianças são entretidas apenas com atividades lúdicas. Não se discute aqui o papel educativo e formador do brinquedo e da brincadeira. (No capítulo 4 mostraremos como todas as propriedades do lúdico constituem formas quase naturais de iniciação e de preparação para o trabalho.) Mas a pré-escola pode fazer algo mais. Pode ser uma pedagogia da obrigação, diferenciando as ações lúdicas (de aventura, competição, vertigem, fantasia) dos gestos controlados (mesmo que sejam apenas a organização do material a limpeza da sala, como sugerido na vida familiar), iniciando as crianças na dimensão *faber* da vida. Finalmente o vestibular e o ingresso no mundo do trabalho completam o perfil atual dos humanos adultos, mais à vontade no trabalho do que na diversão, como se verá a seguir.

A integração do ludens e do faber

Quem leu rapidamente este capítulo pode, talvez, imaginar que é propósito deste livro questionar ou mesmo ridicularizar o trabalho. Ou pode ficar com a impressão de que a obrigação e o lúdico (ou trabalho e lazer) são universos sempre paralelos ou mesmo antagônicos.

Os leitores mais atentos deste e dos demais capítulos, contudo, perceberão que se quer apenas mostrar o panorama hoje existente: pessoas trabalhando sem nenhuma paixão, aguardando apenas a permissão do ponteiro do relógio para recomeçar a viver. Mas isso não é verdade para todos. Nem é necessariamente o destino de cada um de nós.

Na verdade, existe um momento estratégico para romper com esse destino que a história recente reservou para a maioria de nós, o da entrada no mercado de trabalho ou, para uma minoria, o do vestibular.

Nesse período da vida, mesmo o jovem ou a jovem mais relaxados não deixam de se ver frente a frente com a imagem e com a realidade do trabalho, quando refletem sobre a tão difundida e falsa ideia de *vocação*, de que existe um posto perfeito, sob medida, para cada um no mercado de trabalho.

Em primeiro lugar, hoje, mais do que nunca, sabemos que a escolha da melhor profissão não se restringe a esse momento em que não temos ainda a clareza necessária nem sobre o mundo nem sobre nós mesmos. Na realidade, trata-se de um processo que pode durar toda a existência. Atualmente, veem-se pessoas mudando radicalmente de profissão aos 40 anos e mesmo, paradoxalmente, muitas que conseguem se integrar de forma adequada ao trabalho apenas na aposentadoria, quando diminui a para ganhar a vida. Em segundo lugar, não há um, muitos e mesmo uma infinidade de postos de trabalho nos quais podemos nos inserir e nos realizar, ao menos em parte. Mas nenhum deles é feito sob medida para nós!

Assim, não temos apenas uma, mas muitas vocações profissionais. A questão é conciliar pelo menos três fatores:

- gosto ou interesse – todos nós temos muitas atividades, das quais nos ocupamos voluntariamente e de forma agradável; esses gostos sinalizam um caminho profissional;
- aptidão – dentre as muitas ocupações que nos agradam, apenas em algumas mostramos a necessária destreza física ou mental; a existência simultânea de gosto e aptidão clareia ainda mais a escolha possível;
- disposição para enfrentar os inúmeros obstáculos – nunca são poucos nem pequenos os entraves que se põem entre o indivíduo e os seus sonhos; há de se enfrentá-los!

Em terceiro lugar, não devemos nos esquecer de que o trabalho, mesmo o mais prazeroso, jamais pode dar conta de toda a nossa necessária satisfação existencial. Assim, nessa hora, pensar em trabalho é também pensar no não trabalho, seja nos momentos familiares e de lazer ao longo da vida profissional, seja na aposentadoria. Por esse motivo, nas considerações finais deste livro, introduziremos uma reflexão sobre a preparação para a aposentadoria.

Sei quanto soa prematuro e inadequado pedir a um jovem que pense desde já na aposentadoria. É como pedir a alguém agraciado com um presente que pense na hora em que vai perdê-lo ou em que ele vai se estragar; ou a um jovem enamorado que pense na hipótese sempre possível de perder sua parceira ou na hora em que ela envelhecer. Na realidade, mesmo esses pedidos bizarros não são totalmente destituídos de sentido. Mas no caso da aposentadoria, basta olhar ao redor e examinar as pessoas que estão voltando para casa depois de anos de trabalho; percebam a angústia de quem nunca se ocupou em preparar-se para esse momento e avaliem se não é o caso de começar logo a pensar no assunto...

Finalmente, pode-se e deve-se esperar por bons e acessíveis modelos de orientação profissional. Há excelentes peritos no assunto, que infelizmente são caros. Há programas gratuitos em faculdades de psicologia e pedagogia, mas que são às vezes muito impessoais, incapazes de dar conta de toda a tensão e angústia que o assunto inspira no jovem.

As escolas oferecem palestras de profissionais, que nem sempre são capazes de enxergar o sofrimento que eles próprios sentiram na hora da escolha, condição indispensável para falar à alma de um jovem ao tratar desse tema.

3. TEMPO LIVRE, LUDICIDADE, DIVERSÃO, RECREAÇÃO E LAZER

Os humanos brincaram em todas as épocas. Qualquer livro de história mostra que os homens, de todas as idades e condições, souberam encontrar seus momentos lúdicos, foram capazes de iludir suas preocupações e de encontrar formas de diversão.

Tentaremos mostrar neste capítulo que ludicidade e diversão sempre acompanharam a história humana, desde os seus primórdios. E mais, podem acontecer em qualquer momento da existência, até mesmo na hora de trabalho, em plena obrigação familiar, durante a oração ou na militância político-sindical.

Já *tempo livre, recreação e fazer* são termos que dizem respeito a fenômenos modernos, com raízes nos fatos que marcaram os últimos séculos da história da civilização ocidental: são termos que falam de um tempo criado pela economia moderna apenas que os indivíduos pudessem se divertir ou fazer o que bem entendessem.

Como sempre, tudo começou na pequenina Grécia

O termo *lazer* (do latim *licere*, “ser permitido”) não é recente. Surgiu na civilização greco-romana, já então como o oposto

do trabalho. O ideal do cidadão livre, tanto em Atenas como em Roma, até a consolidação do cristianismo, era a plena expressão de si mesmo nos planos físico, artístico e intelectual.

As caçadas, os exercícios físicos, as artes, as leiras, a filosofia, a especulação científica eram as únicas ocupações dignas de um homem livre e aceitas pelos seus pares. Como deveres, no máximo se admitiam as atividades militar e política. Tamanho gosto pela ociosidade somente era possível porque havia um exército de imigrantes, servos e escravos que fazia o “serviço sujo” – o trabalho nas minas, nas residências, nas cidades, nos ateliês semi-industriais etc. A propósito, a palavra *trabalho* nasceu do termo latino *tripalium*, que designava um instrumento de tortura.

Essa civilização inventou a cultura do lazer, mas não soube nem quis democratizá-la. Eram sociedades escravagistas e, como tais, desprezavam os trabalhos manuais e mesmo o comércio.* A economia da época, rudimentar, não permitia que nem mesmo os homens mais progressistas (filósofos e pensadores em geral) pudessem conceber aqueles benefícios estendidos ao conjunto da população, e que para tanto fossem criados tempos de trabalho e de lazer para todos, em vez de apenas tempo de lazer para uns poucos e apenas tempo de trabalho para a maioria. Isso só aconteceria no século 20, como veremos mais adiante.

O cristianismo e o brincar

Por sua vez, a civilização cristã, que sucedeu à civilização greco-romana no Ocidente (século 4), tem duas vertentes doutrinárias sobre o trabalhar e o brincar.

A primeira, que ainda persiste no catolicismo, é mais flexível e pode ser expressa por meio de duas “leis”: a condenação do não-fazer-nada e do divertimento em geral, origem de máximas que até hoje se repetem – “a ociosidade é a mãe de todos os vícios”, “para cabeça vazia, o diabo arruma serviço” –; e a valorização,

embora relativa, do trabalho, com valorização menor ainda do produto monetário do trabalho, o dinheiro.

As considerações de Santo Agostinho (354-430), em *As confissões*, sobre as brincadeiras como reflexo da maldade inata das crianças são muito ilustrativas dessa orientação do cristianismo nascente.

O romance *O nome da rosa*, do escritor italiano contemporâneo Umberto Eco, é outro exemplo desse medo crônico da religião ante o divertir-se. No livro, uma suposta obra de Aristóteles sobre o riso torna-se a peça-chave de assassinatos e mortes num mosteiro beneditino.

Assim, o trabalho seria uma obrigação a que o homem está condenado (“comerás o pão com o suor do teu rosto!”, diz a *Bíblia*). Mas ser malsucedido no trabalho não é problema. Na verdade, o pobre seria um eleito de Deus. Poder-se-ia mesmo dizer que o ideal de vida do início do cristianismo – e que, de certa forma, é até hoje valorizado pelo catolicismo – é o do homem que trabalha bastante, aproveitando o tempo livre para a prece, para não cair em tentações, e sem muita abundância material, para o espírito não enfraquecer. Nada, pois, de acumular dinheiro ou bens materiais!

A segunda vertente é a da reforma protestante que aconteceu no início do século 16. Na época, a expansão do comércio, dos negócios e dos bancos era cerceada pela Igreja Católica, que condenava todas as formas de acumulação de bens materiais e, em particular, os juros. As novas doutrinas religiosas, englobadas sob a denominação genérica de *protestantismo*, procuravam conciliar o capitalismo nascente com a fé.

Esse movimento religioso trouxe assim à cena da história algumas personalidades marcantes, que produziram novas formas de pensar sobre o homem, o seu trabalho, o seu divertimento. Em particular, o teólogo francês Calvino (1509-1564). O único traço lúdico desse homem austero era ocupar-se com um jogo de

bochas, semelhante àquele que se pratica nos parques europeus. Talvez ele até sorrisse nessas ocasiões... De resto, condenava tudo o que não fosse trabalho e prece.

Mais ainda: o produto do trabalho (a riqueza) passou a ser encarado como bênção divina. E, inversamente, a falta do trabalho e, em consequência, a falta de dinheiro (a pobreza) passaram a ser entendidas como sinal de ausência de sintonia com Deus, de doença espiritual. A reforma protestante deu, assim, um passo decisivo na valorização absoluta do trabalho e dos bens materiais. Não por acaso, o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) mostra as relações entre *a ética protestante e o espírito do capitalismo*, em uma das suas obras mais importantes, que leva justamente esse título.

Ao valorizar a riqueza e a acumulação de bens materiais, o protestantismo conferiu base ética ao pensamento do escocês Adam Smith (1723-1790), o primeiro teórico do capitalismo. A “saúde” do capitalismo portanto, na criação de que acumulassem riqueza, investissem, gerassem empregos etc., enfim, tudo o que os empresários os repetem até hoje, não sem uma certa dose de razão, aliás...

O desconforto em relação à diversão persiste até os dias atuais em todas as doutrinas religiosas cristãs, tanto católicas como protestantes, pouco à vontade com a sociedade secular e leiga nascida na Idade Contemporânea e com o crescimento do lazer como aspiração coletiva.

Daí decorre o movimento cíclico e titubeante ora de incorporação, ora de rejeição dos signos do lazer – roupas, gestos, posturas, músicas etc.

Na Igreja Católica, por exemplo, a norma para o clero era trazer os movimentos e grupos de lazer para o seio das paróquias. Havia até mesmo o movimento por uma moda-vestuário cristã, que procurava conciliar a beleza da moda leiga com o pudor necessário ao fiel, principalmente à mulher. O Concílio Vaticano II, na dé-

cada de 1960, mudou a orientação. Recomendou que os católicos passassem a buscar o seu lazer nas organizações leigas e ali dessem o exemplo de vida cristã. Por outro lado, introduziu alterações significativas no ritual, sobretudo da missa, visando a torná-la mais atraente e participativa: substituiu-se o latim pela língua local, o celebrante voltou-se para o povo, estimulou-se a introdução de ritmos musicais populares no culto, entre outras iniciativas.

A hipocrisia do trabalho para os pobres e do lazer para os ricos

Não nos iludamos, contudo, com a realidade hipócrita e cínica que sempre pairou acima das mensagens religiosas e das doutrinas. Se o trabalho era desvalorizado na sociedade escravista da Antiguidade, o mesmo ocorria na Idade Média, quando predominava uma nova forma de exploração do trabalho: a servidão. Como se vê, apesar da mudança doutrinária no plano político e no religioso, o crivo estabelecido por gregos e romanos continuou exatamente igual até a Idade Contemporânea.

O que caracterizava a nobreza feudal era o direito a uma vida lúdica de convívio com as artes, a cultura e os exercícios físicos (também aqui, a vida militar e a política eram os únicos tipos de trabalho aceitos). Já o pobre... bem, o pobre devia apenas trabalhar.

A situação começou a mudar apenas no final da Idade Média (século 15), quando os servos libertos abandonaram a vida rural e foram para as cidades, lá se ocupando do comércio e do artesanato florescentes, criando a chamada *burguesia* e engrossando os ideais do capitalismo, então justificados pelo protestantismo. Mas somente mudou, de fato, nos últimos cem anos, com a luta pela democratização do lazer, como se verá adiante.

A válvula de escape do carnaval

Admitia-se que, no carnaval, como autêntica válvula de escape, os pobres se divertissem a valer, com todos os excessos possíveis de comida e sexo. Essa festa surgiu na Idade Média, nos

primórdios do cristianismo, e incorporou rituais populares da Antiguidade romana.

Nessas ocasiões, tolerava-se que eles, em meio às suas diversões, adornassem porcos com vestes episcopais ou nobres. Mas tudo acabava na quarta-feira, na cerimônia religiosa de cinzas, em que todos (e sobretudo os pobres) eram trazidos à realidade com o momento, *homo, quia pulvis es et in pulvere reverteris* (lembra-te, homem, de que és pó e ao pó voltarás).

Esse traço de inversão (paganismo no lugar de cristianismo, muita comida em vez de fome, muito sexo em vez de abstinência carnal, homens vestindo-se de mulheres e vice-versa) persistiu até há bem pouco tempo. O carnaval sempre foi a data dos excessos de comida, de bebida e, sobretudo, de sexo – a ocasião propícia para as primeiras infidelidades e para as primeiras experiências sexuais de homens e mulheres.

A recente civilização do lazer banalizou esse traço do carnaval, cuja novidade pouco a pouco diluiu-se nas noites de fins de semana, com os bares, discotecas, boates e todas as variações formais do lazer noturno. Hoje, as boas festas invariavelmente terminam em carnaval. E cidades como Recife, Olinda e Salvador sempre dão um jeitinho de promover vários carnavais anuais.

O lazer como forma de distinção social

Quando o feudalismo desapareceu, restou um problema: como se distinguir no meio das pessoas se não mais títulos de nobreza? Como fazer-se como rico, como diferente, em meio à pobreza dominante?

O direito a uma vida fútil passa a ser a única marca da nova nobreza – os ricos que emergiam das indústrias, do comércio e dos bancos. De algum modo, a riqueza devia ser ostentada, mostrada.

O capitalismo nascente trouxe, então, uma situação nova: já que não havia títulos que diferenciavam os afortunados dos infelizes, a ostentação do direito ao não trabalho concentrou-se

em signos lúdicos (festas suntuosas, grandes viagens etc.). Assim, o viver lúdico passou a ser o signo da nova nobreza, não mais vinda de sangue ou “togada”, mas do dinheiro... pura e simplesmente.

Fitzgerald (1896-1940) ilustra bem a ostentação do viver ludicamente como demonstração da diferença em meio à pobreza dominante. O poderoso Gatsby, um novo-rico que promovia festas fantásticas, das quais não desfrutava, apenas para atrair a amada rica, é uma imagem poderosa do lazer utilizado como distinção social.

O primeiro livro publicado sobre o lazer, *A teoria da classe ociosa*, do sociólogo norte-americano Thornstein Veblen (1857-1929), lançado em 1899, trata exatamente dessa situação. Na obra, o autor, filho de um carpinteiro norueguês, comenta e lamenta o fato de o trabalho manual continuar sendo desprezado numa sociedade na qual o estar-bem significava apenas viver em meio ao lazer.

Tudo se passava de forma tão hipócrita que Paul Lafargue (1842-1911), genro do pensador alemão Karl Marx (1818-1883), escreveu um manifesto chamado *O direito à preguiça*, em que ridicularizava os operários da indústria nascente, que trabalhavam 15 horas por dia e reivindicavam o direito ao trabalho, mesmo em tais condições. Para que, perguntava Lafargue, tanta preocupação com trabalho? O que se queria, com o trabalho, não era apenas o dinheiro para se divertir? Então, por que não reivindicar logo de cara o direito à mesma vida fútil dos patrões?

O moderno direito de todos ao lazer

Ainda que não tenha sido levada a sério na época, a obra de Lafargue já anunciava como surgiria e como funcionaria o lazer moderno. Em primeiro lugar, os trabalhadores reivindicaram menos tempo de trabalho e, conseqüentemente, mais *tempo livre*. Em segundo lugar, mais salário para suas despesas com alimentação, moradia etc. e (o que não se confessava, mas também era verdadeiro) para gastar nesse tempo livre.

As reivindicações de redução à jornada de trabalho eram, aliás, apoiadas pelos setores esclarecidos à sociedade. Os educadores achavam que, apenas trabalhando menos, as pessoas poderiam pensar em estudo e escola. Os religiosos achavam que, apenas assim, as pessoas poderiam dedicar-se à religião. Os reformadores políticos (Friedrich Engels, companheiro de Marx, à frente) pensavam que, apenas com menos tempo de trabalho, as pessoas poderiam pensar em militância sindical e política. Todos se enganaram!

Esse tempo livre aumentou e em aumentando, mas, segundo todas as pesquisas de orçamento-tempo já realizadas em diferentes cidades de vários países do Ocidente, apenas uma fração menor desse tempo (inferior a 10%) passou a ser dedicada à política, ao estudo ou à religião. Na sua quase totalidade, tornou-se um tempo de diversão. Essa parte do tempo livre dedicada ao entretenimento e à diversão é o que se chama *tempo de lazer*.

Quero aqui chamar a atenção para as características originais e inéditas desse tempo para o divertir-se. Não era mais, como antigamente, um tempo roubado ao trabalho.

Ao contrário, passou a ser um tempo previsto e pago pelo trabalho.

O lazer pago pelo trabalho

Vejam os processos. Primeiro, lutou-se pela jornada de 8 horas e, assim, surgiu um tempo diário de lazer. Em seguida, lutou-se pela jornada semanal de 40 horas e surgiu o *repouso semanal remunerado*; depois, pelo direito à pausa anual e surgiram as *férias remuneradas*, e, finalmente, pelo direito ao não trabalho na velhice e surgiu a *aposentadoria remunerada*.

Assim, quem para de trabalhar no final do dia, no final de semana, nas férias ou na aposentadoria não está conspirando contra o trabalho. Ao contrário, essas pausas estão previstas no resultado

produtivo final. Não é mais o vagabundo, é o trabalhador em situação de lazer.

Essas conquistas foram obtidas graças às lutas sindicais, não raro sangrentas, à evolução das ciências do trabalho (engenharia, administração etc.), que permitiram ao homem produzir cada vez mais, trabalhando cada vez menos e, finalmente, aos movimentos sociais, culturais, religiosos e políticos. Mesmo na absurda jornada de trabalho do Brasil de hoje, o tempo livre já é quase igual ao tempo de trabalho. Nos países desenvolvidos, o tempo livre já é maior.

O recurso ao termo *lazer* e não *diversão* também tem outra explicação. Traduz a esperança de que o ideal dos gregos e romanos – a existência de um tempo livre voltado ao desenvolvimento pleno do indivíduo e não apenas à diversão inconsequente entre eles reservado apenas a uma minoria – venha um dia constituir o traço dominante e global de uma sociedade onde todos possam trabalhar e bem usufruir do lazer.

Concluindo

A *diversão* e o *lúdico* são tratos de todas as sociedades conhecidas, em todas as épocas da história, podem acontecer em qualquer momento do cotidiano dos indivíduos, estejam eles trabalhando, trocando fraldas do bebê ou rezando.

Já o *tempo livre* (liberado do trabalho) é uma conquista moderna das lutas sindicais, da revolução técnica do trabalho e da pressão dos setores esclarecidos da sociedade. Concretamente, é o tempo que sobra das obrigações profissionais, escolares e familiares, englobando o estudo voluntário, a participação religiosa ou política e o lazer. E o *lazer* é a forma mais buscada de ocupação desse tempo livre, seja para se divertir, seja para repousar, seja para se autodesenvolver por meio da conversa, da leitura, do esporte etc.

Os conceitos de *lazer* e *recreação* em nada se diferenciam do ponto de vista da dinâmica sociocultural que produziu o divertir-se moderno. As duas expressões surgem mais em decorrência de um problema linguístico do que socioeconômico. Nem todas as línguas modernas dispõem de termo equivalente ao *licere* (*lazer* em português, *loisirem* francês, *leisure* em inglês). O espanhol, o italiano, o alemão não possuem palavra correspondente, adotando termos de raiz igual à recreação, com a mesma finalidade e praticamente o mesmo sentido.

Para finalizar, sublinharemos o seguinte: o tempo de lazer não é o único tempo em que podemos experimentar momentos felizes. A felicidade é um sentimento que não escolhe hora. Pode atingir-nos nas mais diferentes situações, mesmo nas mais incômodas. Nos seis volumes do romance *Em busca do tempo perdido*, o escritor francês Marcel Proust (1871-1922) fala exatamente da felicidade que nos toma em momentos inesperados e resgata momentos inesquecíveis do passado.

O tempo de lazer é apenas um tempo especial em que podemos buscar mais situações agradáveis do que aquelas que o trabalho pode nos proporcionar. O que, infelizmente, nem sempre é verdade! Como veremos na segunda parte deste livro, o tempo de lazer é tão artificial quanto o tempo de trabalho. Um relógio de ponto pode nos dizer a que horas devemos nos divertir, a hora em que deixamos de ser tensos, produtivos, artificiais, para sermos relaxados, improdutivos, espontâneos?

Vivemos uma civilização do tempo livre, em que este já é quase igual e às vezes maior do que o tempo de trabalho. Mas ainda estamos longe de uma civilização do lazer, em que as pessoas saibam ocupar esse tempo livre com atividades que efetivamente lhes divirtam e contribuam para seu desenvolvimento pessoal.

4. O QUE BUSCAMOS NA DIVERSÃO

Refletindo sobre o jogo, o sociólogo francês Roger Caillois (1913-1979) fala de quatro categorias (ou impulsões primárias) do lúdico, que podemos entender também como as quatro grandes motivações para toda e qualquer diversão: a *aventura*, a *competição*, a *vertigem* e a *fantasia*.

Certamente, cada um de nós saberá encontrar outras fórmulas ou, quem sabe, novas categorias e motivações. Não importa! Qualquer classificação tem um valor relativo. Serve apenas como uma escada para se atingir um novo patamar de conhecimento. Uma vez atingido esse estágio, a escada utilizada perde sua importância.

Neste capítulo, vamos descrever essas categorias, tentando compreender sua natureza, suas formas concretas de manifestação e, ainda, de que modo permitem, no caso da criança, a maturação do *homo faber*, do homem que um dia precisará associar o reino da expressão ao reino da necessidade, a diversão ao trabalho.

A aventura

Aventura é igual à descoberta, à revelação de um mistério. Nada recompensa mais o viajante do que o belo cenário que repentinamente se lhe descortina. Do mesmo modo, o livro que se aguarda ansiosamente a hora de abrir, o jornal no qual se procuram ansiosamente as novidades, o filme, a partida de futebol, a festa, entre outros exemplos, são ocasiões de exercício da motivação de aventura.

A viagem é a própria síntese dessa busca de aventura: um novo lugar para se conhecer, novos costumes, novas formas de se alimentar, de circular nas cidades, novos tipos de pessoas, novas maneiras de administrar o cotidiano. Quanta alegria nessa espera!

Aventura também é igual à novidade. “Algo de novo!”, eis o que pedem os enfasiados e entediados de todo o mundo. Na cidade pequena e no campo, é o que todos dizem, enfarados: “Aqui nada acontece!”. A cidade, como espaço da festa e das luzes, em oposição ao campo, é uma das explicações para o intenso movimento migratório que o país (e todos os países que se industrializaram) conheceu nos últimos cinquenta anos e que, por exemplo, quintuplicou a população de Manaus.

Fatos como este permitem-nos dizer que a cidade, com suas luzes, com os acasos e aventuras que proporciona, é um grande espaço de lazer.

Quem quer tornar prazerosa uma determinada situação chata sabe, intuitivamente, do poder lúdico da novidade. A mais ingênua professora sabe que pode recuperar a atenção dispersa de seus alunos com um mistério qualquer.

Por outro lado, os planejadores de brinquedos sabem que a durabilidade do interesse da criança é sempre menor do que a durabilidade física do artefato. Observem crianças num *playground*. Vejam a alegria inicial da descoberta de tantas formas lúdicas coloridas e o “bode” que ocorre quando a novidade se esgota. Pode-se mesmo dizer que nunca um brinquedo será totalmente seguro, já que a criança sempre tentará buscar alternativas novas de “descobrir novidades”, mesmo contra todas as recomendações de uso. O escorregador em pouco tempo transforma-se em “escalador”, em trampolim, em plataforma de salto.

A experiência lúdica da aventura tem por base a curiosidade, sendo pois uma forte motivação para o desenvolvimento da inteligência abstrata e da inteligência prática. O menino que examina atentamente o mapa-múndi ou que tenta entender o mistério do motor de um carro exemplifica como o *homo ludens* é um estágio preparatório do *homo faber*. Se os pais e professores não fossem tão impacientes...

A competição

A competição é outra motivação lúdica importante. Para a criança, a motivação de participar de uma brincadeira só é menor do que a motivação de ser o primeiro a participar.

A palavra *competição* causa calafrios nos educadores. Muitos deles a veem como um perigo, como um exercício para a luta, para o conflito e, em último caso, para a guerra. Esse receio pode ter fundamento, como veremos no capítulo 7. No entanto, não devemos ser tão trágicos.

Competição não significa necessariamente disputa com outro. Pode ser uma disputa consigo mesmo: ser melhor do que da última vez. Os competidores do atletismo olímpico sabem disso. A motivação de hoje é obter uma marca melhor do que a de ontem. A alegria da criança que, pela primeira vez, consegue andar ou sair sozinha de casa vem da ludicidade que brota da competição com nós mesmos, do desejo de nos superarmos e de irmos cada vez mais longe.

Os artesãos domésticos experimentam sensação idêntica ao conseguirem consertar um móvel, ou executar com perfeição uma receita culinária, ou planejar uma redecação da casa, ou criar um belo jardim... Da mesma forma, o aprendiz de futebol que consegue adquirir uma nova habilidade com os pés ou as mãos...

A competição é outro recurso motivador do qual a escola usa e abusa. Superar o outro, eis a motivação. E competir com outro não significa necessariamente aprender a esmagá-lo. Situar-se em relação aos outros é uma oportunidade para estabelecer desafios para si próprio.

Quantos depoimentos não temos de pessoas para quem o esporte competitivo foi um treino sem igual para o perde-ganha da vida, para aprender a lidar com ideias opostas, sem necessariamente ver inimigos pela frente. O esporte está cheio desses rituais em que o perdedor cumprimenta o vencedor e confraterniza com ele.

A competição é também um dos instrumentos do despertar do *homo faber*, pois competir requer a prática do autocontrole e da disciplina, duas qualidades básicas do humano que trabalha.

Essas qualidades podem ser exercitadas em todas as situações, até mesmo nas desejáveis e não adversas, como nas atividades lúdicas em geral. Cabe lembrar, contudo, um dos poucos benefícios da escola, tal como hoje ela está modelada, com sua grade curricular artificial, com seus horários e regulamentos rígidos: o exercício dessa disciplina e autocontrole para fazer o que não agrada, na hora que não agrada, com quem não agrada, para criar metas e correr atrás delas, para conceber e vencer desafios... Tudo isso será essencial no futuro, sobretudo se o estudante não conseguir fazer parte da minoria que consegue sobreviver fazendo apenas aquilo que mais lhe agrada...

A vertigem

A terceira motivação é a vertigem. O escorregador, o tobogã, a montanha-russa são os exemplos mais concretos dessa motivação. Há também formas virtuais – os *videogames*, os cinemas “180 graus”, e todas as engenhocas que surgem com o avanço da telemática.

Podem ser incluídas aqui, também, algumas formas psicológicas de vertigem. O filme ou o romance que, em pleno verão, nos fazem sentir a agrura do frio. “Não consegui parar de ler o livro enquanto não cheguei na última página”, diz o indivíduo acometido por esse tipo de vertigem. A sala escura dos cinemas, com suas imagens que nos arrastam, é outro exemplo.

A vertigem é a grande motivação lúdica dos dias atuais. O avanço dos esportes radicais, o sucesso das salas de cinema com cadeiras que se movimentam sincronicamente com imagens em ritmo frenético, a fascinação pela velocidade... há necessidade de mais exemplos?

A capacidade de prender a atenção de um público, de fazer-se ouvir sem “ouvir a respiração” da plateia é outro recurso lúdico para a aprendizagem. “A aula passou num instante”, diz o aluno de um professor que conseguiu administrar essa motivação lúdica durante uma aula.

Ao contrário da competição, em que se exigem controle e disciplina, aqui se exercita a capacidade de se deixar levar, de perder o controle e correr riscos em segurança, tão necessária ao futuro *homo faber*.

O *homo faber* que, pela competição, aprende a criar e a vencer desafios, precisa aprender também que todo risco está associado a fatores alheios às condições que ele criou... O executivo amante do risco sabe que o sucesso também depende do tempo, da boa vontade dos outros, dos planos econômicos...

Ele está na mesma condição da criança que iniciou a descida do escorregador, sente o mesmo frio na barriga. Mais: deve conhecer os limites de sua segurança para desfrutar ludicamente desse momento, em benefício de suas coronárias...

A fantasia

A quarta motivação para o exercício do lúdico é a fantasia, o desejo de ser diferente, de ser outro, de estar em lugares diversos.

Nessa ordem de raciocínio, a viagem é o exemplo que em primeiro lugar vem à mente. Na viagem, somos sempre outro, “mais ricos” do que no cotidiano da vida de trabalho, mais predispostos a consumir objetos e a viver situações diferentes. Aqui se inclui, ainda, todo o campo das artes: a literatura (o romance, a poesia), as artes plásticas, o cinema, o teatro, a música.

A expressão mais forte e espontânea da fantasia é o devaneio: o pensamento corre sem amarras, levando-nos para os mais variados lugares e situações, e nele nos tornamos diferentes. Por outro lado, sua expressão mais elaborada é a arte. Numa pintura, num

conto, num romance etc., a fantasia do autor e a do espectador ou leitor se confrontam com mundos diferentes e impactantes.

“O que você quer ser quando crescer?” Pais fazem essa pergunta ao filho, como que auscultando-se, das suas fantasias, brota algum ser adulto ou o adulto que ele quer ser... E também por meio do exercício da fantasia, bem ou mal aprendida, que o *homo faber* aprende a criar desafios... “Ele não tem imaginação”, diz-se do empresário ou trabalhador que não consegue lidar com os problemas do cotidiano.

Concluindo

Uma mesma atividade pode atender a diferentes motivações. A leitura de um romance policial pode unir motivações de aventura (o inusitado do desfecho), de vertigem (a respiração presa à espera do desfecho) e de fantasia (identificação com alguma das personagens).

A viagem quase sempre une motivações de aventura (novos cenários), de fantasia (sonhos de épocas distantes, de outros personagens), eventualmente de competição (o desafio de ir a lugares que poucos se atrevem a visitar) e, mesmo, de vertigem, ante algumas paisagens que extasiam.

Cabe repetir que essa classificação deve ser utilizada apenas para ampliarmos nosso universo de reflexão sobre o significado do lúdico em nossas vidas, e não como um teste de nossa relação com o lúdico.

5. COMO NOS DIVERTIMOS

O domínio da diversão é um dos mais esmiuçados pela pesquisa de mercado e pela publicidade comercial, sobretudo de cigarros, bebidas, refrigerantes, automóveis e motos. Para todos esses produtos, buscam-se imagens e situações lúdicas com as quais

os consumidores se identifiquem e pelas quais, a seu turno, eles possam vir a se identificar com o produto anunciado. Aliás, uma pesquisa realizada pela Universidade de Porto Rico, facilmente comprovável pela observação dos comerciais aqui veiculados, mostra que mais de 60% da publicidade comercial diz respeito a produtos e instrumentos da diversão, como os mencionados acima, ou inseridos no contexto da diversão, como roupas, adereços etc. Mas, por exigência dos clientes, as pesquisas de mercado são guardadas a sete chaves.

Isso posto, as informações que seguem não são completas e talvez estejam longe de satisfazer a curiosidade dos leitores. Felizmente, os estudos de lazer contam com a valiosa contribuição das pesquisas de orçamento-tempo.

Nessas, por meio de um carnê preenchido pelo próprio entrevistado, ao longo de uma semana completa, identificam-se todas as atividades principais e secundárias desenvolvidas e discriminadas a intervalos de 15 minutos.

Pesquisas desse tipo foram realizadas desde o início do século 20, em diferentes cidades da Europa e das Américas (inclusive o Rio de Janeiro), sempre dentro da mesma metodologia, o que permite inferir algumas realidades e tendências para as sociedades urbanas em geral. Essas tendências, aliás, foram comprovadas em levantamentos sistemáticos – infelizmente em número bem menor – realizados por alguns institutos de pesquisas.

Onde as pessoas se divertem mais – dentro ou fora de casa?

As pessoas tendem a achar que se divertem mais fora do que dentro de casa. Talvez seja verdade! As poucas pesquisas que se conhecem sobre o assunto limitam-se a perguntar aos entrevistados qual o seu tempo “mais forte” no cotidiano, aquele que passa rápido e intensamente, em que o sangue corre mais nas veias, em que se tem mais chance de se sentir feliz.

As respostas mostram que aproximadamente 15% da população elege a vida familiar como o tempo existencial mais forte. Outro tanto elege o trabalho. Uma fração menor elege a religiosidade. A maior parte, contudo, elege a vida com os amigos, a aventura do sexo, os passeios e as viagens, em suma, os itens que normalmente fazem parte do tempo de lazer, principalmente os que se desenrolam fora de casa. Entretanto, as pesquisas de orçamento-tempo mencionadas abordam questões mais simples. Qual o tempo médio diário e semanal que as pessoas reservam para o trabalho, para a família, para as obrigações pessoais? Qual é o tempo livre, aqui incluídos um tempo de militância política, religiosa, associativa, tempo com estudo, e finalmente o tempo de lazer? E, do tempo que sobra para o lazer, quanto é gasto dentro e fora de casa?

Predominância do doméstico

Tempo livre é, em geral, consumido na sua maior parte dentro de casa. Desse tempo livre doméstico, quase a metade é ocupada pelos chamados *meios de comunicação de massa*. Uma criança hoje passa mais tempo diante da televisão do que nos bancos da escola.

Os programas de televisão e de rádio, os jornais, as revistas, os filmes no vídeo, os *videogames* são as principais demandas das pessoas para ocuparem essa parte do seu tempo livre e mesmo para usarem como pano de fundo para as refeições e as conversas.

O *home theater* ou cinema doméstico (sistema composto de tela retangular plana com alta definição de imagem e som *dolby stereo*, incorporando as atuais funções do telefone com imagem, mais videocassete, tevê, computador e aparelho de CD) já é hoje um sonho de consumo possível mesmo sem a rede de transmissão à base de fibras ópticas que viabilizará comercialmente esse equipamento. Estima-se que a difusão desse sistema, que deve ocorrer ao longo dos próximos anos, garantirá a força do lazer doméstico diante dos estímulos cada vez maiores ao lazer extradoméstico.

O conjunto de empresas que atende a essas necessidades (emissoras de rádio e de tevê, empresas jornalísticas, empresas cinematográficas e de vídeo, editoras de revistas e de livros, produtoras de discos etc.) abocanha a maior e a mais valiosa parte dos negócios do mercado de lazer.

A segunda metade do tempo livre doméstico é dedicada a atividades como receber e visitar amigos, comunicações interpessoais (relativamente à margem do comércio do lazer) e ao semiutilitário das atividades manuais (reparos domésticos, decoração, jardinagem, cuidados com animais de estimação ou um *hobby* qualquer). Este último, aliás, recebe suporte tanto dos meios de comunicação de massa (programas de tevê, seções e fascículos de jornais sobre o tema) quanto do comércio do “faça você mesmo” – que vem crescendo, embora devagar – e de grupos formais ou informais interessados.

Divertir-se em casa é menos importante do que fora de casa?

Aparentemente, pouco importa se a cidade é mais quente ou mais fria, se sua paisagem é mais aprazível ou mais feia, se ela é mais rica ou mais pobre, se mais voltada à indústria ou aos serviços: por incrível que pareça, na média, vive-se o tempo livre cotidiano mais dentro do que fora de casa.

Às vezes, reportagens e artigos veiculados pela imprensa entendem esse apego à casa como um sinal de baixa qualidade do lazer da população.

Essa afirmativa tem um certo fundamento, mas em parte está equivocada. É verdadeira no sentido de que ficar em casa significa, sem dúvida, expor-se menos a contatos enriquecedores, significa submeter-se à cultura do grupo familiar restrito ou mesmo da sua classe sociocultural. Leva, sem dúvida, a viver momentos não apenas de solidão, mas também de isolamento, que dão oportunidade a sentimentos depressivos. Representa, em suma, um risco de segregação cultural.

Mas a casa, o lar, é um dos principais alicerces de nossa identidade mais profunda. Significa refúgio, aconchego. Nas análises psicológicas de sonhos, a casa quase sempre aparece como um símbolo do nosso “eu”. De resto, a casa, mesmo a mais pobre, não equivale mais à antiga caverna que servia apenas para refúgio contra as intempéries e os animais selvagens. Hoje pode ser considerada um pequeno centro cultural, em que se pode ler, conversar, receber amigos, cuidar de plantas, enfim, fazer todas as atividades mencionadas na pesquisa do Sesc.

“Para conhecer os homens é preciso viajar muito, mas para conhecer o homem não é preciso sair de casa”. Essa frase, atribuída ao filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), auxilia a compreender que o *ficar em casa* não é necessariamente renúncia à qualidade do tempo vivido.

Divertindo-se fora de casa

A parcela do tempo de lazer vivida fora do ambiente doméstico, pequena porém importante, é ocupada com uma multiplicidade de gestos de deslocamento no cotidiano da cidade, resumíveis no interesse de desfrutar a própria cidade.

Eis alguns exemplos: o flunar pelas ruas (inclusive a nova versão das ruas, os *shopping centers*), praças e parques; o olhar as vitrines; o parar nos bares, restaurantes; o ir ao cinema, ao teatro, à livraria, ao museu, à galeria de arte, à loja de discos, ao curso ou grupo de estudos de sua eleição, ao *show*, ao baile, à festa, ao clube (ou à praia), ao centro cultural, ao centro esportivo, à academia de ginástica, dança, música ou artes plásticas e a locais onde se comercializam produtos necessários ao lazer doméstico, como as videolocadoras, os bufês infantis e de adolescentes, alguns *fast foods* como o Bob's, o McDonald's, o KFC.

Divertindo-se fora da cidade

Em fins de semana e férias, o tempo livre desfrutado fora de casa e da cidade aumenta, mas com diferenças segundo sexo, idade, classe socioeconômica e classe sociocultural.

Esse tempo de lazer fora da cidade é a resposta a um desejo de mudança de ritmo, de paisagem e de estilo de vida. A mudança pode acontecer tanto no desfrute mais calmo e tranquilo das mesmas atividades do tempo livre cotidiano quanto numa viagem. Então, no lugar do passo apressado do cotidiano, acontece a possibilidade do andar mais calmo, não utilitário, apenas para observar. No lugar da paisagem monótona da própria cidade, surge a possibilidade de contemplar novos desenhos de cidades, novas arquiteturas de residências, edifícios, igrejas, quando não a oportunidade de apreciar o ambiente de matas, praias, rios e represas. Em vez dos horários apertados do cotidiano de trabalho, as pessoas podem dispor de forma diferente do seu tempo cotidiano para passeio, alimentação e sono. Em vez das roupas comportadas exigidas nos rituais do dia a dia. Entram em cena o calção, o maiô, roupas coloridas.

Na pesquisa do Sesc de 1996, observou-se que, de cada cem paulistanos trabalhadores com mais de 15 anos, 37 tiraram férias nos últimos doze meses; destes, apenas 18 tiraram 30 dias de férias. Apenas 24 dos que tiveram férias, dentro desse período de um ano, viajaram, basicamente, para a praia e interior.

Desses 24, dez viajaram para fora do Estado e apenas dois para o exterior. Ainda dos 24 que viajaram, 17 hospedaram-se em casa de parentes e cinco em hotéis ou pensões.

Crianças e idosos de grandes cidades vivem o tempo livre mais em casa. Na adolescência e na juventude, o tempo livre desfrutado fora de casa aumenta, voltando a diminuir em circunstâncias como casamento/filhos, carga de trabalho acima da média ou tendência ao “alcoolismo do trabalho”.

Viaja-se mais e para mais longe quando se dispõe de mais recursos. O crivo socioeconômico é aqui importante, tanto para se determinar o interesse em viajar quanto a distância e, claro, o dinheiro que será gasto.

Pais ilustrados culturalmente tendem a estimular usos criativos do tempo livre, tanto dentro como fora de casa. Quanto maior a amplitude da vida cultural dos pais, tanto mais oportunidades terá a criança no seu presente e no seu futuro.

Os homens saem mais do que as mulheres. A maior autonomia de deslocamento físico do homem é um traço do comportamento no lazer que a revolução feminista ainda não conseguiu extinguir.

Aliás, algumas feministas esclarecidas já sabem do equívoco do caminho até aqui percorrido, em que se lutou pela igualdade de direito ao voto e ao trabalho. Acreditava-se que essas conquistas bastariam para resolver todos os problemas. Na prática, verificou-se que a conquista do direito ao trabalho escondeu uma cilada – a da dupla jornada de trabalho, sobretudo no caso de mulheres que trabalham e estão casadas com homens que abominam as tarefas domésticas. Na verdade, a igualdade de direito ao lazer deveria ser o primeiro caminho, o que mais teria chances de afrontar o machismo tradicional. Pesquisa realizada no Rio de Janeiro, em 1976, e que apenas confirma resultados de outras pesquisas, já mostrou que uma mulher de classe média alta sai menos de casa do que um jovem operário.

O contraponto sol-água

Nesse lazer fora de casa, a busca dos elementos naturais é a motivação mais importante. O contato com espaços verdes (matas) e azuis (água), com os animais e o contraponto sol-água (bronzear-se, molhar-se) representa as motivações primordiais.

As praias, as represas, os rios (ou mesmo as piscinas) são o primeiro destino das migrações de fins de semana e férias. Alternar o calor do sol com o contato mais frio da água, seja para

bronzear-se, seja para simplesmente desfrutar das alegrias desse contraponto é a lógica da procura por tantos endereços do lazer extradoméstico atual.

A busca do contraponto sol-água, tão difícil no dia a dia de trabalho profissional ou escolar, é intensa em férias e fins de semana prolongados, quando ocorre um aumento considerável dos deslocamentos fora do espaço doméstico e da cidade.

O desejo por esses espaços pode mesmo levar os indivíduos a portarem horas em engarrafamentos nas estradas. Se o tempo mostra-se firmemente quente e ensolarado, os espaços livres urbanos as estradas que conduzem ao litoral têm seu uso bastante adensado. Se esse fim de semana prolongado for posterior a vários outros opacos ou tímidos e, principalmente, se ocorrer próximo ao recebimento de salários, acontece o êxodo maciço.

As pessoas, então, lotam todos os endereços do lazer fora de casa, a começar pelos que oferecem esse contraponto sol-água, seja na cidade (clubes), seja no campo ou, sobretudo, na praia, e mesmo outros, como restaurantes, shoppings, parques urbanos, parques temáticos etc.

Nesses dias, estima-se que, apenas na Região Metropolitana de São Paulo, um milhão de veículos, ou mais de três milhões de pessoas, saem em busca das praias do nosso litoral.

Calcula-se, também, que mais de dois milhões de pessoas selecionam como destino recreativo as “praias” e águas do complexo Billings-Guarapiranga, em São Paulo.

Ambas são estimativas, mas, a rigor, nenhuma observação até agora mostrou-se forte o suficiente para invalidá-las. No caso do complexo Billings-Guarapiranga, apenas o número de clubes, sítios, residências secundárias, hotéis e restantes parece justificá-la.

Quais são as atividades lúdicas envolvidas na busca desse contraponto sol-água?

Praias marítimas, de rios e de represas

Quando se reflete sobre o significado da água no tempo de lazer, a primeira observação que salta aos olhos é que a água marinha desempenha uma atração maior do que a de rios e represas.

Certamente, o mar tem um algo mais que os rios – os saís das águas e dos ventos, as ondas, as grandes extensões de água que tanto estimulam a imaginação. Mais: os mares oferecem um espaço naturalmente organizado para esse contraponto sol-água, que são as praias – às vezes de quilômetros de extensão, espaço raramente proporcionado pelas represas e rios, sobretudo nessas dimensões –, onde alguns buscam multidões para ver e para serem vistos, enquanto outros procuram a sensação de solidão.

Mas se e quando essas praias existem naturalmente ou são criadas à beira de rios e represas, como é o caso da praia dos Namorados de Americana, em São Paulo, ou das praias existentes na represa do Guarapiranga, a densidade de ocupação em fins de semana e férias é semelhante à das praias marítimas.

Residências secundárias e sítios de recreio

A segunda casa – na praia, nas margens das represas, nas montanhas e nas zonas rurais em geral, isolada ou em condomínios – é a solução permanente utilizada pelos mais ricos, sobretudo na proximidade de grandes cidades. A presença de matas, naturais e de água (mar, rios e represas) determina os locais mais procurados.

Mesmo em represas onde essa qualidade está comprometida, como é o caso da Guarapiranga e da Billings, a iniciativa persiste. Se a água não é adequada para se banhar (e, no caso, também para pescar), serve, quem sabe, para um passeio de bote, ou, na pior das hipóteses, para a contemplação. A mera vista de águas, mesmo de represas cuja qualidade de água não é recomendada para o banho, basta para transformar terras vendidas por hectare em vendas por metro quadrado.

Clubes

Os clubes recreativos são uma instituição lúdica que conheceram uma grande expansão neste país, desde o início do século 20. Ainda que marcados por um forte crivo de separação de classes sociais, têm a seu favor o fato de constituírem estruturas privadas (ou seja, subsistem à margem do Estado, sem mendigar recursos) e sem fins lucrativos (vivem das anuidades, das contribuições e da receita de atividades dos próprios sócios). Mais recentemente, porém, surgiram os clubes privados com fins lucrativos. E as alternativas são muitas: clubes recreativos urbanos, clubes de campo, clubes aquáticos, clubes de vela, iates clubes etc.

Os clubes de campo normalmente oferecem infraestrutura recreativa variada para terra (no que se assemelham aos demais clubes recreativos urbanos, com salão de festas, restaurante, salão de baile, discoteca etc.) e para água (com casa de barcos e, às vezes, pequenas marinas).

É de se lamentar, no entanto, o pouco investimento técnico até hoje efetuado para uma conceituação adequada de clubes. Estes não são apenas um amontoado de instalações – piscinas, vestiários, sede social etc. Há necessidade de uma verdadeira sintaxe dessas instalações, ou seja, de um dimensionamento adequado da infraestrutura de água, energia elétrica, esgotos e lixo. Deve-se projetar as instalações também levando em conta a frequência prevista e sua integração, as atividades a serem desenvolvidas e a boa circulação de pessoas entre os espaços. Além disso, é importante conhecer as aspirações dos futuros usuários, em suas diferentes idades. A arquitetura de lazer ainda está se firmando entre nós.

Hotéis, pousadas, campings

Equidistantes dos polos de ambiência intensiva da natureza, como ocorre nas residências secundárias, e da ambiência ocasional propiciada pelos diversos tipos de clubes, existem os hotéis, as colônias de férias, e, já que nem todos apreciam a estada em es-

truturas de tipo urbano, o *caravanning* (para *trailers*) e o *camping* (para barracas).

Os hotéis e sua variante mais popular, as colônias de férias, são mais requisitados por pessoas, sobretudo por famílias, que preferem desfrutar de algumas comodidades impensáveis na própria casa. A busca desses espaços explica o grande número de hotéis de lazer, inclusive dos chamados *hotéis-fazenda*, em todo e qualquer local aprazível com bom acesso.

Já outros, especialmente os mais jovens, apreciam manter-se o mais próximo possível dos elementos naturais, sobretudo da água. Nesses casos, a barraca, o colchonete e o *trailer* podem ser mais úteis do que as facilidades sofisticadas dos hotéis e colônias, que lembram o cotidiano artificial das cidades.

A pesca

A pesca é outra forma de desfrute da natureza, que se realiza também em diferentes contextos. Embora a pesca no mar esteja em ascensão, a mais comum ainda é a ficada nos rios e represas. Nos rios mais piscosos do interior, há a cultura do rancho de pesca, masculina (e às vezes inacessível ao mundo feminino), voltada ao *mix* pesca-bebida-comida-descontração. O rancho é, como o nome indica, frequentemente tosco, equipado com o mínimo indispensável de objetos domésticos.

A pesca não necessariamente é participativa e festiva. Também pode ser solitária, nômade. Nesse caso, o pescador vagueia pelos pontos de remanso, pesquisando os melhores pontos de pesca, onde faz *cevas* para atrair os peixes. Esse pescador, aliás, acaba sendo um dos primeiros a detectar a deterioração das condições das águas de rios e represas, atento que está às mudanças que se operam na fauna fluvial.

Mais recentemente, como alternativa econômica de exploração da propriedade rural, surgiu uma nova modalidade de pesca, sem os mesmos atrativos culturais da pesca amadora tradicional, mas

com resultado final mais garantido: os “pesque-pague”, que proliferam nos braços de rios não poluídos, onde lagos ou tanques abarrotados de peixes estão à disposição das linhas dos pescadores, que remuneram os proprietários desses “pesqueiros” de acordo com o tempo de permanência ou com a produtividade da pesca.

Passeio e contemplação

O simples passeio para apreciar as áreas verdes (matas) e azuis (águas), em meio a um entorno agreste ou urbanizado, tudo pode servir de pretexto para o deslocamento da cidade.

A praia marítima ou fluvial, o remanso do rio, a sinuosidade do seu curso, uma bela vista de montanhas ou da paisagem de uma cidade, tudo serve para justificar uma parada. Essa parada é, às vezes, incentivada pelo belvedere, pelo restaurante, pelo hotel, pela barraca de sucos, comidas, bebidas e bugigangas, que enriquecem os atrativos naturais e se tornam novos objetos de interesse.

Esse gosto está na origem das propostas de vias turísticas, que, antes de mais nada, são um incentivo ao passear. Se a implantação dessas vias ainda é reduzida, isso se deve ao seguinte círculo vicioso: porque não há investidores privados em hotéis, restaurantes, centros de venda de artesanatos e produtos rurais, não há um custo-benefício positivo para implantação de estradas turísticas, ainda que estas sejam de custo bastante baixo; e, porque os caminhos são difíceis, sobretudo em época de chuvas, os investidores privados não se animam a investir.

Tal círculo vicioso deve ser quebrado um dia, parecendo claro que essa tarefa cabe ao poder público, ainda que com a parceria da iniciativa privada, no investimento nessas vias.

O mesmo gosto está na origem, também, das trilhas – para passeios a pé, de bicicleta ou de moto. Inúmeras prefeituras vêm investindo na implantação e, sobretudo, na manutenção desses tipos de trilha, bem como criando eventos capazes de divulgá-las e de animá-las.

Aliás, o turismo, antes tão desprezado, parece ser hoje a panaceia universal, o único remédio para municípios sem vocação industrial. Há de se ter, contudo, um certo bom-senso. O turismo, sem dúvida, sempre será um fator adicional de receita, às vezes o mais importante, de municípios e países. Mas nunca será a solução, já que requer investimentos de vulto (ao menos na proporção da demanda imaginada pelos governantes) e, de modo geral, oferece à população local empregos subalternos (os executivos sempre vêm de fora), além de temporários e sem perspectiva de carreira.

A formidável expansão do lazer ao ar livre

No rastro desse mesmo contraponto sol-água, surgem novas modalidades de esporte: surfe, *windsurf*, esqui aquático ou passeio *de jet*, *rafting* (descidas com botes em corredeiras), *canyoning* (descidas em cachoeiras com auxílio de cordas e cadeiras especiais) etc.

O litoral vem sendo cada vez mais utilizado por veleiros, pranchas de *windsurf* e equipamentos de esportes similares, pequenos barcos e botes. O mesmo acontece com as represas, embora estas tenham seu potencial subutilizado, e também com os rios. Qualquer rio com mais de cinco metros de largura pode ter seu uso lúdico assim incrementado. Mesmo trechos de centenas de metros podem ser utilizados recreativamente por pequenas embarcações, se houver um mínimo de apoio em terra, o que contribuiria decisivamente para a disseminação dessa prática.

Ecoturismo e esportes radicais são duas novas maneiras de designar as atividades de lazer ao ar livre, que, para muitos, são as que mais crescem no momento.

6. UMA PALAVRA SOBRE O SEXO

Não se pode falar em diversão sem falar em sexo. A motivação da busca de parceiros para o sexo está presente em todas as atividades sociais humanas, inclusive no ambiente de trabalho e principalmente nos momentos de diversão. Segundo uma piada corrente, o sexo é o *playground* dos adultos. No caso, diversão seria igual a sexo.

A obsessão do sexo

A maioria das opções do divertir-se humano traz, de forma clara ou velada, o desejo do encontro sexual. Não raro, qualquer divertimento só é satisfatório quando envolve alguma proeza sexual. Mais ainda: para algumas pessoas, o sexo é a única diversão aceitável...

Essa busca de sexo é explorada à exaustão pela indústria do entretenimento. Filmes, romances, telenovelas conhecem a importância do sexo nas suas receitas de sucesso.

A ficção literária em geral surgiu com o eixo temático do relacionamento entre o homem e a mulher, com seus tons e meios-tons, com seus encontros e desencontros, com suas alegrias e tragédias. Um filme ou romance cujas narrativas não incluam o encontro sexual dificilmente terão aceitação do grande público.

O cronista Henrique Pongetti, tão lido nos tempos da antiga revista *O Cruzeiro*, afirmava que distribuía estrategicamente nos seus textos algumas palavras terminadas em *sexo*, como isca para a leitura diagonal dos leitores menos fiéis.

A publicidade também usa e abusa do recurso ao sexo. Seja qual for o produto a ser divulgado, o caminho mais curto para o criador publicitário parece ser quase sempre o da associação a uma trama de um encontro sexual.

Mais um sinal dos tempos

A chamada *revolução do tempo livre* veio reforçar essa tendência... Dentro desse tempo, agora ampliado, criou-se um tempo só o qual a antiga repressão perdeu espaço, abrindo novas perspectivas para o exercício do prazer sexual.

Nesse tempo, os indivíduos passaram a criar atividades à margem dos controles da família, do trabalho e da religião: atividades mais ditadas pelo seu interesse pessoal, gratuitas, isto é, sem nenhum objetivo concreto, mais baseadas no prazer do que em qualquer dogma moral.

No tempo de lazer, homens e mulheres, em grupos de iguais, começaram a se sentir mais capazes de inventar, de criar novos modelos de relacionamento menos formais, menos assentados sobre critérios desejados pelos pais e mais ditados pelo interesse mútuo.

O sociólogo francês Joffre Dumazedier, o criador das ciências do lazer, lembra bem que, pouco a pouco, esse modo de viver o tempo livre de lazer foi contaminando, em retorno, a própria família e o trabalho.

A mulher passou a se perguntar sobre os próprios direitos, o mesmo acontecendo com os filhos. Os avós perguntaram-se se o destino de seu final de vida seria apenas cuidar dos netos e se não haveria algo melhor na vida do que ser reserva moral da família. Surge, assim, uma nova família, menos autoritária, mais democrática, em que as diferentes gerações dificilmente compartilham dos mesmos gostos e atividades.

O mesmo acontece no trabalho: métodos participativos e democráticos, em vez dos métodos autoritários de antigamente. Se a relação humana baseada nas próprias motivações funciona no lazer, por que não na família e no trabalho?

Por que o trabalho não poderia ser objeto do mesmo tipo de participação existente numa “pelada”? Indo ao encontro dessas aspirações, as ciências da gestão ocupam-se hoje em criar mode-

los de administração mais participativos, em que os empregados podem opinar sobre os rumos da produção e a sua implementação.

Novos modelos e formatos de atividades, mais livres, questionadores dos tabus sexuais que até recentemente estavam comodamente instalados na consciência das pessoas...

Uma nova maneira de encarar o próprio corpo

Antes de falar de sexo, observemos mudanças visíveis na relação entre o homem e a natureza: em vez de subordinar a natureza aos seus caprichos, o que se nota é a busca de uma relação de parceria. Todos nós dependemos da mesma mãe-terra, e a extinção de uma espécie mineral, vegetal ou animal certamente será danosa também para a espécie humana.

Corpo e natureza passam a se integrar melhor nesse contexto. Aliás, nosso corpo é o que mais nos liga à natureza. Por que então escondê-lo?

As roupas deixam de ter a função de resguardo do pudor, como no passado. Ao contrário, cada vez mais são produzidas para sofisticar a exibição dos corpos. O corpo nu ganha *status* de arte. As praias e campos de nudismo são a expressão maior dessa tendência.

A exibição do corpo é associada ao despertar do desejo sexual. De outro modo, praias cheias seriam indesejáveis. Para muitos, ao contrário, é essa proximidade – e a promiscuidade que daí decorre – que constitui o seu principal atrativo.

Dois fatos recentes são expressivos dessa tendência. O primeiro foi o lançamento de livros de arte com nus de competidores e competidoras da Olimpíada de Atlanta, realizada em 1996. Corpos esculpidos para o esporte são, sem dúvida, a expressão máxima do atual padrão de beleza masculina e feminina estruturado sobre a perfeição das formas.

O segundo é anedótico: em uma cidade da Riviera italiana, o poder público proibiu as pessoas idosas de exibirem seus corpos.

O que o turismo local exigia era, aparentemente, não um remédio mas um incentivo à excitação e à concupiscência.

Uma nova relação consigo mesmo

Solidão e isolamento são formas diferentes de inserir-se na sociedade. A solidão pode ser buscada. O isolamento é uma condição imposta.

Inegavelmente, há uma busca da solidão, que, para muitos, traduz-se na necessidade de morar sozinho. Não há por que chamar essa atitude de egoísta. O cuidado consigo mesmo é a primeira exigência de quem quer cuidar também de outros... Aprender a viver consigo mesmo – eis a chave da solução para viver com outro ou outros.

Assim, o viver sozinho torna-se cada vez mais comum. Constitui mesmo um mercado econômico em franca expansão. E não se diga que representa uma opção menor, sem relacionamentos. Existe hoje uma solidariedade de casais, como antigamente, mas uma nova forma se desenvolve, a da solidariedade entre solitários, que se telefonam e se cuidam entre si.

Nessa busca de um novo relacionamento consigo mesmo, surge uma nova forma de revalorização do próprio corpo. Há de se desfrutar dele intensamente, seja no contato com o sol, com a água, seja na busca de parceiros para a amizade e para o sexo.

Há o direito à própria escolha sexual, com ou sem parceiros e seja qual for o tipo de parceiro. Homens com mulheres, homens com homens, mulheres com mulheres, jovens com velhos. E há aberrações, condenadas como excessos, como a introdução de crianças e animais no jogo sexual.

Há sobretudo uma exigência do direito individual, do reconhecimento da esfera individual onde transitam as escolhas sexuais. Donde as lutas contra diferentes religiões em favor do direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e do direito ao aborto.

Uma nova relação com os outros

Na busca de parceria, a relação com a natureza animal e vegetal ganha estatuto de sociabilidade o que antigamente era atributo – até apenas uns poucos esnobes –, sob novas formas.

Há uma sociabilidade em relação aos animais domésticos, muitas vezes tratados como pessoas da família. Para muitos, essa ligação que se estabelece com os animais não é uma relação com outro ser vivo e sim com uma obra de arte, com uma espécie de espelho de si mesmo, uma forma de narcisismo. Para outros, é um contato com a criança ancestral, um resgate de nossa parte animal. Para outros, ainda, é a busca do animal-confidente, o mudo mas eloquente companheiro de todas as horas. Para alguns casais sem filhos, é um sinal de compromisso, o substituto da criança que não foi gerada, um prazer de duração suficientemente breve e que não hipoteca o futuro.

Sem falar nessa sociabilidade (quase uma religiosidade) em relação ao mundo vegetal. Há mesmo pessoas que falam com flores e plantas...

No campo da sociabilidade humana também se operam mudanças. Há, no tempo da diversão, uma nova relação que se estabelece com os outros, mais baseada na busca de uma autenticidade de gestos e atitudes do que em papéis e etiquetas. Pouco a pouco esse modelo contaminou a vida em família e mesmo no trabalho.

Casar por casar, para quê? Ter filhos apenas para ter filhos, por quê? Fazer sexo apenas para procriar, por quê? Obedecer a um chefe idiota, por quê? Como bem notou Joffre Dumazedier, não é o fim do dever, como temem alguns. São as próprias fronteiras entre os direitos do indivíduo e os direitos da família e do trabalho que mudaram, sem sacrificar nem uns nem outros.

A recusa do filho em obedecer ordens incompreensíveis dos pais, que antigamente se chamava desobediência, hoje se chama respeito consigo mesmo e direito à determinação dos rumos da própria existência.

Atitudes antigamente tachadas de egoístas, de individualistas – como, por exemplo, a do adolescente que exige ser reconhecido como ser humano integral e não como miniatura de adulto, a da mulher que quer determinar a sua vida independentemente do casamento, a do homem que se revolta contra as arbitrariedades das regras sociais –, são hoje encaradas como exigência da dignidade.

Abrir mão do direito à separação num casamento que não cumpre as expectativas do homem e da mulher, seja no sexo, seja em outros campos, que antigamente considerava-se abnegação, hoje acredita-se não passar de alienação, escravidão.

Nesse contexto, as relações sociais criadas pela atração sexual também perdem o antigo estigma da obrigação. Em lugar do namoro, do noivado e do casamento, cada um com suas regras e posturas, os relacionamentos ganham formas mais livres e menos comprometidas. O “ficar junto” dos adolescentes é um exemplo desses novos modelos.

Nessa passagem de uma sociedade autoritária para uma sociedade mais democrática, tanto a escola como a família perdem a oportunidade pedagógica de discutir o sentido da palavra *responsabilidade*. Esta precisa ser urgentemente liberada da forte carga depreciativa que incorporou com o tempo. Ser responsável não significa ser sisudo, ou trabalhador, ou estraga-prazeres. A expressão “liberdade, porém com responsabilidade” certamente é uma das causas do pouco prestígio do termo. Como bem observou certa vez o filósofo católico francês Jacques Maritain (1882-1973), há algo de perverso nessa expressão e que pode ser corrigido com a sua inversão – “responsabilidade, porém com liberdade”. Sem dúvida, a simples ordem dos termos ligados com a conjunção *porém* altera muito o peso e o sentido da mensagem da frase.

Ser responsável significa apenas ser capaz de responder pelos próprios atos e sobretudo pelas suas consequências, de mostrar-se consciente do significado e das implicações das próprias atitudes. Não é fácil entender essa definição aparentemente tão simples!

Incuti-la é uma tarefa beneditina, ou seja, algo a ser repetido por pais e professores muitas e muitas vezes, em muitas situações diferentes, sem pressa, sem impaciência pelos resultados...

O amor romântico

Os estudiosos costumam situar no século 12 o início dessa busca de individualidade no plano sexual. Os trovadores exaltavam a aventura de quem buscava no encontro sexual um sentimento – que passou a se chamar *amor* – que fosse mais do que a volúpia, a lascividade, e que não visasse apenas à reprodução da espécie, como desejava a religião.

O escritor norte-americano Joseph Campbell (1904-1987), que ficou conhecido entre nós pela revalorização do papel pedagógico do mito, chega mesmo a ver nesses trovadores e no movimento que desencadearam o primeiro esforço da civilização ocidental para afirmar o papel do indivíduo em contrapeso ao poder da sociedade.

Ao valorizar a liberdade de escolha do parceiro, papel até então reservado à família, esse movimento deu início a um irreversível processo de busca da liberdade individual.

Mesmo hoje, quando minorias de rapazes e moças declaram seu desejo de preservar-se para o futuro parceiro com o qual venham a se sentir ligados mais fortemente, não se pode falar em recuo ou em neoconservadorismo. Não há exagero em afirmar que se trata de um novo avanço.

Parece que a civilização usa de tamanha energia para romper um tabu, que tem dificuldades em, posteriormente, frear-se diante de qualquer limite, explorando à exaustão a nova liberdade que se abre. Assim aconteceu com o antigo tabu sexual, que vedava o direito ao sexo e persistiu até a década de 1960. Antes era proibido dizer “sim” ao sexo. Depois de rompido o tabu, tornou-se obrigatório dizer “sim”. Delimitar essa liberdade é, sem dúvida,

um avanço, ainda que para isso tenhamos tido de conviver com a praga da aids.

Não por acaso, os educadores sexuais valorizam as minorias que rejeitam o sexo indiscriminado e insistem que mais e mais jovens devam dizer “não” a uma proposta de relacionamento sexual, se não a desejarem ou ainda se julgarem suficientemente preparados para ela. O melhor de tudo é que essa evolução não foi induzida pelos pais e menos ainda por campanhas educacionais. É produto da evolução da consciência dos jovens, ainda que de uma minoria deles. Mas, sem dúvida, há muito o que caminhar...

Os limites do prazer do sexo

Numa civilização em que a preocupação com o sexo e o exercício do seu direito atingiram tão alto grau de liberdade, é fundamental entender os limites do chamado *prazer sexual*. Ele não é igual para todos.

Há alguns que dele sentem mais falta do que outros. Assim como uns abrem mão dele com facilidade, em favor de um ideal religioso ou político, por exemplo, há quem faça dele uma droga – os viciados em sexo, em favor de quem médicos e pesquisadores trabalham sem cessar, tentando fazer com que esse prazer possa ser desfrutado da forma a mais duradoura possível.

Ademais, o sexo, à moda ocidental e da maneira como é valorizado no Ocidente, é um exercício que está longe de corresponder às expectativas criadas. “É puro *marketing*”, disse recentemente um humorista. Trata-se de um dos prazeres de menor retorno em termos de custo-benefício: um benefício efêmero de alto custo.

Não se compartilha impunemente da intimidade de outra pessoa... exceto quando se busca essa intimidade com a pessoa amada, quando o prazer cresce com o tempo. Infelizmente, contudo, sobretudo para os homens (e, aparentemente, cada vez mais para as mulheres também), nessa situação a intimidade é pouco desejada, o que explica, em parte, as altas taxas de divórcio. Intimidade

e excitação parecem não combinar na cultura média do homem ocidental. Nesse contexto pode-se entender a jocosa – e ao mesmo tempo triste – tirada do ex-presidente Jânio Quadros a um jovem que o tratava por você: “Intimidade só traz aborrecimento e filhos”. De que forma a excitação sexual pode aumentar com a intimidade? Esse é o aprendizado desejável em cima do qual trabalham os terapeutas sexuais mais esclarecidos: a passagem do sexo baseado no mistério, na aventura, para o sexo da intimidade; em vez do sexo que se banaliza com o tempo, valoriza-se o que se beneficia com o maior conhecimento que os parceiros desenvolvem um em relação ao outro. É menos cinematográfico, mas, certamente, mais gratificante.

Sexo sagrado e sexo profano

Novamente, deposita-se grande esperança no intercâmbio cultural cada vez maior entre o Ocidente e o Oriente. O Oriente, é verdade, apenas no século 20 conheceu esse modelo individual de escolha do parceiro. São tragicômicas, para um ocidental, as histórias de moças chinesas bonitas, no início desse século, que ficavam solteiras por se recusar a usar seus atributos pessoais para conseguir marido...

Por outro lado, a cultura oriental criou formas de exercício sexual bem mais completas e compensadoras, mais baseadas no exercício do erotismo do que na busca do orgasmo a qualquer custo. Os exercícios tântricos são um exemplo dessa forma de prática sexual desconhecida no Ocidente. As civilizações orientais preocuparam-se em conceber uma prática sexual baseada na complementaridade e na integração de opostos, na união ao mesmo tempo carnal e mística, uma *metafísica do sexo*, título aliás de uma obra brilhante do italiano Julius Evola.

Um ocidental certamente é capaz, também, de sentir no sexo um ritmo diferente do Eros, aquela corrente que invade corpo e alma, transportando-o para esferas sempre desconhecidas da sen-

sibilidade. Mas, segundo o próprio Evola, o que podemos comprovar pelas nossas experiências pessoais e pelo que as pessoas se atrevem a contar (descontando-se sempre os exageros, claro!), o único domínio erótico conhecido pelo homem e pela mulher do Ocidente é o do sexo profano, cerebral, mesmo quando se tem uma vida sexual exuberante, desinibida e até libertina. Sem esquecer as corrupções (era sentido que explicaremos no capítulo 7) do sexo: as formas de aberração já mencionadas (com animais e crianças), o sexo indiscriminado e frenético, além da prostituição e do chamado turismo sexual.

Essa cerebralidade da prática sexual ocidental levou o pai da psicanálise, Sigmund Freud (1856-1939), a comentar um dia que o espantoso não era haver problemas no exercício sexual entre casais e, sim, de às vezes dar certo. Em outras palavras: o estranho no Ocidente não é constatar o grande número de experiências negativas com sexo, e sim o fato de alguns casais conseguirem uma vida sexual satisfatória por anos e mesmo décadas...

Considerando as conquistas das civilizações orientais nesse plano, o sexo no Ocidente é bem pobre, baseado simplesmente no mistério das formas, que rapidamente se dilui em meio às imagens estereotipadas veiculadas pela mídia, que sempre oferece formas novas e mais perfeitas; ou na vertigem de um orgasmo que dificilmente se prolonga além de 5 minutos (já aqui estamos no plano da verdadeira proeza sexual); na fantasia de um encontro que, sobretudo para os machos, raramente se quer prolongar muito além do momento do orgasmo; e na competição da conquista ou da sedução que se esgota logo nos primeiros encontros.

É bem pouco. É muito pouco, para fazer frente a todas as desventuras que frequentemente se associam a esses simples exercícios. Talvez aqui se possa entender a extensão do desabafo do cineasta espanhol Luis Buñuel (1900-1983). Bem dentro do tema da sua então recente criação *Esse obscuro objeto do desejo*, filme que trata da busca de um encontro sexual que nunca se concreti-

za, Buñuel, já velho, respondeu de forma jocosa a um jornalista, que lhe perguntava sobre sua vida sexual, a lembrar a reflexão de Freud aqui mencionada: “Felizmente já estou livre desse abacaxi”.

CAPÍTULO II

Por que é difícil divertir-se?

Entre a correria do final de expediente na sexta-feira, quando as pessoas saem alvoroçadas pela expectativa de prazer do final de semana, e “o bode” da música do *Fantástico* no domingo à noite, alguma coisa aconteceu ou deixou de acontecer.

Por que essa busca desenfreada do divertimento é tão frustrante para a maioria das pessoas? Por que divertir-se é tão difícil? Essa é uma questão de resposta inesgotável. Todos têm, com justiça, alguma coisa para dizer e certamente todos têm razão.

Nos capítulos seguintes, tentaremos arrolar essas queixas, associando-as aos estudos conhecidos. Falaremos, em primeiro lugar, dessa voracidade de aventura, vertigem, competição e fantasia, que levam os indivíduos a tentarem concretizá-las além dos seus limites, terminando por corrompê-las.

Em seguida, falaremos da dificuldade do não-fazer-nada, do peso da tradição que relaciona o ócio a quase morte; de como os indivíduos, ao procurarem ser iguais aos outros, terminam por não mais saber onde estão as verdadeiras motivações de diversão e entretenimento em sua vida.

Depois, num outro capítulo, abordaremos o problema do consumo no divertir-se e de como a combinação entre dinheiro e diversão é de resultado incerto.

Finalmente, falaremos das dificuldades de as pessoas transitarem entre os tempos artificiais do trabalho e do lazer.

7. A CORRUPÇÃO DO LÚDICO

O potencial criativo e educativo do lúdico pode facilmente se corromper e gerar problemas profundos. Do gosto pela competição, pode nascer a violência; do gosto pela aventura, pode nascer a escravidão dos horóscopos e jogos de azar; do gosto pela vertigem, podem nascer o uso compulsivo de drogas químicas e não químicas, permitidas ou proibidas, e os rachas noturnos; e a fantasia pode descambar em esquizofrenia ou paranoia.

A corrupção da competição – a violência das torcidas organizadas

A competição brota como impulso primário, traço que sem dúvida herdamos da primeira ameba que disputou com o meio ambiente condições mínimas de vida. Esse impulso da competição, base do lúdico do esporte, é o mesmo que opõe indivíduos uns aos outros, sob formas concretas ou simbólicas de violência. Já aqui, os educadores têm toda a razão de temer a competição. Uma forma concreta é a que alimenta a fúria das torcidas organizadas e que esvazia os estádios de futebol. Uma forma simbólica é o consumo, utilizado como forma de diferenciação dos indivíduos, sobre o qual falaremos mais adiante.

O psicólogo norte-americano James Hillman tem uma curiosa opinião sobre a violência das torcidas de futebol. Segundo ele, a sociedade ignora, não reconhece a agressividade que todos nós carregamos e que não deve ser negada em nome de nenhum princípio (religião, cidadania etc.), e sim exorcizada. Hillman defende que, ao deixar de reverenciar devidamente Ares (ou Marte), deus da guerra segundo a mitologia greco-romana, o homem é castiga-

do com o extravasamento incontrollável da própria violência. Em outras palavras: a agressividade reprimida e não aceita explode em violência.

Com efeito, não se pode esquecer que o esporte é um produto sublimado da guerra. Aliás, já se escreveu muito sobre o fato de civilização significar, antes de mais nada, sublimação de nossos impulsos antissociais. A nossa civilização ao menos já encontrou no esporte uma forma mais elaborada de expressão da agressividade. “O Corinthians esmagou o Palmeiras”, diz a manchete esportiva. E, por mais que não se tolere o time adversário, há de se agradecer o fato de que se trata de um “esmagar” simbólico, sem vítimas, ao menos dentro do campo de futebol.

Em 1982, pouco antes do início da Copa do Mundo de Futebol da Espanha, os jornais mostraram um inglês que recebia seus compatriotas vencedores da guerra das Malvinas/Falklands* com um cartaz que dizia: “Agora a Copa do Mundo”.

Assim, como afastar a violência dos estádios e, ao mesmo tempo, respeitar a necessidade de expressão da agressividade das pessoas? Aqui no Brasil, as torcidas organizadas foram simplesmente proibidas. A medida produziu alguns resultados, é verdade. Mas, até quando?

Alguns comentaristas esportivos mais esclarecidos já sugeriram a vinculação institucional das torcidas organizadas aos próprios clubes. Com efeito, elas sempre fizeram parte do espetáculo esportivo, mas nunca foram assim tratadas. Na melhor das hipóteses, são mostradas pela televisão com seus fogos e alaridos.

Mas podem participar muito mais e dispor de alternativas que permitam extravasar sua agressividade – sem que esta se transforme em violência explícita –, canalizando-a para a “glória” e o “charme” do clube. Isso daria às torcidas um sentido de coparticipação e de integração ao clube a que pertencem.

Há clubes de futebol europeus que dispõem de dois quadros associativos: um deles refere-se ao clube recreativo, em que o as-

sociado pode desfrutar de piscinas, quadras e participar de bailes, festas e tem outro que se refere apenas ao time de futebol, em que o associado tem o direito de eleger a diretoria do clube. Já é uma forma de participação, sem dúvida.

Mas por que não enriquecer o espetáculo esportivo com desfiles prévios das torcidas organizadas? Por que não promover competições entre elas, de maneira que o resultado eventualmente medíocre da equipe em campo não se transforme no único (e, assim, potencialmente trágico) canal para exteriorizar sua agressividade? Esses desfiles, fanfarras, de caráter épico, monumental, seriam o culto a Marte de que fala Hillman.

Medidas desse tipo custam dinheiro, mas esse custo pode ser minimizado ou anulado via *marketing*. Além disso, tornariam o espetáculo esportivo mais rico. Afinal, uma reclamação comum aos frequentadores de estádio de futebol é que a duração do evento chega a ser menor do que a do deslocamento da casa ao campo. Menos mal, quando é uma boa partida, o que infelizmente nem sempre acontece.

A corrupção da aventura – adivinhações e apostas

O impulso da busca do acaso, da aventura, pode limitar-se a um jogo periódico de cartas com os amigos, ou ao misto de credulidade e incredulidade com que lemos diariamente os horóscopos em jornais ou que nos invade quando recebemos as previsões do futuro ditadas por mapas astrológicos...

Mas pode também nos deixar trancados em casa, por conta de previsões assustadoras sobre acidentes, ou nos transformar em assíduos frequentadores de casas de bingo, em nome de apostas que podem nos trazer fortunas. A prevenção desses problemas exige uma postura mais objetiva e esclarecida tanto dos participantes quanto dos nossos modernos profetas e dos promotores de jogos.

Em primeiro lugar, não se trata de pregar a extinção nem dos horóscopos e formas similares de previsão nem dos jogos de azar. No século 19, a escola pública era tida como o remédio necessário para extirpar as superstições. Um século e meio depois, num país quase totalmente escolarizado como a França, descobriu-se que 70% das pessoas liam regularmente horóscopos, e que 30% delas seguiam fielmente as previsões.

Hoje, no Brasil, apostas legais e ilegais movimentam 5 bilhões de reais anuais. Recentemente, uma pesquisa efetuada por uma empresa de consultoria de negócios revelou que, entre as famílias pobres, os gastos com jogo superavam os gastos com alimentação...

Os nossos “profetas”, tanto os que atuam em jornais e tevê como os que dispõem de consultórios e clínicas, precisam ser bem mais claros sobre a natureza de suas previsões e a do discurso oracular que proferem para seus ansiosos clientes.

Devem explicar que a fala do oráculo não pode ser entendida como a fala do cientista. O discurso do cientista deve ser unívoco, ou seja, deve significar uma coisa só. Já o discurso oracular ou “profético” é ambíguo, ou seja, pode ter vários sentidos. Mas se ele não mostra o futuro certo, serve inegavelmente para ampliar o mundo interior de pessoas apenas ocupadas com o exterior.

Não por acaso, o templo dedicado ao deus Apolo, em Delphos – em que o mais prestigiado oráculo da Grécia antiga fazia suas previsões –, ostentava na sua entrada os famosos dizeres “conheça-te a ti mesmo”. Ou seja, o que menos importa é a palavra do oráculo em si; importa, sim, a forma como a pessoa vai utilizá-la para se conhecer melhor.

Dizer a uma pessoa que ela precisa acreditar mais na própria sensibilidade é uma forma efetiva, ainda que tímida, de mostrar-lhe um universo novo, ao qual sua vida materialista pouco se liga. Dizer a uma pessoa muito pobre e deprimida que alguém a inveja pode ser uma forma de resgate dos aspectos positivos de sua

personalidade e de sua vida, bem como da autoestima necessária para que ela possa levantar-se e viver.

Algumas pessoas sabem utilizar bem esse gênero de pensamento.

Aliás, a educação para o pensamento e para o discurso mítico ou oracular está na base da atual disseminação do estudo de lendas e mitos de todas as origens. Seu poder terapêutico e educacional para crianças e adultos já é hoje bem conhecido...

Por outro lado, esses “profissionais” precisam ensinar seus clientes a não caírem na cilada das “profecias autorrealizáveis”. Por exemplo, dizer a uma moça casamenteira que em breve ela vai encontrar sua alma gêmea seria o mesmo que condená-la a cair nas mãos do primeiro trambiqueiro que encontre e que minimamente a encante. Da mesma forma, dizer a um hipocondríaco que ele sofre de um mal ainda não diagnosticado pelos médicos é certamente condená-lo a sofrer todos os sintomas da doença, quando não a própria doença...

Os promotores de jogos também precisam ser mais claros ao explicar que jogo não é investimento, além de mencionar as chances de ganho dos clientes, em vez de acenar-lhes uma riqueza certa.

Nenhuma banca de jogo, seja num cassino, seja num bingo, seja numa casa lotérica oficial ou clandestina, está programada para perder. Quem ganha, ganha uma fração pequena do total que os demais competidores perderam. O mínimo que se pode exigir é que a publicidade do jogo explicita esse percentual de possibilidade de ganho, de forma clara, numa tarja semelhante a de cigarros, um alerta que deveria existir também na publicidade de bebidas, entre outros casos.

A corrupção da vertigem – as drogas e os rachas

A inocente vertigem de um tobogã ou de um livro policial pode desencadear a necessidade de emoções mais fortes por meio

de gestos fáceis como esvaziar copos de bebidas alcoólicas e experimentar outros tipos de drogas químicas, sem falar da moderna vertigem da velocidade, tão valorizada na publicidade de carros.

O gosto pelas emoções fortes é outra tendência cultural da qual a publicidade usa e abusa. Como falar do prazer de fumar cigarros, uma droga que provoca bem pouca vertigem? Que tal então divulgá-lo em meio a uma cena em que alguém se prepara para pular de uma altura considerável no remanso de uma cachoeira cercada de pedras que podem esmagar sua cabeça?

Droga é tudo aquilo de que lançamos mão para suportar a dor do tempo que passa. Como diz um belo poema do poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867), pode ser o álcool, pode ser uma poesia, pode ser uma paixão. E como o sociólogo francês Michel Maffesoli disse recentemente numa conferência no Brasil, em 1991, “é preciso usar moderadamente do maior número possível de drogas, para não ser vítima de uma só, porque esta mata, principalmente se for o trabalho”.

Atenção! Ele não estava fazendo apologia das drogas proibidas. Simplesmente chamava a atenção para o lugar importante que desempenha nas nossas vidas toda atividade capaz de acelerar um pouco a pressão sanguínea, de injetar um pouco de adrenalina no nosso cotidiano: a partida de futebol ansiosamente esperada, o livro guardado para o momento adequado, o reencontro com velhos amigos, o prato que se fez, ou que se irá saborear num restaurante etc.

Maffesoli queria dizer que necessitamos de muitos desses recursos, do maior número possível deles. As clínicas de drogados sabem disso e não por acaso se esforçam para levar o paciente a reencontrar a multiplicidade de prazeres que a vida pode oferecer, até que ele possa, finalmente, abrir mão de uma única droga, quase sempre perigosa.

O sociólogo francês igualmente não fazia o “escracho” do trabalho, ao mencioná-lo como a pior das drogas. Ele falava, certa-

mente, das doenças do trabalho, sobretudo do trabalho obsessivo, que limita os seus resultados objetivos e nega as alternativas de realização do indivíduo fora dele.

No caso das drogas, uma verdadeira educação não é a que as nega, e sim a que as reconhece no cotidiano, em suas múltiplas formas, incluindo aquelas formas que dizem respeito a quase todos nós... Deve-se, pois, começar esclarecendo de que drogas se fala.

Há drogas químicas pesadas proibidas, como a heroína, o ópio, o *crack*, que criam dependência física e psicológica logo nas primeiras experiências e conduzem a quadros terminais de vida; ou proibidas, mas não tão pesadas, como a cocaína, os ácidos, os cogumelos; ou as permitidas com receita médica, como as anfetaminas, os barbitúricos, os antidepressivos, cujo uso pode fugir ao controle do paciente, com danos variados.

No rol das drogas químicas pesadas permitidas estão o álcool e o tabaco, que também produzem dependência física e psicológica e são as que mais causam perdas à economia.

Existem ainda as drogas químicas leves, como a maconha e os inalantes, que são temidas porque, acredita-se, induzem ao uso de drogas mais pesadas.

Não se pode esquecer das drogas químicas que nem são tratadas como tais, como chocolates e açúcares, cujos danos à saúde também já são bem conhecidos.

A sociedade já inclui, com justiça, certos comportamentos no rol das drogas, como o consumo compulsivo e, de resto, tudo o que é compulsivo, como o vício em jogos de azar ou em sexo e a mania por computador (a chamada “netmania”).

Drogas disfarçam-se até mesmo sob formas tidas socialmente como nobres. Às vezes o são, como no caso da obsessão pelo ideal de trabalhar com pobres, deficientes, oprimidos em geral, ou por um empreendimento religioso, econômico, político, social ou cultural – “A política é a minha cachaça”, “Aquela obra é o meu vício”, “A pesquisa é a minha droga”, dizem as pessoas engajadas nessas

atividades. Às vezes não o são, como é o caso do trabalhador compulsivo, que assim age não por um ideal, mas pela incapacidade de desfrutar da família e do lazer.

Nessa multiplicidade de formas, há também posturas diversas a assumir. Começemos pelas formas chamadas, com justiça, de nobres. Devemos agradecer à divindade na qual cremos o fato de existirem pessoas capazes de abrir mão de muitas formas de prazer da existência e mesmo de dedicar suas vidas a uma causa justa; e devemos rezar para que essas pessoas não se percam em fundamentalismos religiosos e políticos geradores de intolerância, vindo a achar que todos devem ser como elas.

No extremo oposto, em relação ao *crack*, à heroína, todo o poder repressivo do Estado e das instituições deve ser utilizado, sem reservas e sem limites, para eliminar seu uso e comércio.

Quanto aos demais tipos de drogados – quer se trate do trabalhador obsessivo, do “netmaníaco” ou do viciado em álcool, em cocaína, em tabaco ou em doces e chocolates, em sexo –, não há por que titubear e perder-se em comparações sobre qual a droga que causa mais danos. Há uma compulsão, uma doença a ser tratada, um uso obsessivo a ser eliminado. E a solução, tanto num grau menor como maior, pode estar numa clínica, num consultório terapêutico (psicológico ou religioso) ou nessas formas emocionantes de coeducação entre iguais dos grupos de anônimos em geral (alcoólicos, drogados, consumidores etc.), sempre pensando na diversificação de práticas capazes de proporcionar o prazer necessário ao cotidiano.

Discute-se muito hoje se uma droga leve como a maconha deve ser incluída no mesmo rol das proibidas, já que tanto a dependência como os males provocados são de menor extensão. Não importa! Mesmo que ela não mereça a atual condenação da sociedade, sabe-se que, sobretudo em espíritos jovens, ainda em formação, ela pode induzir a uma certa abulia, a um “deixa-estar”,

a uma incapacidade de assumir desafios e objetivos tão necessários nessa idade.

Uma educação com relação às drogas deve nos levar a ser mais humildes. Quem está totalmente livre de todas as formas de drogas. Por isso, não deixa de ser hipócrita o gesto do pai com uísque e cigarro nas mãos ameaçando com o fogo eterno o filho que experimentou maconha. Ou a mãe viciada em chocolates e tranquilizantes vigiando o primeiro cigarro da filha. É possível, honestamente, dizer quem está em pior situação?

Para ilustrar essa educação necessária, tome-se o exemplo do álcool. Ensinar o prazer da bebida, intenso porém limitado, é uma obrigação da família, inalienável e intransferível, assim como o prazer dos esportes, o da arte, o da sociabilidade. Aliás, mais do que ensinar o prazer da bebida, como lembra o sociólogo francês Joffre Dumazedier, já bastante citado aqui, trata-se de ensinar a arte de viver, cujo capítulo inicial deve abordar a precariedade de resultados de quaisquer drogas, que sempre exigirão doses maiores, caso não exista uma diversidade de prazeres na vida.

Como entender pais que somente descobrem a ligação de filhos com drogas no caso de uma overdose, quase sempre fatal? E a palidez crescente? A perda de peso? E as camisas de mangas compridas em pleno calor? E as marcas de agulha nos braços?

É evidente que a escola e outros órgãos públicos também têm um papel importante nesse processo, mas um papel complementar, e a responsabilidade única que muitos querem lhes atribuir. Na verdade, o esforço da escola e Estado pode ser inútil, se não houver uma participação preliminar e intensa da família.

O caso dos rachas noturnos é outra corrupção do lúdico que desafia a criatividade dos administradores públicos e, também, outra demonstração de que o Estado pouco pode fazer contra uma droga diante da omissão familiar...

Em vários lugares, já se pratica o automobilismo de regularidade, de filosofia oposta à do automobilismo de velocidade. Os competi-

dores enfrentam o desafio não de simplesmente chegar mais rápido ao final, mas de fazê-lo mantendo-se o mais próximo possível do limite máximo de velocidade da estrada, sem ultrapassá-lo.

Ao contrário do automobilismo de velocidade, os competidores são estimulados a viajar com toda a família. Aqui, o desafio seria a popularização dessa modalidade, talvez, dotando-a de maior charme, explorando não a vertigem, mas a competição e as vantagens da direção segura...

A corrupção da fantasia – a idealização do “ídolo” e a concretude psicótica

O gosto pela fantasia às vezes é tão grande no indivíduo que pode levá-lo a vários tipos de alienação, incluindo formas agudas de paranoia ou esquizofrenia. *O feijão e o sonho...* – o romance de Orígenes Lessa (1903-1986) – diz muito dessa luta entre a realidade e a fantasia e dos perigos de uma fantasia sem o suporte da realidade.

Nesse caso, chama a atenção, em primeiro lugar, a ligação afetiva dos indivíduos com os heróis, que hoje estão, quase todos, nos campos do esporte e da arte.

A relação com o ídolo – que, em muitos casos, é apenas uma oportunidade de grupos de iguais, os fãs-clubes – pode ser intensa a ponto de suprimir no indivíduo o equilíbrio para distinguir o real e o sonho. A identificação com os heróis, ou a “tietagem” pura e simples, é uma das principais fontes de inspiração profissional para adolescentes e jovens, levando muitos deles ao descaso completo em relação às obrigações da escola e afastando-os de uma busca realista de inserção no mercado de trabalho.

A imprensa artística e esportiva – que vive dessa identificação e até mesmo cria manchetes e reportagens visando a explorar tal ligação afetiva – precisa mostrar com mais clareza que esses caminhos profissionais são difíceis e incertos... De cada cem garotas que disputam o papel de modelo, quantas conseguem uma colo-

cação? E, das que a conseguem, quantas obtêm alguma notoriedade? De cada cem garotos que frequentam as turmas iniciantes das equipes esportivas, quantos alcançam a profissionalização? E, dentre estes, quantos sobrevivem com o que ganham? E, entre aqueles e aquelas que chegam aos melhores postos, quantos ou quantas se preservam no choque com a riqueza e a notoriedade? E, entre os que sobrevivem à notoriedade, quantos se mantêm serenos nos inevitáveis momentos de ostracismo?

Por incrível que pareça e por difícil que seja, uma educação para a relação com os ídolos deveria auxiliar os indivíduos a valorizarem o meio-tom ou o tom menor de suas existências, a apreciarem o sabor do pequeno prazer, a usarem a liberdade para assumir a própria diferença, a peculiaridade de cada um (e por que não?) a valorizarem até mesmo os momentos insossos da existência. Como o dito em língua inglesa: *no news, good news* (numa tradução livre, “se não há novidades, tudo vai bem”).

O difícil, no caso, é difundir o gosto do pequeno prazer no contexto da cultura contemporânea, que apenas valoriza o tom maior da existência, o épico, ou, como se diz, apenas “o que cala a boca dos outros”.

Há uma outra corrupção da fantasia, que o já citado psicólogo James Hillman chama de *concretude psicótica*, uma espécie de doença psicológica que leva o indivíduo a romper todos os limites do real com o objetivo de concretizar uma fantasia, ou seja, de tentar viver no concreto situações mais propícias ao simples devaneio ou sonho.

Aqui não há apenas o desejo de ser outro, e sim uma personalidade que racha, que se divide entre observador e observado, o que justifica o uso da palavra *psicótico*, que, de resto, designa as doenças mentais em geral.

Essa também não é uma questão fácil e clara para a educação, já que engloba as realizações tanto dos antigos e modernos aventureiros quanto de pessoas incautas que se perdem ou perdem a

vida em iniciativas temerárias. De fato, se as pessoas não ultrapassassem os limites do concreto, não teríamos as realizações de Marco Polo, Cristóvão Colombo, Fernão de Magalhães, sem falar dos heróis olímpicos, sempre produzindo marcas cada vez mais espantosas. Mas como ficam as mães quando seus filhos e filhas saem para surfar, para escalar montanhas, para visitar cavernas?

Pode-se dizer que desafiar os limites do concreto para realizar uma fantasia seja uma atitude sadia *se e quando* procede de um desejo genuíno de superar-se, de uma manifestação autêntica da impulsão primária da competição. Essa é a explicação dos que se lançam em viagens para sítios perigosos, de alpinistas, de esportistas radicais etc. Menos mal, quando retornam ilesos para contar suas proezas. Qualquer que seja o resultado final, porém, ressalte-se bem que, nesses casos, há um grande investimento no controle dos fatores que possam interferir no desfecho da proeza; a proeza é produto do esforço e não da facilidade.

Mas quando se trata apenas de “carimbar o passaporte”, de puro exibicionismo, certamente teremos um resultado lúdico suspeito, porque o lúdico desfaz-se e mesmo desaparece numa divisão entre o “eu-que-realiza” e o “eu-que-observa”. E, quase sempre, o prazer do “eu-que-realiza” é sacrificado em favor do prazer futuro do “eu-que-observa”, que vai apenas relatar a façanha.

Tomemos, como exemplo, a volta ao mundo, uma das fantasias mais típicas do “me-dei-bem-na-vida” ou do indivíduo que sonha com um prêmio fantástico na loteria. Dar a volta ao mundo nos modernos meios de transporte não é, definitivamente, um programa satisfatório. No avião, a diversão é estragada pelo *jet-lag* (o desconforto causado pela mudança de fuso horário). No navio, convém estar preparado (como?) para os inevitáveis enjoos do balanço da embarcação. Assim, o “eu-que-realiza-a-viagem” aguentará como puder esses desprazeres, para que o “eu-que-observa” possa posteriormente narrar as peripécias do primeiro e até mesmo divertir-se com o seu sofrimento.

Para completar, o programa terá rendimento lúdico satisfatório em relação ao preço, se demandar dois ou mais anos nessa aventura preciosa de conhecer novos povos e paisagens e, ainda, maior número de anos para um inventário prévio de todas as alegrias possíveis e de todas as formas de minimizar os inevitáveis problemas e contratempos. Caso contrário, é melhor dar a volta ao mundo por meio de cartões-postais, confortavelmente instalado em sua casa.

Finalizando

São as mesmas motivações de aventura, vertigem, competição e fantasia, tão propícias à criatividade e à educação, que estão na raiz de todos os problemas mencionados. Ocorre, porém, que se desvirtuou um princípio fundamental do lúdico, que é o seu aséptico isolamento do mundo real, “sério”.

O jogador que perde e cumprimenta o adversário sabe que, independentemente do resultado favorável ou desfavorável, uma vez terminado o jogo, reiniciaram-se as preocupações do dia a dia, das quais o jogo foi apenas uma agradável e passageira interrupção.

Do mesmo modo, ganhar num sorteio ou numa loteria é um evento agradável, mas que nunca leva as pessoas sensatas a esquecerem de que ganhar dinheiro exige conhecimentos e meios mais complexos do que a confiança no acaso.

Num coquetel, quando nos contentamos com um drinque, sabemos que o leve torpor do álcool é um prazer – que pode, no entanto, custar muito caro se, excedido o seu limite, invadir as conversas sociais ou de negócios.

Quando baixa a cortina do teatro, o ator volta às preocupações cotidianas de qualquer humano: contas a pagar, filhos, casa... Mesmo que as pessoas o identifiquem à personagem que representa, ele sabe da necessidade de respeitar o limite entre fantasia e realidade.

O que acontece quando é violada essa espécie de código que exige a separação do lúdico da vida real?

Então, a ambição de triunfar por seus méritos numa atividade regulamentada transforma-se na obsessão de derrotar o outro a qualquer custo, corrompendo o instinto de competição. A espera atenta e ansiosa da sorte torna-se uma compulsão de enxergar sinais e mais sinais que eliminem a ansiedade da aventura e do acaso. O desejo de ver passageiramente anuladas a estabilidade e a segurança de seu corpo, de escapar à tirania da própria consciência, transfigura-se na busca obsessiva de mais e mais fortes vertigens. O desejo de ser outro ou de mostrar-se de forma diferente converte uma fantasia lúdica em alienação.

O jogador viciado deturpa o lúdico do acaso de uma feliz e nunca certa combinação de cartas e números. Começa, então, a acrescentar “sinais” à dinâmica de um jogo. A posição da cadeira, a roupa, a intromissão de uma criança, que, certa vez, coincidiram com um bom jogo, passam a ser fetiches e garantias de sucesso em jogos futuros. Em breve, ele não joga mais para “passar o tempo”, e sim para ganhar dinheiro. Mas ganhar dinheiro sempre fez parte da esfera do trabalho, não do lúdico.

Os profissionais do futebol, do vôlei ou da arte sabem que o cotidiano de suas vidas em nada combina com o *glamour* imaginado pela população. Seu dia a dia não é mais lúdico do que o das pessoas comuns, por mais que seja lúdico jogar futebol ou pintar um quadro. Que dizer dos treinamentos, da vida de gladiador às voltas com marcas e resultados, das noites mal dormidas em viagens cansativas, das negociações contratuais, da conversa com empresários?

Não por acaso, cada vez mais os atletas olímpicos saem não do grupo dos mais geniais, mas dos que aceitam a dura disciplina do “trabalho” ou do treinamento olímpico. É difícil imaginar, a não ser por uma deturpação do lúdico, que um passe de mágica ou

um gato preto possam substituir toda essa disciplina e esse volume de trabalho.

“Prazer e trabalho não se misturam”, diz o ditado popular. De forma menos simplista e respeitando os poucos que conseguem trabalhar e divertir-se ao mesmo tempo, melhor seria dizer que o prazer do lúdico apenas se mantém intacto se não ultrapassar a esfera e as proporções da própria diversão.

Mas atenção: entendamos melhor o que quer dizer um trabalho lúdico! Significa prazer em envolver-se na tarefa ou estar envolvido na tarefa com a qual sempre se sonhou, prazer em constatar os seus resultados, em compartilhar do coleguismo, não obstante todas as suas dificuldades.

A pessoa que diz que trabalha e se diverte ao mesmo tempo, na realidade, quer dizer que os momentos lúdicos no trabalho são tantos e tão variados que ela até esquece as tarefas difíceis, os momentos (outros) de trabalho propriamente dito. Mas quando essa pessoa está fechando um negócio, fazendo um orçamento ou verificando o conteúdo de agendas não cabem aventuras, vertigens, fantasias ou competições. Nenhum espírito lúdico tem a permissão de se instalar até que essa operação esteja completa.

8. O MEDO DO TÊDIO

O tédio é o “bicho-papão” do lazer. É, antes de mais nada, uma incapacidade de usar o próprio limite de liberdade. Nesse sentido, trata-se de uma doença que nasce da dificuldade em usar a liberdade, ou, simplesmente, uma doença da liberdade.

A tradição nos obrigava a comportamentos e atitudes dos quais estamos hoje livres. Livres para quê? Essa pergunta é o primeiro sinal de alerta contra o tédio que se aproxima. Não fazer nada poderia ser uma vantagem, e não um problema. Mas a pró-

pria consciência da situação de não ter o que fazer já nos coloca diretamente no meio do tédio.

Neste capítulo, analisaremos, em primeiro lugar, essa incapacidade do homem ocidental para o estado receptivo pleno, que o leva a horrorizar-se com a perspectiva do tempo vazio, morto, em que nada há para fazer. Em segundo lugar e mais longamente, associaremos essa incapacidade a marcas ainda quentes de nossa tradição rural.

Na vida rural, da qual todos nós ainda carregamos as marcas – por mais urbanos que pensemos ser – não havia tédio, porque tudo estava escrito e prescrito. Na passagem para a cidade, libertamo-nos do jugo da tradição, mas adotamos outro algoz: a obsessão de sermos iguais àqueles a quem queremos ser iguais. É sobre isso que falaremos agora.

A dificuldade de não fazer nada

Ter tempo livre põe os indivíduos diante de duas alternativas: a do fazer-alguma-coisa-improdutiva e a do não-fazer-nada. Infelizmente, por mais que se diga, a cultura ocidental não sabe o que é não fazer nada, tornar-se inteiramente receptivo à vida, aos outros e à natureza que o cercam, fundir-se mesmo com o ambiente. Os italianos criaram a saborosa expressão *dolce far niente* (literalmente, “o doce não fazer nada”), que infelizmente é apenas simbólica, não só para eles como para todos os demais ocidentais. Aparentemente, essa expressão designa o indivíduo à beira-mar, deitado numa rede, a contemplar a paisagem. Quanto tempo ele consegue ficar nessa posição sem buscar algo para ler ou para beber? Por quanto tempo vai conseguir manter-se quieto, sereno?

O místico católico Thomas Merton (1915-1968) atribui essa incapacidade do homem ocidental para o que ele chama de *estado receptivo* à sua forte noção de ego, que o leva a confundir a capacidade de integração ao ambiente com perda de autocontrole ou morte.

Daí resulta que fugimos dessa situação como o diabo foge da cruz. O que há para se fazer? Essa é a questão que atormenta todos os espíritos ocidentais de todas as idades, diante da falta de perspectiva de um programa novo. O que as pessoas talvez não saibam é que, na ansiedade de fugir da falta do que fazer, acabam quase que inevitavelmente caindo no tédio.

O peso da tradição na sociedade rural

“Quando eu era criança, as coisas eram muito diferentes...”. Que criança ou adolescente de hoje não ouviu essa famigerada frase? No entanto, ela traduz uma verdade.

Na zona rural, onde algum tempo atrás vivia a maior parte dos brasileiros, as atividades do dia a dia eram fortemente vigiadas pela autoridade familiar, religiosa e política. E essas autoridades tiravam sua legitimidade da tradição, do “sempre foi e sempre será assim”.

Tentemos recordar a vida de então: famílias numerosas, com a presença de várias gerações, em que as crianças não eram o bem raro de hoje; ao contrário, amontoavam-se junto a irmãos e primos.

Obedecer aos mais velhos; aprender o ofício dos pais, em geral na lavoura; submissão total da mulher ao homem; casar quase sempre com quem os mais velhos determinavam; ter filhos; ir à Igreja; respeitar o líder político: tudo estava previsto e determinado pela tradição.

Diante da autoridade da tradição, não havia o que contestar. Qualquer diferença em relação à norma – desrespeitar os mais velhos, sobretudo os mais velhos dentre os mais velhos: não querer seguir o ofício dos pais; ter um gosto sexual diferente – era fator de marginalidade, de busca de um novo destino, quase sempre a cidade.

As autoridades (pais, padres, professores, líderes políticos, pessoas mais velhas), sempre em nome da tradição, concordavam com a maioria das normas sobre o que era considerado “bons

costumes”, em especial com uma delas – a de impedir a ociosidade das pessoas. Ficar nas janelas (principalmente as moças), frequentar bares, flunar sem rumo pelas redondezas e mesmo a mais inocente busca de solidão no quarto ou no campo eram sinais de problema.

A tradição contra a diferença

Para a família, essa ociosidade podia representar uma rebeldia em relação a um importante dogma da tradição, como o gosto pelo trabalho agrícola ou doméstico, o projeto de constituir família ou de seguir a religião. Para a religião, ela era o caldo de cultura de vícios e hábitos indesejáveis, sobretudo ligados à bebida e sexo. Para a autoridade política, indicava a possibilidade de uma conspiração ou de uma subversão.

A liberdade de escolha de atividades, atitudes e comportamentos esbarrava, ainda, no tipo de relacionamento íntimo, primário, predominante entre as pessoas. O sobrenome tinha mais importância do que o nome. “Filho de quem?” era a pergunta que o jovem ou a jovem mais ouviam.

Não por acaso, libertar-se do meio rural sempre foi muito importante para as pessoas menos conformistas. Libertar-se do campo é, principalmente, libertar-se dos rígidos valores da tradição. O jovem ou a jovem que nasceram numa grande cidade, cujos pais também tenham nascido no meio urbano, talvez não se deem conta da importância dessa saída do campo.

A pesquisa (já mencionada) que o Sesc realizou, em 1996, na cidade de São Paulo, revelou que apenas 42% dos entrevistados aí tinham nascido. E seus pais? E seus avós? A visão de mundo, o bem e o mal na ótica desses pais e avós não contaminaram de alguma forma os valores de vida dos filhos e netos. Foram séculos e séculos de exercício desses valores. Não é exagero afirmar que esses padrões éticos de existência continuam, na surdina, balizar nossas atitudes.

Assim, não há por que se assustar com a nossa dificuldade em viver momentos ociosos, seja fazendo algo improdutivo, seja não fazendo nada. É como se, nesses momentos, ainda soassem em nossos ouvidos os ecos das mensagens marteladas pela obrigação familiar, profissional e religiosa: “Como você vai ganhar o pão de cada dia?” “Como você pensa em sustentar os seus filhos?” “Nessa vagabundagem, será que o diabo não vai lhe ensinar algo do gosto dele para você fazer?”

As luzes da cidade

Surpreender-se numa noite de sábado sem nenhuma atividade programada pode ser uma experiência nada agradável para as pessoas. Nessa situação, o não-ter-o-que-fazer é vivenciado como um vazio semelhante ao isolamento e (por que não?) à morte.

A mudança para a cidade resolve esses problemas, mas, em contrapartida, cria outros, não mais fáceis de serem resolvidos. O historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) escreveu que a transformação de nossa sociedade de predominantemente rural em predominantemente urbana foi a única revolução, a única mudança radical de perfil que o nosso país efetivamente conheceu na sua história.

Essa revolução, desencadeada início do século 20, ainda não estaria completa, segundo ele. Nós, brasileiros, ainda somos rurais nos nossos contatos. Apreciamos o contato físico de abraços e beijos (para horror dos estrangeiros, sobretudo europeus). Nas palavras de Holanda, somos o “homem cordial”, movidos pelo coração, e não pela etiqueta, como convém a homens urbanos.

Mas outras etapas dessa revolução já se completaram. Para o brasileiro urbano de hoje, as determinações da tradição – o poder de controle da família, da religião, do líder político, principalmente em relação ao tempo livre – pouco significam. O sociólogo norte-americano David Riesman analisou brilhantemente a forma como as famílias vindas da zona rural – coesas, controladoras

– na cidade perdem o eixo da tradição e explodem em grupos de iguais.

Diferentemente da zona rural, a cidade se abre para as diferenças individuais. O rapaz ou a garota com escolhas sexuais diferentes, ou com tendência à promiscuidade sexual, ou com pretensões a profissões diferentes da dos pais percebem que não são marginais.

Ao contrário, logo descobrem seus iguais, pessoas que compartilham das mesmas inquietações e aspirações. O pai torna-se cada vez mais assemelhado a outros pais e aos grupos masculinos que frequenta, mesmo acontecendo com as mães, com os avós, com os filhos. Um adolescente é cada vez mais parecido, nas suas atitudes e nos seus valores, com outros adolescentes do que com os próprios pais.

A chegada à cidade pode ser, assim, um momento doloroso para esses pais que, a todo custo, querem manter os valores da tradição dos quais se assumem como depositários. Em vão! Logo percebem que até a base econômica do poder patriarcal está abalada. Na cidade, a exuberância física e mental dos filhos conta mais para o trabalho do que a experiência rural dos pais, inútil na cidade. Além disso, a idade já começa a pesar sobre eles, diminuindo sua força e capacidade de adaptação a novos desafios. Os filhos, mais jovens e mais flexíveis, começam a receber maiores salários e a afirmar seu direito às próprias escolhas.

O uso complexo da liberdade

Essa liberdade adquirida passa a ser afirmada para o melhor e para o pior. É fácil entender as vantagens: mais atividades, mais pessoas, mais escolhas e, sobretudo, mais divertimento. As cidades, como já vimos, são um grande espaço de lazer, repleto de possibilidades do exercício lúdico da aventura, da vertigem, da fantasia e da competição. Sob esse ponto de vista, são tão mais atraentes que o campo, que fica fácil entender por que o reassentamento de migrantes urbanos no campo é tão difícil.

Já a outra face da moeda, a das desvantagens, é menos conhecida. Segundo David Riesman, o indivíduo torna-se solitário na multidão; fica tão sedento de integrar-se a um número cada vez maior de grupos que não economiza esforços para adotar novas atitudes, novos comportamentos capazes de fazê-lo aceitar. Tudo se passa como se o seu espírito fosse guiado por uma espécie de radar, programado para detectar novos grupos onde se inserir, num processo sem-fim, como se ele tentasse, na expressão do próprio Riesman, “matar a sede com a água do mar”. Qualquer frustração que atrapalhe essa busca mergulha-o no tédio.

Tamanho esforço tem o seu preço. Ele passa a ser vítima de uma nova doença da civilização: a da ansiedade pela descoberta de novos grupos. Aos poucos, torna-se incapaz de enxergar que sua vida, quaisquer que sejam as condições objetivas, é tão interessante quanto a dos membros de qualquer grupo no qual queira se inserir. Torna-se incapaz de descobrir por si mesmo onde estão os próprios anseios, as próprias aspirações e a riqueza da própria existência.

A época das férias é típica. Para onde ir? Paradoxalmente, quanto maior o leque de alternativas de viagem, maior a dificuldade da escolha. E o resultado do processo que poderia ser o indivíduo ficar em casa descansando (o que no fundo ele talvez preferisse e precisasse) é substituído por um endereço da moda de um de seus grupos de iguais.

O que ele gostaria de fazer é substituído por aquilo que o grupo no qual ele quer se inserir gostaria que ele fizesse. Livre do jugo da família, da religião, vê-lo transformando sua liberdade em seu algoz, numa busca sem cessar de grupos de iguais que lhe restituam a identidade perdida.

9. O DINHEIRO

O que atrapalha o lazer: o dinheiro ou a falta de dinheiro? A pergunta, assim posta, é insólita. Todos nós nos habituamos a pensar que o problema está sempre na falta de dinheiro. O dinheiro em si, mesmo em excesso, nunca seria um problema.

Dá para perceber que essa não será a tônica deste capítulo. Deixo bem claro desde o início que não quero fazer apologia da pobreza, embora essa condição mereça preliminarmente um comentário.

A pobreza

O pobre é apenas alguém sem recursos ou é um indivíduo culturalmente diferente dos que têm recursos? Ou melhor, pobreza significa apenas falta de recursos para as necessidades básicas ou é uma situação de vida que cria uma cultura diferenciada daqueles que têm recursos?

Perceba-se bem a diferença entre as duas posturas. No primeiro caso, põe-se o pobre como alguém que difere do rico apenas pela discrepância de recursos materiais, sendo iguais suas aspirações e sua capacidade como cidadão. Já o segundo caso refere-se à pobreza que torna o indivíduo diferente, dotando-o de uma outra cultura, inferior, e de uma outra forma de se inserir na sociedade, também inferior.

Essa questão foi amplamente debatida pela sociologia das décadas de 1950 e 1960, em toda a América Latina. A polêmica teve início na metade dos anos 50, quando o antropólogo norte-americano Oscar Lewis divulgou o resultado de sua pesquisa com famílias pobres mexicanas no livro *Os filhos de Sanchez*.

Nessa obra, o autor apresenta suas conclusões: a pobreza destrói os vínculos familiares, torna os indivíduos mais indolentes, mais conformistas, menos capazes de se organizar em defesa de suas necessidades. Para Lewis, portanto, a pobreza é uma situação

de vida que cria uma cultura diferente. Daí surgiu a noção de *cultura da pobreza*.

Essa noção foi violentamente atacada em toda a América Latina. Proliferaram estudos para mostrar a inverdade dessas conclusões. A obra de contestação mais conhecida foi produzida no Brasil pela socióloga norte-americana Janice Perlman. Estudando em profundidade várias favelas do Rio, na década de 1970, ela concluiu que os moradores das favelas são efetivamente pobres, com recursos abaixo das suas necessidades. Entretanto, o percentual dos que trabalhavam equivalia, na época, à média da população carioca. Mais: os favelados nada tinham de conformistas. Ao contrário, eram até mais organizados nas suas reivindicações do que a população em geral. E, ainda que a frequência à escola e os resultados escolares fossem inferiores aos da população da classe média, eles mostravam grau similar de conhecimento de noções de política e de cidadania. Comparando resultados de diferentes pesquisas, a socióloga chegou mesmo a afirmar que uma mãe de família favelada era mais informada sobre planejamento familiar do que uma mulher de classe média de Belo Horizonte.

Isso significa que, apesar dos poucos recursos, os pobres das cidades têm expectativas e aspirações similares às da população das classes médias – ambos compartilham da mesma cultura. Por aí se vê que não é inocente e isenta de riscos a afirmativa segundo a qual lazer é coisa de rico. É sobre isso que refletiremos agora.

A pobreza e o lazer

Nas pesquisas sociológicas sobre práticas e aspirações culturais da população no seu tempo livre sempre se investiga o peso da condição econômica nos resultados. A inserção socioeconômica é, assim, uma variável.

Os resultados – mais adiante veremos alguns exemplos – confirmam os argumentos dos que não aceitam a tese da cultura da pobreza. Os pobres participam menos das atividades que exigem

dispêndio de recursos (teatro, cinema, ópera, tênis, golfe etc.), mas o interesse era praticá-las (uma das formas de analisar as aspirações culturais) é similar em todas as classes sociais.

Essa conclusão leva o poder público a realizar promoções gratuitas de atividades de lazer, visando a democratizá-las. O objetivo é louvável, ainda que com duas ressalvas.

Primeira ressalva: a política de gratuidade nunca se mostrou satisfatória, sobretudo quando (o que comumente ocorre) vem acompanhada de baixa qualidade (“é pra pobre mesmo...!”).

As populações ditas carentes aceitam de bom grado iniciativas de subsídio às suas necessidades de habitação, alimentação, saúde. Aliás, nesses campos a pobreza é realmente dramática. Não ter uma habitação digna nem comida para alimentar os filhos, tampouco assistência médica, é, sem dúvida, uma situação de escândalo em qualquer sociedade. Mas quando se viu uma reivindicação de lazer gratuito partir de qualquer grupo social carente? Nesse caso, em vez do subsídio direto, da gratuidade, não se poderia usar um pouco mais da imaginação?

Em meados dos anos 70, duas iniciativas na capital paulista tentaram romper com essa tradição paternalista: as estações de Metrô e o Sesc-Interlagos. Tais obras eram, segundo seus autores, de bom gosto ou, segundo seus detratores, luxuosas.

As estações do Metrô tinham sua imponência e bom gosto justificados pela qualidade similar às de Moscou, na Rússia. O Sesc-Interlagos era, sem dúvida, o clube mais chique da cidade: excelentes projetos de arquitetura, paisagismo, comunicação visual, iluminação; parque aquático de conceito hoje superado, mas, na época, era o que havia de mais moderno; sede social acarpetada e decorada por um dos profissionais mais renomados de então, com obras de arte, bancos de couro etc.

“Os pobres vão se sentir constrangidos nesse ambiente”, dizia-se, tanto em relação ao clube quanto às estações de Metrô. Duas décadas passadas, com um trabalho competente de gestão e de ma-

nutrição, ambas as iniciativas são testemunho de que o tratamento digno é mais compensador do que uma política assentada no subsídio. No caso do Sesc, o clube passou a ser a sala de estar coletiva, de que individualmente as pessoas não dispunham em suas casas, segundo depoimento dos próprios frequentadores. E dificilmente um morador pobre da periferia deixa de levar os visitantes para conhecer o Metrô que ele utiliza ou que está à sua disposição.

Segunda ressalva: as políticas de democratização da cultura no lazer trazem resultados apenas a longo prazo. É preciso ter, portanto, paciência e perseverança. No início, quem usufrui essas políticas são exatamente os que já as praticam. Isso ocorre com as promoções de popularização do teatro, da ópera, do tênis, do golfe etc.

A riqueza e o lazer

O psicólogo checo-americano Mihaly Csikszentmihalyi pesquisou, ao longo de vinte anos, as condições da existência que permitem o *fluir*, isto é, aqueles momentos de experiência plena e máxima, que alguns chamam de felicidade.

No seu livro publicado no Brasil, *A psicologia da felicidade*, ele traz um estudo comparando vivências de felicidade e infelicidade de dois grupos, um de renda máxima e outro de renda mínima. O estudo revelou que as pessoas mais ricas afirmavam ser felizes em 25% de situações a mais que as pessoas de menor renda. Portanto, há uma correlação apenas moderada entre riqueza e felicidade.

A disponibilidade de recursos (o que se entende normalmente como riqueza) e a qualidade de prática cultural caminham juntas apenas para uma minoria que tem aspirações culturais genuínas e aproveita o excedente de posses para desfrutá-las. O que se observa, na maioria das vezes, é que a melhoria de salário e renda influi apenas no *consumo de lazer*, raramente na *qualidade do lazer* que se passa a praticar.

Troca-se o velho carro por um novo, compram-se bugigangas. Vai para o lixo a máquina fotográfica que não se sabia usar e com-

pra-se uma nova mais sofisticada, cujos recursos vai se saber usar menos ainda. Processo semelhante ocorre com o aparelho de som, com o videocassete etc. Observe-se o saguão do Teatro Municipal de São Paulo, antes da apresentação de uma ópera. Em meio à pompa e à circunstância da estreia, quantos ali estão motivados pelo desejo genuíno de usufruir desta que é uma das modalidades mais sofisticadas da cultura? Uns poucos, que, depois, voltarão na temporada popular. Para a maioria, estar ali é mero exercício de *performance* mundana!

Diz-se, também, que tênis é esporte de rico. Será mesmo? Em 1978, o Sesc encomendou ao Instituto Gallup uma pesquisa sobre prática de tênis na capital de São Paulo. Os resultados: na classe A mais rica, o índice de prática é de 2%; na classe E, a mais baixa, havia apenas traço. Leia-se, agora, o resultado ao contrário (o que sempre deveria ser feito nas pesquisas): 98% dos ricos e quase 100% dos mais pobres não praticam tênis. Quando, porém, perguntados se gostariam que seus filhos praticassem tênis, 34% dos entrevistados da classe A e 33% da classe E responderam afirmativamente.

Dá para continuar afirmando que tênis é esporte de ricos, se a quase totalidade deles não o pratica e a mesma porcentagem de pobres e ricos afirma que gostaria que seus filhos o praticassem? Não seria mais adequado afirmar que é um esporte praticado por uma minoria pouco significativa e desejado por uma parcela significativa de todas as classes sociais?

Chega-se, assim, à conclusão de que o dinheiro, sempre tão bem-vindo, nem sempre é uma ajuda no lazer. Para a maioria das pessoas passa de justificativa para o do consumo banal e ostentatório cujo retorno lúdico esgota-se nessa ostentação momentânea ou termina na presença de outra pessoa com mais dinheiro e mais ostentação.

Desenvolvimento econômico e desenvolvimento cultural

Por muito tempo, as teorias do desenvolvimento acreditaram no poder absoluto do crescimento econômico. Com mais recursos, tudo se resolvia, afirmavam.

Se isso fosse verdade, os países ricos já teriam resolvido todos os problemas da cultura do tempo livre. O que se vê, ao contrário, é que lá os problemas são ainda mais gritantes: drogas, suicídios, violência, numa escala assustadora, sendo que não há nem mesmo a pobreza para se culpar.

Estocolmo, Suécia, tarde do dia 31 de dezembro de 1956. (Quem conta é o já aqui citado sociólogo Roger Caillois.) Cinco mil jovens bem nutridos, de famílias prósperas (o número de pobres na Suécia e sobretudo em Estocolmo sempre foi muito baixo), sem nenhuma liderança explícita e sem nenhum motivo aparente, invadiram a principal artéria comercial da cidade molestando os transeuntes, virando os carros, quebrando vitrines e formando barricadas contra a exígua força policial atônita que veio acudir.

Mais do que a controvérsia que se seguiu envolvendo políticos, educadores, terapêutas, importa demonstrar que o aumento de recursos materiais de uma sociedade – fato desejável – deve ser acompanhado de esforço similar na melhoria dos padrões de inserção cultural da população. Deixar para depois não resolve. Ao contrário, piora a situação.

Há sociedades desenvolvidas econômica e politicamente. Mas, do ponto de vista da cultura, todas as sociedades ainda são subdesenvolvidas. Em nenhuma sociedade, os bens mais preciosos da cultura são desfrutados pela maioria da população.

Ao receber o Prêmio Nobel da Paz, em 1989, o líder espiritual tibetano Dalai-Lama expressou bem a angústia do descompasso entre a economia e a cultura. Lamentando que seu país tivesse demorado tanto em perceber e incorporar a noção de planeja-

mento do Ocidente, ele, porém, perguntou: mas será que adianta o desenvolvimento econômico sem desenvolvimento espiritual?

Esse aviso vale especialmente para países que, como o nosso, aguardam o crescimento do bolo econômico para, então, resolver todos os nossos problemas. É uma cilada; hoje se sabe disso melhor do que nunca.

10. A DIFICULDADE DE PASSAR DO TRABALHO PARA O LAZER

Como vimos no capítulo 2, o indivíduo que trabalha deve aprender a ser tenso, produtivo e artificial. Já o *homo ludens* abomina a disciplina e a rotina; procura ser relaxado, improdutivo e espontâneo.

Como fica a passagem de um tempo para o outro, ao sinal do relógio de ponto no final do dia, no fim de semana, nas férias e na aposentadoria? Nunca foi fácil passar do estado psicológico do *homo faber* para o *homo ludens* e, nessa passagem, diferentes problemas podem surgir.

Antigamente era mais fácil

No tempo de nossos avós, na zona rural, era mais fácil. Os tempos do dever e do divertir-se eram integrados, naturais. O agricultor que largava a enxada para prosear apenas mudava sua postura corporal. De cócoras, podia relaxar, “deitar falação”, contar piadas e fazer de conta que não existia a tarefa, para cuja postura e execução ele retornava quando assim decidia.

O mesmo acontecia nos domingos. A interrupção do trabalho certamente prejudicava a produção, mas isso não parecia incomodar a maioria das pessoas, pois era domingo, dia sagrado, e ponto final.

As próprias formas de arte produzidas mostravam a plena integração do trabalho e do divertimento. As danças repetiam os

gestos do trabalho. As músicas exaltavam o comportamento adequado.

A dificuldade para divertir-se vinha, então, não da passagem de um tempo a outro, mas da tradição e de seus representantes – os pais, os líderes religiosos e políticos –, que, como já vimos, sempre desconfiaram do divertimento e não punham a capacidade de divertir-se entre os grandes objetivos humanos.

Hoje é mais difícil

Hoje, deveria ser mais fácil. No entanto, as pessoas parecem achar bem mais difícil passar de um estado a outro. Por que deveria ser mais fácil? Porque não somos mais vítimas do jugo da tradição e, além disso, divertir-se não mais significa prejuízo ao trabalho. Os nossos principais momentos de folga chamam-se *repouso semanal remunerado*, *férias remuneradas* e *aposentadoria remunerada*. De sorte que o empregado, ao sair em férias, pode se lixar com os problemas que deixa no seu trabalho (a menos que seja um executivo ou empresário, o que se verá mais adiante). Pela primeira vez na história, o *homo faber* paga o *homo ludens*. A diversão já tem seu custo incluído na produção, como já vimos na primeira parte do livro.

Por que hoje é mais difícil? Primeiro, porque hoje se trabalha muito mais. Na zona rural, como vimos, trabalhava-se de 700 a mil horas por ano. Alguns se surpreendem com essa cifra, olhando a pesada jornada de trabalho dos nossos boias-frias. Talvez se surpreendam menos ao saber que no século 19 havia 120 dias santos por ano, quando, obviamente, não se trabalhava, sem falar em doenças e intempéries que impediam o trabalho. No sistema urbano atual, um operário trabalha quase o dobro de horas, ou seja, o trabalho ocupa uma parcela do tempo existencial muito maior do que na época de nossos avós rurais.

Em segundo lugar, temos as propriedades opostas do trabalho e do lazer, lembradas no capítulo I. O trabalho rural também exi-

gia tensão e produtividade. No trabalho urbano, além da tensão e da produtividade, requer-se algo mais do *homo faber*: que ele seja artificial. Pouco importa o que acontece na vida pessoal do recepcionista (se está com enxaqueca ou se tem um problema em casa), ele deve ser amável, atencioso, como qualquer pessoa empregada na tarefa de relações públicas.

Não só o indivíduo passou a agir artificialmente. O tempo de trabalho também passou a ser artificial. Diferentemente de nossos avós, que trabalhavam no ritmo da natureza – começavam ao nascer do sol e paravam ao pôr do sol, aplicavam-se mais intensamente na época de plantio e de colheita e mais lentamente na entressafra, dedicavam-se mais quando estavam bem-dispostos e dosavam suas forças quando indispostos ou cansados –, hoje todos devem trabalhar com a mesma intensidade ao longo de todo o ano.

Se essa regularidade de produção artificialmente exigida (já que não temos a mesma disposição para o trabalho todo o tempo) não é respeitada, o ônus sempre recairá sobre o trabalhador.

Assim, passar do tempo de trabalho para o de lazer significa passar de uma situação de tensão, produtividade e artificialidade para outra, que supõe relaxamento, improdutividade e naturalidade. Por isso, hoje é bem mais difícil.

Alguns resolvem esse problema no dia a dia por meio de técnicas de relaxamento, de ginástica, de meditação. Estes são os mais saudáveis. A grande maioria recorre a alguma droga, quase sempre uma bebida alcoólica... ou inventa a agenda de lazer, como os executivos. Mas, e nas férias? E na aposentadoria?

O caso dos executivos

Se é difícil ao trabalhador comum passar do tempo de trabalho ao de lazer, para os executivos, a dificuldade é ainda maior. Na verdade, eles eliminam pura e simplesmente essa passagem,

promovendo uma espécie de invasão do trabalho no seu tempo de lazer.

A necessidade de produzir cada vez mais no menor tempo possível transforma todo executivo em especialista *em* trabalho, além de especialista no *seu* trabalho, e mergulha-o integralmente no domínio do rendimento, do utilitário.

Só que, para ser um especialista, ele deve abrir mão de outros potenciais físicos e intelectuais, bem como de muitas práticas que aprecia. Cada vez mais lê apenas o que a especialidade impõe, convive somente com as pessoas que ela recomenda, adota a postura física e mental por ela exigida, numa espécie de automutilação cultural de gostos que deixa de cultivar, de prazeres que deixa de exercitar, de paixões que ele não mais permite possuírem-no. Em suma, ele se torna monovalente culturalmente.

A necessidade de tensão do executivo ainda esconde uma exigência maior: a de traduzir-se numa atitude calma e alerta ao mesmo tempo. Mas a calma, a bonomia, o bom humor sempre são contidos no limite de uma tensão de fundo, capaz de reagir ao menor sinal de perigo. Ai dele se deixar essa aparência acreditar em si mesma! Essa arte (mais do que capacidade, que todos os executivos exercitam em maior ou menor grau no seu cotidiano, procurando produzir muito sem prejuízo excessivo do ponto de vista emocional, traz prejuízos consideráveis para o seu lazer.

Nada mais previsível do que vê-lo numa situação de lazer, sempre olhando o relógio, mal disfarçando sua impaciência, ou transformando o próprio tempo de lazer numa gincana de compromissos, todos com hora marcada e tempo determinado de gozo (a agenda de lazer). Sem mencionar os trabalhos que leva para casa, compromissos profissionais que contraponteam e (por que não dizer?) envenenam o próprio lazer e o de suas famílias.

Os benefícios são elevados, embora enganosos. Mais dinheiro, mais poder, mas para quê? Se tudo o que ele sabe e, com o tempo, também tudo o que ele deseja é trabalhar?

O custo desse estilo de vida é alto e será cobrado a curto e a longo prazos. A curto prazo, ele pagará com a própria mutilação cultural e com a diminuição da variedade de interesses existenciais, além do sacrifício do necessário equilíbrio entre família, trabalho e lazer.

A longo prazo, ele pagará o preço, quem sabe, com um estresse e, certamente, com um sentimento indefinível de perda existencial ao constatar que os filhos cresceram sem que ele sequer percebesse, ao ver os problemas do lar que o trabalho o impediu de cuidar.

Há ainda um outro preço que ele pagará, como todos os que trabalham, no momento da aposentadoria.

A aposentadoria

Nem todos têm a mesma capacidade e o mesmo gosto para o trabalho. Há quem viva muito feliz, apenas trabalhando. Há quem não entenda a vida sem trabalho e só no trabalho consegue experimentar um sentimento de plenitude existencial. Estes são os chamados *workaholics*, os alcoólatras, os drogados do trabalho.

E há os que não conseguem se adequar, ao longo de toda a vida, ao trabalho. Todas as famílias têm um espécime desses: nunca ficam muito tempo num emprego, seja por causa da distância, seja por causa do chefe, seja por causa do ambiente, e, um dia, são assumidos por parentes já cansados de tanto sermão. Ao longo da vida, não conseguiram adquirir as virtudes do *homo faber* – a disciplina, a capacidade de encetar ações com objetivos definidos e de lutar por alcançá-los. A estes, poderíamos chamar, por oposição aos primeiros, de *leisure-aholics*, os alcoólatras, os drogados do lazer.

Muitos empresários e quase todos os executivos são *workaholics*. Alguns deles costumam, além disso, pregar, exaltar os valores do trabalho. Chocam-se com as reivindicações sindicais de re-

dução da jornada de trabalho e nunca cansam de mostrar a própria vida como exemplo.

Nessa pregação, nunca se dão conta de que é bem mais fácil trabalhar 15 horas por dia quando se pode escolher, ainda que com limitação, o que se vai fazer. *Breakfast* de negócios, despachos, reuniões, almoços de negócios, reuniões, *happy hour* de negócios, viagens, clubes etc., diferentemente dos seus empregados que nada escolhem e trabalham com chefias nem sempre democráticas, em locais às vezes nada salubres e ainda (nunca é demais insistir) com a ditadura do relógio de ponto.

Aqueles poderão, além disso, driblar a aposentadoria com uma transferência parcial de poder nos negócios a familiares ou executivos profissionais, continuando a trabalhar no mesmo ritmo em atividades voluntárias ou benemerentes. Diferentemente de seus empregados que, caso passem a vida apenas trabalhando, no ritmo que os chefes desejam, não terão tempo de preparar-se para a aposentadoria.

Não podemos nunca nos esquecer de que o momento mais difícil de passagem do trabalho para o lazer acontece na aposentadoria. O indivíduo já não serve mais para aquele trabalho que, no início, nem parecia tão atraente mas que, com o tempo, passou a ser a base de sua identidade. E, singularmente, quanto mais dedicado ao trabalho ele foi, mais difícil tende a ser o momento de deixar a empresa.

Principalmente para um *workaholic*, a aposentadoria, que deveria ser prêmio à sua dedicação, funciona na realidade como castigo.

Tudo o que esse indivíduo vê à sua frente é uma imensa perspectiva de tédio. Ele não mais poderá se apresentar como *fulano de tal da empresa tal* e sim, com um sentimento de castração psicológica, apenas *como fulano de tal*. Ao longo de sua vida de trabalho, protelou qualquer reflexão em torno do assunto. Aliás, poucos programas são tão malsucedidos nas empresas como os

de preparação para a aposentadoria. Todos os empregados, sem exceção, fogem dele. E, quando são designados, sentem-se “fritados” pela empresa.

Todos estes capítulos sobre as dificuldades de se viver o lazer não são divertidos, já que falam das dificuldades que os indivíduos experimentam em se divertir. Os tópicos sobre a aposentadoria são, em especial, trágicos. Trágicos como as mortes precoces que podem ser atribuídas à perda de interesse pela existência, logo após o afastamento definitivo do trabalho, ou como as conhecidas cenas de aposentados que voltam à empresa nos horários de almoço, para conversar com os antigos companheiros, para manter-se informados sobre as fofocas, às vezes expulsos de casa pelas mulheres que acabaram por não mais querer sua companhia durante o dia.

Em vez de se beneficiarem dos avanços da higiene, da dietética e da medicina e poderem viver, antes da velhice, uma *terceira idade* com saúde, plena, quase uma nova juventude, paralisam-se diante da falta de outro interesse na vida que não o trabalho perdido. Nem mesmo os grupos da terceira idade, muito importantes para o reencontro com a existência pós-aposentadoria, são adequados para todos. Os homens, sobretudo, consideram-nos às vezes tão constrangedores quanto os programas de preparação para a aposentadoria.

Um livro escrito principalmente para jovens deveria poupá-los de tanta tragédia. Entretanto, mesmo que o tom das páginas desta parte aqui encerrada não seja especialmente digestivo para a leitura, a imagem atual da aposentadoria é o melhor lembrete de que a educação para o lazer deve começar bem cedo, muito cedo mesmo, talvez antes até de começar a vida de trabalho.

CAPÍTULO III

Desfrutando do lazer

Na primeira parte deste livro, enquanto analisávamos as formas atuais de uso lúdico do tempo, e na segunda parte, enquanto abordávamos as dificuldades que os indivíduos têm em desfrutar do lazer, já avançamos na sugestão das medidas e atitudes necessárias para se contrapor a esses problemas. Nesta terceira parte, tentaremos sistematizar essas sugestões esparsas.

Já no capítulo 11, que abre esta parte, começaremos por perguntar: o que é um homem ou uma mulher que vive bem o seu lazer? Quem é capaz de ser produtivo no seu trabalho, receptivo no seu tempo de lazer e calmo em meio à agitação do misto casa-filhos? Apontaremos ainda algumas medidas que o mundo do trabalho pode adotar em benefício de uma maior qualidade de vida cotidiana do trabalhador.

No capítulo seguinte, abordaremos uma questão delicada: como pode a sociedade defender-se do poder quase ditatorial dos meios de comunicação de massa, especialmente a tevê, que ocupam a maior parte do tempo de lazer vivido em casa?

Mas não é apenas da sociedade que se devem aguardar medidas. Do ponto de vista individual, há também de se pensar em atitudes capazes de auxiliar as pessoas nesse desafio.

Assim, em dois outros capítulos, abordaremos o indivíduo, seja trabalhador ou ainda estudante, que tem pela frente o difícil

equilíbrio entre a receptividade e a ação, duas posturas necessárias no tempo de lazer.

Em resumo, proporemos algo muito simples: as pessoas, de preferência, precisam parar de se agitar no seu tempo de lazer e desenvolver uma atitude mais receptiva. Mas se não conseguem parar de se agitar, ao menos devem buscar diversificar as atividades com que preenchem esse tempo.

II. UM IDEAL DE VIDA DE LAZER

Uma pesquisa francesa realizada em 1984, sob a coordenação do sociólogo Willian Grossin, pôs a seguinte questão: Como os trabalhadores vivem no seu cotidiano as relações entre trabalho, família, religião e lazer? Em que condições e até que ponto essas relações são equilibradas?

Dos resignados aos vencedores

A pesquisa revelou ao final cinco tipos de indivíduos na relação entre trabalho, família e lazer: os “resignados”, os “chorões”, os “oportunistas”, os “reivindicadores” e os “ganhadores”.

Os “resignados” encontram-se sobretudo entre os trabalhadores menos qualificados e de menor salário, que dispõem conjuntamente de um trabalho e de lazeres pobres, do ponto de vista tanto da quantidade de tempo como da qualidade das atividades realizadas.

Vejam algumas de suas declarações:

- Na vida, deve-se estar preparado para tudo...
- A vida é assim mesmo; é pegar ou largar...

Em segundo lugar, estão os “chorões”, encontráveis em variados postos e com diferentes escalas salariais, que também vivem duras realidades de trabalho e de lazer, mas reagem de forma diferente: recriminam, acusam, demonstram agressividade de forma

descontrolada, sem paciência e a qualquer pretexto. Nenhum emprego lhes agrada. Na metade dos casos, eles registravam experiências anteriores de militância sindical e política.

Eis algumas frases de trabalhadores incluídos nesse tipo:

- A gente passa um terço da vida trabalhando; é um exagero...
- Trabalho é desperdício de energia: uma pesquisa norte-americana mostrou que 5% da população trabalhando poderia alimentar 95% da população vivendo apenas o seu lazer.

A seguir, aparecem os “oportunistas”, trabalhadores que criticam e denunciam os excessos e as injustiças do trabalho, mas sabem arranjar-se. Também são encontráveis nos diferentes escalões das empresas. Vivem bem com o colegas, o que lhes permite minimizar o tédio das horas encontrar substitutos para tarefas antes ou depois dos feriados e, com isso, esticar um fim de semana.

Vejam alguns depoimentos de “oportunistas”:

- Quando trabalho sete dias na semana, eu me viro para conseguir quatro dias de folga na semana seguinte...
- Detesto a câmara escura do laboratório. Por isso, só entro quando consigo juntar o máximo de trabalho e assim liberar-me o maior tempo possível... (de um fotógrafo).

Em quarto lugar, estão os “reivindicadores”. Como os “oportunistas”, esses trabalhadores exprimem suas insatisfações, mas, diferentemente daqueles, fazem-no de forma lúcida e precisa e exigem situações claras. Normalmente inserem-se nos escalões médios e altos das empresas.

Eis algumas de suas declarações:

- É duro ter de ficar um tempo fixo no trabalho, quando, por causa das horas mortas, a gente poderia ir embora uma hora cedo...
- Se reduzissem a jornada de trabalho e o salário eu aceitaria. Mas isso é chantagem... Depois organizaria uma greve dos diabos para recuperar o salário... Não pelo dinheiro, mas pelo princípio.

Finalmente, surgem os “ganhadores”, pequena minoria de trabalhadores que gosta de seu metiê, aceita o seu lado mais duro, mas conseguiu uma repartição adequada entre o trabalho e o lazer na existência.

Abaixo, alguns depoimentos de “ganhadores”:

– Eu não vou chorando para o trabalho, mas aprecio os momentos livres. Fico contente no fim de semana, mas também fico feliz de voltar ao trabalho depois das férias...

– Dois dias livres no fim de semana são suficientes. A tarde livre na sexta-feira pouco adiantaria, pois meu filho está na escola.

O equilíbrio entre trabalho e lazer

O que se descobriu foi que nem os trabalhadores de postos mais baixos e incultos nem os executivos ou formados em universidades podiam incluir-se entre os “ganhadores”. Os primeiros eram passivos diante da má qualidade tanto do trabalho como do lazer. Os segundos ora viviam em luta com o trabalho, ora tentavam driblar os seus percalços, situação que envenenava também a vida familiar e o lazer.

Apenas entre os operários qualificados e chefias médias, quase sempre com formação apenas secundária, havia alguns espécimes classificados de “ganhadores”, ao lado da imensa maioria de “resignados”, “chorões”, “oportunistas” e “reivindicadores”.

Os pesquisadores não quiseram ir além da mera descrição dos resultados, talvez com medo de engrossarem uma cantilena ingênua e conservadora, segundo a qual riqueza e estudo somente trazem infelicidade. Mas parece óbvio que a busca obsessiva de sucesso raramente combina com uma boa qualidade de vida no dia a dia. É muito difícil conciliar as batalhas emocionais típicas da luta pela ascensão profissional com a descontração exigida no tempo livre. Sobre isso já falamos na segunda parte.

É muito difícil ser feliz e discípulo de Lair Ribeiro. Aliás, esse experiente formulador de receitas de sucesso certa vez respondeu

a alguém que lhe pedia conselhos sobre felicidade: “Não entendo de felicidade; entendo de sucesso”.

Note-se, ainda, que a citada pesquisa registrou inúmeros casos de indivíduos que, no decorrer de suas vidas, passavam de uma tipologia a outra, sobretudo de “reivindicador” a “ganhador”. Isso revela que o equilíbrio (do “ganhador”) não se deve apenas a atitudes pessoais, podendo também resultar de uma nova situação encontrada ou obtida.

Quais são, assim, as condições que podem auxiliar os trabalhadores nesse difícil equilíbrio entre trabalho, família e lazer?

Do “mal-estar” ao “bem-estar” no trabalho

Enquanto se trabalha entre quatro paredes, lá fora a vida corre... Os bons profissionais da área de recursos humanos das empresas conhecem – ao menos empiricamente – o mal-estar no trabalho, essa insatisfação de base que está na origem de tantos conflitos dentro da empresa. Sabem, ainda, que esse mal-estar não é resolvido apenas com salários e benefícios, instrumentos de efeito limitado no tempo.

Todo contrato de trabalho traz de forma bem clara os direitos (salários, benefícios, gratificações etc.) e as obrigações (jornada de trabalho, aceitação da chefia que for indicada e do local designado para o exercício da função, disponibilidade para viagens etc.), mas guarda algumas ciladas nas suas entrelinhas. Quais são essas ciladas?

Elas surgem com o dia a dia no trabalho, quando a euforia inicial, os primeiros entusiasmos, seja no ingresso na empresa, seja após uma melhoria salarial, começam a ser abalados por decepções em relação ao ambiente, aos colegas, às chefias, à cultura da empresa. Nesse momento, o trabalhador começa a ter consciência de uma troca implícita no contrato de trabalho, da qual não havia se dado conta.

Não tinha percebido que trabalhar significa trocar sonhos ainda quentes da adolescência por uma realidade muito dura. Significa dedicar a algo não escolhido o tempo mais nobre da existência (dos 18 aos 60 anos) e do dia a dia (do momento em que acordam, lépidos, até o fim da jornada quando, já cansados, voltam para casa).

É inevitável que, numa sociedade que aceita hoje respirar o desejo de prazer, o trabalhador comece pouco a pouco a se dar conta da troca desigual que fez e que não pode ser compensada de forma perene por nenhum salário ou benefício. O tempo de trabalho começa a assumir o caráter de prisão, de isolamento da vida que se desenrola do lado de fora das paredes da empresa.

A flexibilidade das jornadas de trabalho

Na pesquisa aqui mencionada, todos os “ganhadores”, sem exceção, tinham, ou passaram a ter no seu emprego jornadas de trabalho flexíveis ou flexibilidade na administração diária de seu tempo no trabalho, na família e no lazer. O relógio de ponto não era mais uma camisa de força.

A inflexibilidade de horários e, ainda, os tempos mortos dentro da jornada de trabalho foram as maiores queixas registradas na pesquisa. Até o tempo morto no trânsito, também execrado, era visto como uma fatalidade! Mas aqueles momentos dentro do trabalho quando nada há de sério para fazer, em que se tem a nítida sensação de estar “enrolando”, de “estar fazendo fita”, apenas para preservar o absurdo de um horário rígido de trabalho, enquanto a vida se desenrola lá fora, isso sim é insuportável!

É mesmo inacreditável que as jornadas de trabalho sejam tão pouco flexíveis. As empresas que permitem compensações diárias e semanais de atrasos, ou que aceitam informalmente a redução da jornada em tempos de pouco serviço, com aumento quando o serviço se avoluma, registram vários benefícios, tais como a melhoria da produtividade e da satisfação dos funcionários e a diminuição

das saídas diárias por motivos variáveis. Por que, então, somente umas poucas empresas criam os chamados *horários móveis*?

Quem sabe os nossos empresários ainda guardem algum resquício dos tempos da escravidão... Dom Pedro I tentou convencer os patrões do Império a substituírem escravos por empregados livres, não por motivos humanitários, e sim com o argumento de que os trabalhadores assalariados, no fim das contas, eram mais baratos. Pagava-se seu salário, mas não havia a responsabilidade de alimentá-los, abrigá-los, cuidar da sua saúde, contratar feitores! Ele tinha razão! Sob muitos pontos de vista, sobretudo do tempo, o nosso sistema de emprego é uma evolução muito pequena em relação à escravidão.

Lutar dentro das empresas pela implementação de fórmulas flexíveis de tempo de trabalho, eis uma boa receita para o equilíbrio entre tempo de trabalho, de lazer; com a família. Quais são as fórmulas conhecidas?

- *Jornada variável* – institui-se, nas 8 horas diárias, ou nas 10 ou 44 horas semanais, um núcleo fixo e um núcleo variável de horas. Assim, após uma noite de festa, pode-se chegar mais tarde ao trabalho ou, no caso de uma imagem mais longa, sair mais cedo na sexta-feira, sempre compensando as horas utilizadas com a família e o lazer.
- *Jornada de 40 horas em 4 dias* – pode-se compensar, ao longo de 4 dias, a segunda-feira ou a sexta-feira utilizadas para a sua vida familiar e o lazer.
- *Tempo compartilhado* – a jornada diária de 8 horas ou a semanal de 40 horas e, claro, os salários podem ser divididos entre duas pessoas de mesmo perfil.

A menor escravidão em relação ao tempo é, assim, a primeira pista para um uso rico e diversificado do tempo livre diário, de fins de semana e de férias, além de um bom exercício para a futu-

ra aposentadoria. Hoje, o movimento de qualidade total nas empresas está em franca expansão. O que significa qualidade total? Em resumo, o trabalho regido pelos resultados e pelas necessidades do cliente, e não por um processo meramente formal. As necessidades dos clientes passam a determinar o tempo e o sistema de trabalho. Nessa filosofia de qualidade, os horários rígidos (que existem apenas pela preguiça das chefias em administrar horários diferentes para diferentes funções e pessoas) soam como um resíduo nefasto da burocracia empresarial, como algo de jurássico num sistema que se quer atual e competitivo.

A animação cultural dentro do trabalho

Até o início da década de 1990, estimavam-se em 5.000, apenas na Grande São Paulo, os clubes de empregados de empresas, que existiam sob variados nomes, como Associação de Funcionários, Associação Desportiva Classista, Grêmio de Empresa etc. Esse era o porte da chamada *recreação industrial*.

Os casos observados mostravam que, em geral, tais clubes eram criados sempre que algum obstáculo de ordem sociocultural afetava os custos ou diminuía a produtividade da empresa. Em alguns casos, havia evasão de trabalhadores pouco qualificados que não conseguiam inserir-se dentro da enorme burocracia das empresas e que nem mesmo sabiam explicar o trabalho realizado. Era o conflito entre o modelo rural de casa e trabalho integrados de um lado, e o modelo urbano, que separa radicalmente trabalho e casa, de outro.

Outras vezes, era o excesso de comunicação formal que surgia em decorrência da baixa integração afetiva entre os empregados.

Outras vezes, conflitos abertos entre seções.

Para todos esses casos, as empresas imaginaram, com razão, que alguma ludicidade, sob a forma de festas, torneios esportivos e atividades afins poderia humanizar o cotidiano de trabalho, me-

lhorar o índice de satisfação e de integração dos funcionários e, com isso, restabelecer a produtividade desejada.

O remédio era bom e barato, mas sempre tratado com suspeição pela direção da empresa, que se via obrigada a investir em área diferenciada do objeto de ação da empresa. Sem mencionar que a integração dos empregados representava uma solução e, também, um problema. Resolvia alguns conflitos, mas criava outros. Isso porque, trabalhando voluntariamente em nome do prestígio de dirigir o clube da empresa, os funcionários das diferentes áreas não poderiam obter o êxito que alcançavam os profissionais especializados em lazer. Pelo que se observava, apenas parte dos grêmios tinha algum auxílio de animadores profissionais.

Na esteira das grandes reestruturações e reengenharias pelas quais passaram as empresas nos anos (e que na maioria das vezes provocaram apenas cortes de custos e de pessoal), não se sabe exatamente o que sobrou. Pelo modo amador como eram administrados e, em consequência, pelos poucos resultados, é de se perguntar quantos grêmios subsistem após essa borrasca. Ninguém sabe ao certo, mas vale repensar a atividade de forma mais profissional, sem acreditar ingenuamente na força e na capacidade de voluntários.

Os profissionais da área começam a ser formados (ver quarta parte) e são de modo geral orientados para duas prioridades de ação:

a) o intervalo de almoço

Os 60 minutos diários de intervalo entre as duas partes da jornada diária têm, de modo geral, 15 minutos ocupados com o almoço. Os 45 minutos restantes podem ser satisfatórios quando a empresa se situa no centro da cidade, onde o flunar é rico e há uma paisagem física e humana diversificada para observar. Quando se trata, porém, de uma indústria localizada na periferia, é desolador o panorama dos empregados à mercê do único visual que se oferece – as chaminés da fábrica, com seus cheiros e ruídos.

Algo deve e pode ser feito para enriquecer esses 45 minutos, que se tornam tão mais longos na proporção de sua monotonia e da segunda parte da jornada que os aguarda.

b) fins de semana e férias

Para muitos trabalhadores, já integrados na rede social da cidade, a oferta de atividades pela empresa para fins de semana e férias talvez seja inócua. Com justa razão, eles podem preferir seus companheiros naturais e manter a maior distância possível de tudo o que lembre o trabalho.

Mas esse não é o caso dos que chegaram recentemente à cidade e à empresa e, quase sempre, gostariam de começar a integrar-se na nova cidade, a partir de seus colegas de trabalho. Para estes, uma festa, uma excursão e mesmo uma temporada e férias seriam muito bem-vindas.

Cuidar para que o tempo livre dos trabalhadores seja rico em ludicidade é, sem dúvida, uma forma correta de equilibrar a troca injusta já referida. E, quando hoje vem à baila a discussão sobre o balanço social das empresas, não há como se esquecer de que as iniciativas em favor do bem-estar dos empregados são um item essencial desse balanço, ao lado das iniciativas em favor da vizinhança e dos consumidores.

Concluindo

Ainda que se trate de uma minoria, há pessoas capazes de viver o cotidiano de forma equilibrada entre as diferentes ocupações. Inclusive o lazer, sem sacrificar uma em benefício da outra.

Viu-se, também, que esse equilíbrio é, em grande parte, função das medidas de gerenciamento do trabalho, em particular dos horários e da vida cultural extraprofissional dos empregados.

As empresas com fins lucrativos geram ao menos três tipos de impactos negativos para a sociedade, que devem ser de alguma forma minimizados: em relação ao meio ambiente circundante (no melhor dos cenários, elas causam pelo menos um adensa-

mento do tráfego); em relação aos consumidores (elas não se limitam mais a atender necessidades, passando a criar necessidades artificiais); e em relação aos trabalhadores (salário remunera, mas não paga trabalho).

As duas medidas aqui propostas – flexibilização dos horários e animação cultural – são, pensando bem, uma conta pequena apresentada para a empresa, mas de grande valia para amenizar a desigualdade que há na troca com os seus trabalhadores.

12. CONTROLE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA?

Qual é a efetiva capacidade de influência dos meios de comunicação de massa (as mídias) sobre a sociedade? E sobre o lazer dos indivíduos? Iniciaremos nossa reflexão com uma análise a respeito da extensão e dos limites dessa influência, enfocando o caso particular das telenovelas.

Em seguida, colocaremos mais especificamente a questão do controle das mídias, de forma a gerar mais benefícios para o tempo de lazer da população. Abordaremos as iniciativas hoje existentes e um horizonte possível, ainda que não a curto prazo, para esse controle.

Extensão e limites do poder das mídias

Já se estuda há muito tempo o poder das mídias. Ainda no século 19, o sociólogo francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), no seu livro *A democracia na América*, já notava que a grande mobilização política da população dos Estados Unidos, base de sua sólida democracia, devia-se ao fato de as associações civis sempre contarem com um braço “armado” – um jornal – que garantia público e impacto para as suas reivindicações.

No século 20, com o advento do rádio e da televisão, esse poder da mídia, que ficou popularizado como o *quarto poder* (ao lado

dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), tornou-se ainda mais visível e explícito. Grandes magnatas forjavam-se à frente dos meios de comunicação ou simplesmente adquiriam veículos de comunicação para garantir seu poder econômico.

Temia-se, acima de tudo, que o diálogo direto desses meios com o público acabasse por destruir exatamente as associações (civis, de bairro, de serviços etc.) que, no princípio, tinham neles a sua força. Sem esquecer que, já na década de 1930, no outro lado do Atlântico, a penetração da comunicação nazista e seus êxitos na Alemanha tornaram as mídias ainda mais temidas.

Foi exatamente na Alemanha dessa época que alguns estudiosos de peso como Marcuse, Adorno, Horkheimer, Walter Benjamin, entre outros, que, após a ascensão de Hitler, emigraram para os Estados Unidos – reunidos na chamada Escola de Frankfurt, debruçaram-se sobre o assunto, num capítulo clássico da história da sociologia. Para eles, o rádio, a tevê, os jornais, as revistas, os discos e todos os meios que atingem as pessoas indistintamente (daí o nome genérico de *meios de comunicação de massa*) mais o seu suporte econômico, a publicidade, constituem uma força imensa – hoje, quase que incontável. Desolados pelo panorama opressivo e ditatorial da sociedade soviética, observaram, analisaram, demonstraram e condenaram outra ditadura mais insidiosa que crescia nos países democráticos, que eles denominaram justamente de *indústria cultural*.

Como essa ditadura se manifestava? De diversas formas: moldando a consciência dos indivíduos; criando tendências e modismos; banalizando a cultura, simplificando-a (ouvir uma música no rádio não é a mesma coisa que ouvi-la ao vivo), e os fatos que abordava (caso do noticiário que fala de uma guerra durante 2 minutos e, em seguida, passa a tratar da meteorologia ou de uma festividade); e, graças ao seu poder econômico cada vez maior, interferindo na sociedade, às vezes, até mesmo pressionando governos.

Em 1940, o sociólogo norte-americano Paul Lazarsfeld (1901-1976) empreendeu ampla pesquisa, em uma pequena cidade dos Estados Unidos, para saber como as pessoas formavam sua decisão de voto nas eleições e qual a influência das mídias nesse processo. Os resultados foram surpreendentes e também constituem um capítulo clássico na história da sociologia. Em resumo, foram os seguintes:

- a influência era menor do que se imaginava, já que as pessoas acompanhavam apenas as emissões de tevê e rádio e os jornais favoráveis ao seu ponto de vista;
- quando mudavam o seu voto, a decisão não se devia às mídias e sim ao que se denominou *líderes de opinião*, ou seja, os relacionamentos pessoais que as pessoas elegiam como dignos de credibilidade;
- uma vez tomada a nova decisão de voto, as pessoas também passavam a buscar outras emissões e jornais coerentes com a sua nova posição;
- os líderes de opinião, contudo, estes sim, usavam a mídia como fonte de inspiração e de argumentos para o seu voto e para uma eventual mudança de decisão de voto.

Esse fenômeno foi batizado de *dois degraus da comunicação*, ou seja, as duas etapas utilizadas pelos meios de comunicação para chegar ao público. Em outras palavras: primeiro atingiam os líderes de opinião, e, apenas depois destes, chegavam às pessoas. O estudo relativizou bastante a importância das mídias, mas não a negava.

O sucesso dessa pesquisa deu origem a uma infinidade de outras, que, analisando a mudança de opinião e de atitudes dos indivíduos em várias situações, deram consistência ao conceito hoje largamente utilizado de *formadores de opinião*.

O grande volume de pesquisas – que não para de crescer – faz da comunicação um dos campos mais estudados atualmente pela

sociologia. E isso nos permite ao menos uma conclusão: os meios de comunicação não são onipotentes, mas estão de tal forma presentes que não se pode mais pensar na tão falada globalização (da qual eles são o suporte), bem como em economia, em política e, o que nos interessa aqui mais de perto, em cultura e educação, sem dar um grande destaque ao seu papel.

Recordando: de 70 a 90% do total de tempo de lazer dos indivíduos é desfrutado dentro do ambiente doméstico, e metade deste acontece sob a égide de um meio de comunicação de massa, sobretudo da tevê. Não dá, pois, por que titubear quando se fala do seu peso e da sua influência. Em resumo: *nenhuma sociedade pode deixá-lo confortavelmente instalados como quarto poder. Há, ao contrário, que se pensar num quarto poder para controlá-los.*

O controle das mídias é tão necessário que urge pensar no assunto e, para tanto, buscou-se espaço para reflexão sobre o tema neste livro. Mas esse controle é tão difícil – e para alguns, mesmo, tão improvável – que um ponto de interrogação fecha o título deste capítulo.

Esse controle é complicado, mesmo sem lembrar o poder econômico em questão. Não é nada fácil na medida em que qualquer repressão, como a censura, mostra-se descabida, improdutiva e inviável. Tal controle somente pode se dar por meio de dissuasão, de incitação ou de orientação, mais valorizando experiências positivas do que proibindo as negativas. Ainda não sabemos fazer isso!

O controle fica ainda mais difícil quando percebemos que não se trata apenas de limitar o seu alcance e a sua influência. As mídias não devem ser vistas como o demônio da sociedade atual. Qualquer iniciativa que se baseie apenas nesse enfoque pode ser considerada desinformada ou mesmo reacionária. Na verdade, há um enorme resultado positivo de sua ação a desvelar. É preciso trabalhar dentro da ambiguidade – valorizar os seus resultados positivos e minimizar os seus impactos negativos.

Antes de passar, pois, às formas como a sociedade vem se organizando ou pode se organizar para controlar os meios de comunicação de massa, pensemos um pouco no gênero que tanto influencia a cultura cotidiana brasileira: as telenovelas.

O caso das telenovelas

Essas programações têm sido bastante estudadas pelas ciências da comunicação do país. Ainda que correndo riscos, tentaremos fazer um pequeno balanço dessas pesquisas.

Já se conhece bem o seu lado negativo. As telenovelas, como todas as emissões de tevê que dependem de publicidade, necessitam de audiência cada vez maior. Para tanto, são obrigadas a nivelar a cultura por baixo; se a nivelassem por cima, contariam com público reduzido e perderiam receitas de patrocinadores.

Ademais, pasteurizam, isto é, uniformizam a cultura nacional, impondo o modelo urbano de São Paulo e do Rio de Janeiro, maiores centros produtores desses programas. Em consequência, dissolvem as nuances regionais de costumes (alterando o ritmo bucólico de pequenas cidades), de culinária, de sotaques e gírias, diminuindo nos habitantes de regiões distintas o orgulho da identidade local.

Não se podem esquecer, ainda, problemas aparentemente menores, mas que engrossam o coro dos detratores e inimigos, por exemplo, as telenovelas submetem a vida em grupo na sociedade à ditadura dos seus horários; assim, quem programa um evento noturno deve, muitas vezes, considerar o momento do início e o do fim dos capítulos diários. E, há problemas que despertam a animosidade até mesmo dos aficionados: número excessivo de capítulos que esticam a trama, tornando-a tediosa, chata, previsível, mudanças de horário e de enredo que confundem o público, entre tantos outros.

Até o final da década de 1970, apenas tais problemas eram levantados. Posteriormente, buscou-se um entendimento mais completo do tema, valorizando-se, então, os seus benefícios.

As telenovelas, que sucederam as radionovelas e as novelas que, desde a metade do século 19, começaram a ser publicadas em capítulos nos jornais, já constituem uma tradição na cultura brasileira. A propósito, a qualidade técnica desse tipo de programa, ainda que questionada por críticos mais exigentes, melhora a cada dia e constitui um dos fatores do alavancamento das mídias brasileiras, que hoje são exportadoras de produtos para uma infinidade de países e ocupam uma boa posição no *ranking* mundial – o que não é desprezível do ponto de vista do mercado de trabalho e da economia em geral, num mundo cada vez mais globalizado.

As telenovelas têm sido, além disso, bastante cuidadosas e eficientes no trato de tabus culturais – como a virgindade feminina e a infidelidade conjugal – e na crítica de costumes em geral. Seu papel na melhoria do nível das relações familiares está, ainda, por ser pesquisado, mas certamente tem sido decisivo.

Tentativas de controle

Quem enfrenta hoje o poder da tevê e da imprensa, sem falar dos demais meios de comunicação?

No final da década de 80, um grupo de damas paulistas abriu campanha contra a excessiva exposição da sociedade à violência e ao sexo difundidos nesses meios, sobretudo na tevê. Esse movimento ficou conhecido como o das Senhoras de Santana. Do clima de pilhéria, aliás desnecessária, inoportuna e deselegante, restou uma lição: movimentos isolados, ainda que bem-intencionados, nunca serão suficientes para fazer frente a tal poderio.

Comenta-se muito, entre os animadores culturais do país, a batalha levada a cabo por colegas norte-americanos para que os canais de tevê, aberta e paga, transmitissem programas educativos também no horário nobre – e não apenas nas horas mortas

da madrugada. Em 1995, finalmente, a Suprema Corte dos Estados Unidos deu ganho de causa aos animadores. Resta ver o que sobrou de todas as boas intenções de nossos colegas após a implantação da norma.

Vale lembrar também a importância dos movimentos de defesa do consumidor, que têm incentivado e orientado a população a exigir o respeito de seus direitos. Muitos telespectadores já aprenderam, por exemplo, que existe um caminho relativamente fácil para sensibilizar os programadores das tevês e das mídias em geral. Basta identificar o principal patrocinador e contratá-lo, expondo suas críticas. Às vezes, um único contato é suficiente, mas, se dez ou mais pessoas tomarem essa iniciativa num mesmo dia, com certeza a direção da tevê será imediatamente ser informada e instada a tomar providências.

Contudo, não se pode esperar a melhor solução para o problema a partir do voluntarismo ou do desejo de agir isoladamente de pessoas e grupos, por mais esclarecidos que sejam. É a organização política – entendendo-se política no sentido amplo da participação de indivíduos e grupos na gestão do poder – que deve fornecer os remédios mais eficazes.

Hoje se fala muito de autorregulamentação, como a existente na publicidade, que funciona da seguinte forma: as empresas do setor criam um conselho, cujo poder elas aceitam, para decidir sobre a oportunidade ou a inoportunidade de determinadas mensagens publicitárias. Mas devido ao espírito corporativo reinante num órgão assim moldado, poucas iniciativas são realmente de peso. Na maioria das vezes, um ou outro comercial é retirado do ar. Como funcionaria, então, um órgão de autorregulamentação de tevê, rádio, jornais, revistas?

Igualmente, os grupos ou setores culturais ensaiam às vezes organizar-se. O objetivo, porém, quase sempre limita-se à melhoria e à divulgação dos próprios programas, sempre tentando sensibilizar os meios de comunicação e com eles articular-se, sem

contudo neles interferir e menos ainda exercer sobre eles qualquer forma de controle.

A medida que melhor sinaliza uma situação estável de *controle* (não há como fugir, a palavra é essa mesmo) das produções da mídia vem da Grã-Bretanha. No Parlamento britânico uma comissão multipartidária, contando ainda com representantes da sociedade civil, controla a programação do canal estatal de tevê – a BBC. Ali são resolvidas questões como a grade de programado, os horários de inserção de cenas de sexo e violência e de programas educativos, além da articulação da tevê com a sociedade em geral.

É verdade que significa um controle relativo – um único canal de tevê, deixando à margem toda a imprensa, a publicidade, os recentes canais de tevê a cabo. Mas se trata de organização estável da sociedade para enfrentar um problema cultural. Assim, esse exemplo inspirou um amplo estudo de Joffre Dumazedier, que resultou no livro *Société éducative et pouvoir culturel* (traduzindo literalmente, *Sociedade educativa e poder cultural*). Este, como o próprio autor declarou desanimadamente, foi o único dos seus livros que não teve o mínimo eco, seja entre os sociólogos, seja entre as lideranças dos diferentes setores da sociedade. Nada a favor, nada contra.

Certamente a ideia é prematura. E ousada demais. Mas escrevendo para jovens, por que não falar de uma ideia que, embora nova, é plenamente factível?

O poder cultural

As democracias modernas surgiram da divisão do poder absoluto antigamente concentrado no monarca. Este dirigia a vida administrativa do país, legislava e julgava. Data do século 17, na Inglaterra, a primeira batalha (que custou a decapitação de um rei) para que o Parlamento pudesse ter a oportunidade de legislar livremente. A conquista definitiva da autonomia do Poder Judiciário, separado dos poderes Executivo e Legislativo, também foi

longa e difícil, não se podendo nem mesmo dizer que ela já se realizou por completo na maioria das sociedades atuais.

Mesmo quando esses poderes funcionam eficientemente, as questões ligadas à cultura continuam prejudicadas. O melhor exemplo é o da censura. As sociedades modernas mais esclarecidas orgulham-se de ter eliminado a censura prévia, mas um imenso “abacaxi” fica rolando entre os diferentes órgãos dos três poderes (na época da ditadura, ficava com a polícia!!!), que é o controle não só dos inevitáveis exageros, no que se refere principalmente à violência e sexo, mas também da manipulação política (sobretudo em favor do Poder Executivo) e de informações desabonadoras da honra de pessoas, grupos, empresas e instituições.

E há ainda outras questões em aberto. Vejamos algumas delas.

- Os atuais critérios para a destinação de redes de tevês, ainda que melhores do que os do passado recente, são suficientes se considerarmos seu impacto na educação e na cultura do país? E a legislação sobre as emissoras de rádio e tevê comunitárias?
- Como as sociedades devem investir os recursos públicos em cultura, em lazer? Deve-se aceitar pacificamente que prefeituras, governos estaduais e federais gastem recursos de impostos em grandes eventos, muitas vezes com interesses apenas eleitoreiros? Ou que inaugurem grandes centros culturais e esportivos sem uma previsão de posteriores recursos para o seu funcionamento posterior, condenando-os a se transformarem em “elefantes brancos”? Ou que prefeituras e governos literalmente falidos sustentem equipes esportivas e grupos artísticos que poderiam ser viáveis economicamente sem essa ação paternalista?
- Quem vai definir os beneficiários socialmente prioritários dessas ações – se crianças, velhos, mães de família, deficientes?...
- Deve-se aceitar passivamente todas as decisões sobre a programação e intervalos publicitários das emissoras de tevê? Quem

vai exigir a veiculação de programas educativos também no horário nobre?

- Quem vai arbitrar as reclamações de lideranças culturais sobre a invasão da mídia que, mesmo não intencionalmente, vilipendia costumes locais? (Por exemplo, as do escritor pernambucano Ariano Suassuna em relação ao ridículo sotaque nordestino dos atores em novelas ambientadas nos Estados da região.)
- Quem vai definir os temas das campanhas sociais nas programações em geral e das telenovelas? Aliás, quem decide atualmente sobre os temas do *merchandising* social das novelas (campanhas em prol de crianças abandonadas, dos doentes de aids etc.)?
- Quem vai definir as formas de apoio institucional, material e financeiro às associações e ONGs (organizações não governamentais) ligadas à cultura e ao lazer da população? Quem vai investir no incremento e na criação de novas associações?
- Quem vai se ocupar da melhor integração entre as programações de tevê e as escolas, para minorar a concorrência desleal com estas?

Não restam dúvidas de que hoje tais questões, quando agudas, são consideradas pelos órgãos governamentais com fins eleitorais, quando não em associação espúria com o poder econômico dominante; de qualquer forma, sempre distanciadas de critérios educacionais e culturais genuínos. Se de pequeno porte, porém, ninguém se ocupa delas...

É dentro desse diagnóstico, aqui adaptado à realidade brasileira, que se põe a proposta de Dumazedier de um *poder cultural* que emergiria de uma nova divisão entre as atribuições dos três poderes democráticos constituídos.

Qual seria o formato administrativo mais adequado para esse poder cultural? É evidente que não precisaria seguir os padrões dos demais poderes. Na área da cultura, mais do que em qualquer

outro campo de ação social, medidas e praxes burocráticas pouco significam e, em consequência, não há necessidade de pesadas estruturas. Esse poder, como destacado anteriormente, deve ser dissuasivo e incitativo, nunca repressivo.

Assim, sem se pensar necessariamente em estruturas físicas e burocráticas (talvez não contando nem mesmo com uma sede), esse poder poderia se constituir como um conselho (fixo ou itinerante) composto de representantes periodicamente *eleitos pelo conjunto de instituições e órgãos voltados à cultura e ao lazer dentro do poder público, das associações sem fins lucrativos (ONGs, instituições ligadas à cultura, ao lazer, às religiões e à vida familiar) e das empresas com fins lucrativos.*

Esta é, em síntese, a proposta de Dumazedier. Como ele mesmo enfatiza, esse poder cultural, como qualquer poder, antes de ser o produto inovador de uma revolução triunfante, é o produto incerto e ainda mal definido de uma reivindicação militante. Não pretende substituir nem o poder político nem o econômico, mas, tão somente, limitar a incompetência e a arbitrariedade sempre presentes nas decisões sobre os assuntos aqui levantados. Trata-se de um desafio para o futuro que certamente alguns assumirão, esperemos que sem ilusões.

Mas depois de tantas expectativas em relação ao que a sociedade pode fazer, pensemos em como cada um de nós pode preparar-se para viver mais plenamente o tempo de lazer.

13. MANTER-SE RECEPTIVO

Ser capaz de apreciar devidamente um pôr do sol, de contemplar placidamente uma paisagem, de degustar o som de uma música ou mesmo o silêncio, de deliciar-se com um prato bem preparado... todas essas ações puramente receptivas são mais difíceis do que parecem. Exigem que uma consciência serena se estabeleça,

que o fluxo indisciplinado do pensamento se acalme, que se exorcizem as preocupações...

Ser receptivo não quer dizer ser passivo

Contemplar uma obra de arte não é uma atitude passiva. Ouvir um amigo, menos ainda. Olhos e ouvidos, nesses casos, estão em plena atividade. Nem mesmo ver televisão é uma atitude inteiramente passiva, sobretudo com o advento do controle remoto.

Quem acredita nessa asneira jamais entenderá um crítico de arte ou de esportes. Um crítico é sempre alguém com uma capacidade de recepção mais educada do que a das pessoas comuns. Diante de um quadro, de uma música, de um romance, de uma competição esportiva, que apenas nos sugerem locuções curtas (“foi demais”, “foi fantástica”, “foi de arrepiar” ou “foi uma porcaria”), eles são capazes de falar durante horas, escrever longos artigos e mesmo livros.

Na civilização dominada pelo trabalho, as pessoas consideram a *prática* culturalmente superior à *contemplação*. Mais importante do que ouvir música seria praticá-la por meio da voz ou de algum instrumento. Mais importante do que assistir ao teatro seria praticá-lo como ator ou como autor.

Será verdade? Em parte, sim. Somos consumidores mais do que produtores de cultura. Porque a nossa espontaneidade foi castrada na escola ou porque os apelos do consumo nos arrastam, preferimos contemplar um belo quadro a arriscar nossos rabiscos, preferimos ler um bom romance a tentar escrever uma história.

Isso acontece mesmo nos meios acadêmicos. Ante esse período, meu orientador de doutorado, Joffre Dumazedier, exigia dos candidatos uma produção de seis páginas para cada cem páginas lidas. Parece pouco, se o objetivo é a busca de um equilíbrio entre prática e consumo cultural; mas significa muito, se comparado à situação atual em que a produção individual é ridícula diante da montanha de produções alheias que se lê.

Ser receptivo expõe, antes de tudo, um paradoxo. É uma atitude aparentemente passiva, que exige a atitude mais ativa de um indivíduo: o seu autocontrole, por mais que o termo *controle* suscite controvérsias científicas.

O psicossociólogo checo-americano Csikszentmihalyi, citado anteriormente, já lembrou a grande diferença entre as civilizações ocidentais e orientais. Os ocidentais preferiram exercitar o controle do meio ambiente. Assim, desenvolveram a ciência, o progresso técnico, o conforto ambiental. Já os orientais preferiram exercitar o controle de si mesmos. Por isso, viram-se menos obrigados a mudar o ambiente e, até recentemente, ainda não haviam se desenvolvido tecnicamente, vivendo em condições menos confortáveis do que no Ocidente.

A superioridade técnica do ocidental contrasta, porém, com a sua pobreza espiritual. O maior amante do Ocidente jamais conseguirá, nem de longe, ascender ao nível de prazer sexual obtido nas civilizações orientais. No Ocidente, o indivíduo mais contemplativo jamais chegará ao prazer que resulta da integração plena corpo-mente, alcançado nos estágios mais elevados da mística iogue, em que até mesmo a consciência do próprio eu é abandonada em favor de um estado pré-nirvânico de integração com o universo e com a divindade.

Já lembrou o pensador chinês Lin Yutang (1895-1976) que, enquanto as filosofias orientais abordam diretamente o problema da felicidade terrena, as filosofias ocidentais abordam o problema da salvação do homem, seja do inferno, seja da opressão política. As primeiras são voltadas para o cotidiano, as segundas nem mesmo são acessíveis ao homem comum.

É claro que, hoje em dia, a cultura vivida nas sociedades ocidentais e a existente nas orientais já possuem um certo grau de integração. A partir do movimento *hippie*, gurus e pensadores vindos sobretudo da Índia, da China e do Tibete invadiram o Ocidente. Assim, mesmo em meio a muito charlatanismo, conceitos

genuínos da civilização oriental impregnaram a vivência de muitos de nós, por intermédio de práticas como meditação, exercícios tântricos ou artes marciais.

Do outro lado, algumas sociedades orientais, pressionadas pela forma ocidental de viver o tempo e o espaço, que adotaram juntamente com o modelo econômico, hoje vivem problemas de depressão, de estresse, às vezes até maiores do que no Ocidente. Mas as civilizações com seus ensinamentos permanecem e é delas que estamos falando mais do que a cultura episódica do momento.

Agora, ainda que essas reflexões sobre passividade/controlado possam servir para alguns, vamos nos ater a algumas reflexões mais simples sobre o estado receptivo necessário ao tempo de lazer.

Lidar com as agendas de lazer

Falemos, então, não da dificuldade quase insuperável de um ocidental ser plenamente receptivo, mas simplesmente da sua dificuldade de viver sem uma perspectiva de atividades capazes de preencherem o seu tempo.

Os jogadores de futebol mais experientes explicam o prolongamento da carreira dizendo que, quando faltam as forças para correr, aprendem a fazer a bola correr no seu lugar. Assim, saber colocar-se em campo seria mais importante, mesmo para um jovem jogador, do que correr atrás da bola.

Esse precioso ensinamento da prática cultural do futebol pode e deve ser aplicado a outros campos. Quando se vê uma agenda de lazer, tem-se exatamente a impressão de que as pessoas, com medo de que a bola não chegue a elas, correm incessantemente atrás dela. Se não participarem de todas as festas, se não forem a todos os compromissos ou se, na falta, não inventarem compromissos, a felicidade não baterá às suas portas.

A ideia de compromisso, adquirida e necessária no trabalho, invade de forma espúria o tempo de lazer. O problema aumenta quando sabemos do peso profissional de certos compromissos so-

ciais. Como faltar à festa de aniversário de um chefe ou de alguém que nos prestou algum favor? Talvez preferíssemos o contato com um amigo que não vemos há tempos e que está de passagem. Esse encontro é sacrificado... e, quase sempre, desnecessariamente.

De que adianta participar de um evento familiar ou semiprofissional, previamente agendado, quando não estamos dispostos ou gostaríamos de estar em outro lugar ou simplesmente não podemos ir? Será que imaginamos que o anfitrião não irá perceber nosso mal-estar, nossa ansiedade, o contínuo olhar para os ponteiros do relógio?

A expressão “brilhou pela ausência” tem muito a ensinar aqui. Um telefonema carinhoso. Uma lembrança inesperada e outras tantas formas genuínas de manifestação de apreço podem resultar em maior prazer para ambas as partes do que uma presença constrangida.

Às vezes, nem mesmo há uma pressão externa. É o medo do isolamento, do ficar-de-fora, que leva os indivíduos a programarem atividades para o seu lazer e, depois, a obedecerem rigidamente a essa agenda. A ideia de que o movimento, o circular, é a solução cria indivíduos que, no seu lazer, estão em muitos lugares e, ao mesmo tempo, em nenhum, já que estão sempre ligados no próximo lugar e no próximo compromisso.

Os executivos, em especial, sofrem dessa estranha síndrome. Forjados no utilitarismo das decisões empresariais, muitas vezes eles chegam a apreciar e mesmo desejar que o seu tempo de lazer seja invadido pelo tempo de trabalho. Cabe lembrar que, quando falo a executivos, essas colocações têm dois objetivos. O primeiro é alertá-los, para que se apercebam das suas dificuldades e enfrentem-nas, seja em nome do perigo de um estresse profundo, seja em nome da aposentadoria, diversas vezes aqui tratada. Trata-se de um objetivo remoto e difícil de ser atingido. Que força podem ter algumas palavras diante da pressão do cotidiano de um executivo e mesmo da sua compulsão para a ação?

O segundo objetivo é mais fácil. Procuo apenas fazê-los lembrar que nem todos são como eles. A maior parte de seus subordinados não tem a mesma compulsão para o trabalho. Muitos deles apreciam ou mesmo preferem suas vidas familiares e de lazer. Se os executivos puderem respeitar essa diferença, talvez consigam que eles trabalhem com mais calma, dedicação e, dessa forma, operem para impedir o estresse das chefias. Quem sabe os programas de lazer nas empresas também possam ser beneficiados por essa perspectiva mais respeitadora das preferências da maioria dos trabalhadores...

“Sossegar o facho” é outra expressão saborosa, que talvez ajude a entender que estar receptivo ao momento pode nos trazer todas as felicidades que imaginamos e que podemos obter, se aprendermos, no tempo de lazer, a inverter o famoso lema do trabalho. Em vez de “fazer agora o que se pode fazer daqui a pouco e fazer hoje o que se pode fazer amanhã”, que tal “não fazer agora o que se pode fazer daqui a pouco, não fazer daqui a pouco o que se pode deixar para amanhã e não fazer amanhã o que se pode simplesmente deixar de fazer”?

A ajuda da bioquímica

Como já disse alguém: não somos um LP com dois lados, mas um CD com um lado só. Não somos corpo e espírito. Somos ambos, simultaneamente. Somos um cérebro, um coração, um fígado etc. Mas é difícil fugir desse vício intelectual que é a análise por polos opostos ou, como se diz, por dicotomias. O mesmo ocorre no campo da medicina: tivemos uma medicina psicossomática e hoje temos, também, uma medicina somatopsíquica. O que ambas querem dizer?

A *medicina psicossomática* já é bastante conhecida desde que Sigmund Freud assombrou o mundo com as suas descobertas e análises. Soube-se, então, que o funcionamento da psique está

intimamente ligado ao do *soma*, do corpo, e que na realidade somos um só.

O desenvolvimento da psiquiatria e da psicanálise e de diferentes escolas de psicoterapia foi inevitável. Males do corpo puderam ser explicados pelo mau funcionamento da cabeça, do espírito. Há doenças físicas que nada mais são do que reflexo de uma mente perturbada.

A *medicina somatopsíquica*, aquela que segue o caminho inverso, ou seja, de investigar como os males do corpo interferem na mente, demorou um pouco mais para apresentar resultados. Dependeu principalmente dos avanços da bioquímica e da sua capacidade de produzir remédios.

O avanço da bioquímica, contudo, tem sido impressionante e nos deixa sempre na expectativa de uma nova descoberta. Seu impacto na vida cotidiana também tem sido enorme. A pílula anticoncepcional, por exemplo, foi decisiva para a liberação sexual feminina e para a revolução sexual. Sem o temor de uma gravidez indesejada, as mulheres puderam entregar-se mais livremente ao prazer sexual. Não é de se esperar impacto semelhante, para os homens, com o advento da chamada “pílula do amor”, aquela que promete e garante ereção do pênis diante de qualquer estímulo sexual, e que já está no mercado?

Hoje já temos medicações para a ansiedade, para a depressão, para o estresse. A *medicina ortomolecular*, que investiga deficiências minerais no organismo e como este controla os temidos *radicais livres*, promete assumir a dianteira na prevenção de problemas psíquicos decorrentes do mau funcionamento do organismo. Nessa linha, poder-se-á, quem sabe, em breve, resolver o problema da compulsão, mecanismo psicológico presente em todas as dependências de drogas permitidas (álcool, tabaco) e proibidas (maconha, cocaína, heroína etc.), e também verificado em hábitos como consumo obsessivo, ingestão exagerada de açúcares e chocolates, vícios de jogos de azar, de computador etc.

E há outra ajuda possível da bioquímica, que é a de nos ensinar o funcionamento do organismo, levando-nos, assim, a aprender alguma coisa com ele. Aliás, tantos sábios, desde a Antiguidade, falam-nos da necessidade de aprender com os animais, com as plantas, com a natureza em geral. Essas lições vão além da simples imagem. Afinal, somos o produto do mesmo big-bang, aquela explosão original cujos elementos, presentes em todo o universo, aqui na Terra deram origem a todos os seres vivos e inanimados conhecidos. Animais e plantas podem ser considerados sobrevivências de etapas da evolução da humanidade, cujos elementos e impulsos certamente estão ainda presentes em todos nós, queiramos ou não.

O bioquímico canadense Hans Selye (1907-1982), autor da teoria do estresse, ao final das longas demonstrações da dinâmica do organismo produtora da doença, permitiu-se enumerar o que ele chamou de *implicações filosóficas* de sua pesquisa.

A palavra *filosofia*, no caso, é muito mais adequada à concepção oriental do termo do que à ocidental. São indicações sobre o bem viver que ela estabelece não a partir de uma ética artificial, religiosa ou política (como ocorre sempre), mas de uma certa ética do organismo humano, muito mais evoluída do que as outras por sinal, ou seja, de um viver conforme a biologia.

O que seria essa ética do organismo? De acordo com as observações de Selye, tudo se passa como se, desde o momento da constituição básica do nosso corpo, ainda no útero materno, nossos órgãos vitais se reunissem para descobrir qual deles era o mais fraco e, então, criassem uma estratégia de proteção para esse órgão.

A solidariedade se estabelece com base na certeza de que a falência de um órgão resultará na falência dos demais e na morte do indivíduo. É uma solidariedade criada sobre a diferença e, em especial, em relação aos mais fracos. Um rim de constituição frágil pode não resistir à luta da vida e desencadear a morte prematura de todo o organismo, se os pulmões, o fígado, o coração, o cérebro, mais robustos, não assumirem a tarefa de defendê-lo.

Seria demais sonhar que um dia a sociedade humana aprenda lições de solidariedade, estudando o próprio organismo dos indivíduos que a compõem? Sabe-se da militância comunista do dramaturgo alemão Bertoud Brecht (1898-1956) e, portanto, de sua predileção por explicações econômicas e políticas. Mas não seria esta a essência do lamento – “ele primeiro prendeu os comunistas e não resistimos; depois prendeu os ciganos e homossexuais e também não resistimos; aí veio ele nos prendeu e já não havia quem pudesse resistir” – por ele narrado numa de suas peças, em relação ao tempo que demoraram para perceber o perigo encarnado por Hitler? E que dizer da omissão da sociedade brasileira diante das crianças abandonadas, certamente a origem do câncer que se estabeleceu no organismo social sob a forma da violência urbana?

Outra constatação de Hans Selye, que nos interessa mais de perto: mais importante do que a força do agente externo agressor é a reação adequada do organismo. Nosso organismo, embora tão aperfeiçoado na integração constante com o ambiente, por vezes se engana diante de uma ameaça externa, sem nenhuma interferência da consciência. Uma bactéria inofensiva pode desencadear defesas orgânicas profundas e acarretar um estresse.

Na maioria dos casos, porém, é a nossa consciência inquieta que vê perigos inexistentes no ambiente e entra inutilmente em estresse. Selye cita um exemplo interessante: se alguém avança ameaçadoramente contra nós, podemos supor um perigo de morte e o nosso organismo se prepara para a defesa, enchendo-nos de adrenalina e tantas outras drogas que levarão dias para ser eliminadas, sem mencionar a energia desperdiçada. Podemos, contudo, perceber que se trata de um bêbado cambaleante e dar apenas um passo de lado para evitar o choque ou simplesmente ampará-lo. Não houve sobressalto, portanto não houve estresse nem energia desperdiçada.

Não estaria aí uma lição para o indivíduo que quer educar sua atitude receptiva? Ou uma bela lição contra o gosto tão desenvolvido hoje no Ocidente por emoções fortes e, em contrapartida, desvalorização dos acontecimentos triviais do cotidiano?

Costumamos sempre tentar transformar pequenos incidentes do cotidiano em emoções fortes. Não seria possível, também, o contrário, ou seja, viver acontecimentos fortes como episódios comuns, nem que seja para diminuir o estresse? (Como se verá no capítulo seguinte, tanto os eventos positivos como os negativos geram estresse.)

Vale a pena aqui contar a estória do oleiro chinês, relatada pelo já citado pensador Lin Yutang, muito apropriada para quem se sobressalta inutilmente na vida.

Certo oleiro estava um dia a remexer o barro quando encontrou um baú contendo um enorme tesouro.

– Que sorte! – disseram os vizinhos, ao contemplar o tesouro...

– Como vocês sabem que é sorte? – retrucou calmamente o oleiro.

Dias após, o filho do já rico oleiro estava a adestrar um dos cavalos recentemente comprados e sofreu uma queda, fraturando duas pernas.

– Que azar! – disseram os vizinhos, aflitos com a notícia...

– Como vocês sabem que é azar? – perguntou candidamente o oleiro.

Em seguida, começa uma guerra com o ducado vizinho e todos os jovens são convocados para a luta... menos o filho do nosso oleiro, que ainda tinha de passar longo tempo acamado.

– Que sorte! – disseram novamente os vizinhos...

– Como vocês sabem que é sorte? – mais uma vez perguntou o oleiro.

14. MANTER A DIVERSIFICAÇÃO DE INTERESSES

Tenho consciência de que, para muitas pessoas, é inútil falar em atitude receptiva. Muitas delas, e não apenas os executivos, experimentam uma necessidade constante de ação. Nesse caso, a atitude recomendada é: seja polivalente, diversifique seus interesses.

É difícil manter-se polivalente num mundo que nos obriga à especialização e à uniformidade. Quando, no início do ensino médio, exigem-nos a escolha de uma profissão, que por seu lado definirá o curso universitário adequado a ser seguido, tem início um lento processo de corrosão de nossa polivalência, um processo doloroso e surdo, do qual os pais são atores inconscientes.

Na passagem da adolescência para a juventude, essa ideia martela sem cessar, aumentando a angústia da decisão. Nessa idade, temos consciência das múltiplas possibilidades de caminhos que poderíamos seguir, se não nos obrigassem a apenas *uma* decisão.

Nossa polivalência cultural começa a ser abalada em nome da postura necessária à profissão que apressadamente escolheremos. Há gostos que devem ser sacrificados, interesses que devem ser abandonados em nome do sucesso futuro. O violão, a tela com as tintas, o esporte, a mochila de viagem, os amigos e tudo o mais correm o risco de serem sacrificados em nome das exigências da profissão que ganham prioridade.

A entrada no mercado de trabalho é o segundo passo para a destruição da nossa diversificação de interesses. Depois, com o casamento, filhos, pouco a pouco tornamo-nos obcecados pela obrigação e continuamos a reproduzir, junto a nossos filhos, o mesmo processo de corrosão da espontaneidade e da diversificação de interesses culturais pelo qual passamos.

Uma forma de estancar essa corrente sem-fim de opressão, que se estende por gerações, é, sem dúvida, esforçarmo-nos para preservar a nossa polivalência e diversidade de interesses.

Biodiversidade e diversificação cultural

Antigamente, na escola, ensinava-se que as florestas temperadas eram melhores do que as tropicais, pois eram mais uniformes e portanto mais fáceis de explorar. A diversidade botânica representava, assim, um empecilho, um problema.

Já há algumas décadas, chegou-se à conclusão exatamente oposta. A biodiversidade é uma riqueza. Hoje entendemos a fascinação do cientista inglês Charles Darwin (1809-1882), no século 19, diante da incrível variedade de plantas em nossa Mata Atlântica.

A biodiversidade encerra segredos importantíssimos para o futuro da própria espécie humana, alegam os viciados no utilitário, que não aceitam, como Darwin, apenas a expressividade, a beleza da variedade.

A variedade no mundo vegetal e animal, assim, já é aceita como boa e desejável. Já o indivíduo teme, em si mesmo, a variedade de aptidões, buscando a uniformidade. Ser polivalente, ter muitas habilidades desenvolvidas, sempre foi considerado dispersão, falta de disciplina, principalmente no trabalho.

Vejam o que dizia a carteira profissional até meados dos anos 80: “A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência”.

Da valorização da uniformidade no trabalho à uniformidade na vida, bastou apenas um passo. O antigo “vestir a camisa da empresa” significava que o indivíduo devia pensar apenas no seu trabalho, dentro e fora da empresa.

Muitas empresas já se retrataram dessa barbaridade! Hoje, insistem sobre a necessidade de polivalência profissional, querem

conhecer o currículo de lazer de seus executivos e dão preferência aos que sabem dosar trabalho e não trabalho. Sabem, sobretudo, dos riscos para a empresa do indivíduo que veste a tal camisa, quando ele falta ou enfarta. Preferem alguém que não trabalhe tanto, que saiba delegar responsabilidades.

Mas vício é vício. Quando se pensa que ele foi totalmente eliminado, resquícios dele ainda permanecem embrenhados nas dobras do cotidiano. É mais fácil encontrar um executivo familiarizado ao mesmo tempo com produção, distribuição, *marketing*, recursos humanos, administração financeira do que simultaneamente com cultura física, manual, intelectual e artística. A polivalência já é valorizada no trabalho, mas ainda não chegou onde se faz mais necessária: no lazer.

Diversificação como prevenção do estresse

Toda agressão externa ao nosso organismo causa algum tipo de estresse. Essa agressão pode ser de natureza física ou emocional. Assim, uma picada de mosquito, uma contusão óssea, uma bactéria, uma pisadela em falso são, isoladamente ou em conjunto, agentes causadores de estresse, bem como um conflito conjugal ou no trabalho. O resultado será mais ou menos profundo, dependendo da intensidade da agressão e da qualidade das nossas defesas orgânicas.

O evento que provoca o estresse não é necessariamente ruim. Uma grande perda financeira ou a morte de uma pessoa amada causam estresse semelhante ao provocado por um grande ganho de dinheiro ou pelo nascimento de um filho. De qualquer forma, o estresse é a *resposta* do organismo ao evento externo. Quando ele não consegue responder adequadamente à agressão, vem a doença e, eventualmente, a morte.

Devemos ainda ter claro que o estresse proveniente de um grande evento em nossas vidas, bom ou ruim, é sempre negativo para o organismo. Mas o pequeno estresse, originado dos sobres-

saltos a que todos estamos sujeitos, tem seus benefícios: tira-nos da monotonia cotidiana, traz-nos o entusiasmo da novidade, sem grandes impactos bioquímicos no organismo. Sobre esse pequeno estresse, falaremos mais vezes ainda.

A partir dessa rápida conceituação, podem-se extrair duas conclusões.

Primeira conclusão: é óbvio que não podemos evitar o estresse. Ele é condição da existência. Quando se propõe que devemos evitá-lo, na verdade, pretende-se apenas alertar contra situações insuportáveis ao organismo. O que nos cabe é administrar o estresse. Como fazer isso? A regra mais simples é evitar situações ou atitudes que exigem uniformidade de respostas, ou seja, excessiva pressão sobre os mesmos sistemas do nosso organismo, como, por exemplo, trabalhar excessivamente, na mesma tarefa, realizando os mesmos gestos, consumir muita bebida alcoólica (e pior ainda se for o mesmo tipo de bebida) e muito cigarro, praticar os mesmos exercícios físicos ou executar sempre as mesmas atividades.

Comenta-se muito a respeito do estresse do executivo porque este, como especialista do trabalho, tende sempre, no seu *workaholism*, a ocupar-se das mesmas coisas, pressionando sempre os mesmos sistemas de seu organismo e, em consequência, esquecendo as demais dimensões da vida e formas de uso de seu corpo e de sua mente.

Inversamente, diversificar atividades, gestos e atitudes é uma boa forma de administrar o nosso estresse em níveis saudáveis. A força do lazer surge aqui nitidamente. Mesmo que algumas dessas atividades exijam respostas intensas do organismo, sabe-se que a diversificação garante tempo de recomposição dos órgãos ou dos sistemas orgânicos mais solicitados.

Alguns tipos de trabalho profissional já permitem, em parte, variedade de atividades, gestos e atitudes. Mas trabalho é trabalho. Exige tensão e produtividade. A diversificação é apenas eventual

e sempre um prêmio, nunca uma regra. E quanto mais especializado o trabalho, menor a variação possível de gestos e atitudes.

Assim, somente o lazer – e desde que diversificado em si mesmo e em relação ao trabalho – garante os benefícios do pequeno estresse (emoção, expectativa etc.), numa intensidade que podemos administrar segundo a nossa capacidade e de forma diversificada: ora contemplativa e calma, como numa exposição ou num passeio tranquilo; ora contemplativa e emocionada, como no espetáculo esportivo ou cinematográfico; ora ativa e sedentária, como escrever, pintar, compor ou conversar com os amigos no bar; ora ativa e agitada, como na ginástica e nos esportes. Enfim, ora utilizando o nosso lado racional, ora o nosso imaginário; ora exigindo uma, ora outra parte de nosso organismo. Sob esse ponto de vista, ter *hobbies* é bom? Pelo que já foi exposto, vê-se que ter um único *hobby* é melhor do que nada, mas não basta, pois significa levar para o lazer a especialização do trabalho. O ideal é ter muitos, infinitos *hobbies*. Exercitar ao máximo a nossa polivalência, a nossa capacidade de sermos muitos em muitas circunstâncias – eis a receita. Afinal, se a biodiversidade é desejável, por que não o seria também a diversidade cultural e, em particular, a nossa diversidade cultural individual?

Segunda conclusão: ...nem seria o caso de evitar todo tipo de estresse. Afinal, o pequeno estresse, já lembrado, traz benefícios. É o sal da vida. Que seria de nós se, de tempos em tempos, não pudessemos sentir o sangue correndo mais depressa em nossas veias, se os nossos músculos não pudessem enfrentar e vencer uma competição, se eventos bons e, infelizmente, também ruins não viessem sacudir a monotonia do cotidiano? Sem ao menos pequenas doses de estresse... nossa vida seria uma rotina insuportável.

Nesse caso, o desafio continua o mesmo: evitar situações limite para o nosso organismo e diversificar ao máximo gestos, atitudes, posturas e atividades. Assim, diante de um trabalho sedentário mas cheio de preocupações, ou seja, “muita cabeça e pouco cor-

po”, o lazer deve nos conduzir a uma ação que movimente nossos músculos calmamente, como uma boa caminhada, ou nos proporcionar uma sensação de paz, como uma leitura agradável.

Possibilidades de diversificação dos interesses

Quais são as possibilidades de diversificação de interesses? São inúmeras e apenas relacioná-las exaustivamente demandaria um livro. Vamos aqui tratar de algumas delas, tomando como centro de interesses culturais o corpo, as mãos, imaginação, a curiosidade e o outro.

O corpo

O nosso corpo é, sem dúvida, a primeira pista nessa busca da preservação da diversificação ou polivalência cultural. Existem hoje ofertas para todos os gostos e condições de tempo e de dinheiro: desde o simples caminhar que substitui o meio de transporte (carro, ônibus etc.) até a caminhada sistemática, a corrida, a ginástica de tipo ocidental dominada pelo exercício físico (ou, mais ocidental ainda, a ginástica sem esforço, em que o movimento físico é comandado e realizado por aparelhos), a ginástica de tipo oriental dominada pela integração corpo-mente, em casa ou em academia, além dos esportes recreativos, como a pelada, o nado em piscina, rio ou mar, as lutas marciais, e dos esportes formais ou radicais. Pelo menos uma dessas modalidades está ao alcance de todos.

Em tempo: quando se fala em prática física, confundem-se dois objetivos diferentes, a saber, a forma física e a expressividade cultural.

No primeiro caso, as pessoas dizem que a motivação é a saúde. Não é verdade. O que se busca, de fato, é estar mais apto para a concorrência no cada vez mais competitivo mercado da “carne verde” para a conquista de parceiros sexuais ou para a exibição sexual pura e simples. Nessa situação, o malhar-se, os exercícios

diários acompanhados de uma dieta são essenciais. Contudo, não é esse o objetivo deste livro, e sim o segundo.

No nosso caso, em que a motivação da saúde também existe e é real, busca-se o exercício físico como expressão cultural no cotidiano ou o equilíbrio saudável em relação à vida urbana sedentária. Os princípios, de acordo com os conselheiros mais atuais, são os seguintes:

- o exercício calmo, como a caminhada, por um tempo maior e de forma sistemática é mais eficiente do que o exercício intenso e curto;
- esse exercício praticado junto à natureza, especialmente na água, é mais rico em resultados do que o realizado numa sala ou salão;
- mais do que a disciplina, é importante que tais práticas compo-
nham um estilo de vida pessoal, sem sofrimento ou constran-
gimento.

A menos que esteja se preparando para uma competição profissional e não apenas desenvolvendo o seu lazer, você não deve de forma alguma ir além dos próprios limites, pois os resultados nunca serão bons. Se você estiver em boa forma física, poderá até mesmo experimentar aquela sensação boa de fim do cansaço, de recuperação de um vigor físico que parecia exaurido no exercício. Nesse caso, o organismo, forçado pelo estresse muscular, proporcionou-se uma dose de endorfinas. Mas isso é droga e quantos viciados nesse tipo de droga há por aí, pensando candidamente que estão cuidando de sua saúde? Entretanto, se você não estiver em boa forma física, um acidente vascular pode estar a caminho.

As mãos

Ao pôr tudo pronto ao nosso alcance, a sociedade de consumo acaba por trazer, além de danos sociais e econômicos, prejuízos para nossa vida pessoal, num plano que raramente imaginamos: o uso cada vez menor das nossas mãos para fabricar objetos, utensílios ou simplesmente para realizar pequenas tarefas.

Boa parte das mulheres, por força das obrigações domésticas, ainda mantém práticas como a culinária, a costura, o bordado... E os homens em geral?

O sertanista Orlando Vilas Boas exclamou, assustado, quando da inauguração do Shopping Ibirapuera e seus 400.000 itens ofertados: “Um índio usa ao longo de toda a sua vida apenas 93 itens, dentre os quais 80 ele é capaz de fabricar com as próprias mãos; certamente há algo de errado com esta sociedade que necessita de tal soma de itens”.

O “faça-você-mesmo” não é, assim, apenas economia, por mais que recorram a esse argumento os indivíduos que fabricam suas estantes, mesas, camas etc. e que orgulhosamente exibem sua caixa de ferramentas nos consertos de casa. Uma entrevista mais aprofundada com esses praticantes do lazer manual, certamente, mostrará que eles preferem usar as mãos mesmo quando têm dinheiro para comprar tudo pronto ou para contratar profissionais especializados.

Na Suíça, a rede de supermercados Migros mantém um andar superior reservado a ateliês e oficinas de aprendizagem de práticas manuais. Ainda nesse país, os recém-casados inovaram criativamente a prática do chá de cozinha: mais do que receber presentes dos amigos, eles transformaram o evento numa oportunidade de mostrar a casa que eles fizeram e decoraram com objetos fabricados com as próprias mãos.

Usar as mãos para cuidar de plantas, de flores, de animais domésticos, para construir ou reparar um objeto, um móvel é, cer-

tamente, um caminho importante na busca de diversificação de interesses.

A imaginação

Que tipo de arte você aprecia? Se alguém responder “nenhuma”, estaremos diante de mais um que entende a arte apenas nas suas manifestações mais eruditas. Quem vai a uma festa, por exemplo, exercita uma forma rudimentar de arte que é o “fantasiar-se”, o mostrar-se da forma como gostaria de ser visto e apreciado. A moda-vestuário, a maquiagem são formas de exercício artístico.

Um modelo mais erudito é a apreciação das fantasias que envolvem uma personagem – o romance, o teatro, o filme ou as artes plásticas figurativas. Essa mesma categoria pode abranger diferentes graus de sofisticação: um romance de Agatha Christie e um de Machado de Assis supõem graus diferentes de exercício da sensibilidade artística.

Nas suas formas mais requintadas – a arte abstrata, a poesia – o acesso requer uma educação mais elaborada do olhar e uma possibilidade de aproveitamento interior mais intenso. Para quem pensa que não aprecia nenhuma forma de arte, vale lembrar a música, com suas variações à disposição de todos os gostos e de todos os graus de sofisticação.

A imaginação é, pois, um exercício mais forte à medida que se desvincula da concretude do cotidiano. Todos, por exemplo, apreciam algum tipo de música, desde aquela melodia mais simples, cujo refrão “cola” nos nossos ouvidos, até a elaboração sinfônica, feita às vezes de sons dissonantes, que exige um mergulho mais profundo da sensibilidade.

A curiosidade

Exercitar a imaginação é uma forma de abrir-se ao conhecimento presente em músicas, romances, peças de teatro, pinturas...

As peças de Shakespeare são tidas por alguns fontes de sabedoria política inigualáveis. Turistas que visitam a Bahia certamente são estimulados por romances de Jorge Amado.

Mas o conhecimento produzido pela arte não está pronto para ser assimilado por todos. Trata-se de um discurso ambíguo, sujeito a diferentes interpretações. Um cientista político certamente é capaz de apreciar a sabedoria de Shakespeare. Um sociólogo é capaz de apreciar a “filosofia social” de Balzac (como ele chamava seus romances), de Machado de Assis ou de Jorge Amado. Mas numa leitura aos 15 anos de idade, ao menos parte desse conhecimento se perde.

Assim, o exercício da curiosidade pode ser melhor satisfeito por meio das inúmeras formas de divulgação científica (seções de política, economia, cultura, sociedade, dos jornais, revistas e telejornais, enciclopédias, dicionários, coleções de selos, moedas etc.) que pode, num estágio posterior, chegar ao estudo e à pesquisa sistemática.

Infelizmente, tendemos, com o passar dos anos, a restringir nossa curiosidade apenas aos campos de interesse profissional. É pouco e perigoso. A diversificação dos interesses intelectuais supõe manter acesa a chama da curiosidade acerca de todos os campos que possam nos interessar, seja no plano da vida familiar (criação de filhos, decoração da casa, auxílio no dever de casa dos filhos etc.), seja no plano do lazer e simples (conhecer melhor algum autor científico ou artístico, desvendar algum tema como astrologia, psicologia, sociologia, aprender como cuidar de plantas, de animais domésticos etc.).

Não se imagine que as alternativas para tanto são poucas. Uma metrópole como São Paulo, por exemplo, conta com milhares de eventos desse tipo ao longo de uma semana, aos quais se dá muito pouca atenção, lamentavelmente. São pessoas que as desenvolvem solitariamente, para grupos próximos de alunos e amigos, divulgando-as como podem, às vezes mendigando um espaço nas

agendas culturais de jornais e televisão. Uma política de promoção de eventos de uma metrópole obteria resultados significativos se apoiasse tais iniciativas e não apenas a ponta do *iceberg*, os grandes eventos.

As pessoas

Os outros humanos que nos cercam também são fonte de diversificação de interesses. Pessoas que conseguem suplantar a própria intolerância (expressa em forma de racismos os mais diferentes) e que vão além dos estereótipos (da idade, das roupas, dos cortes de cabelo, da cor, da raça, do sotaque) certamente teriam depoimentos preciosos a nos revelar sobre a riqueza que desvelam e da qual desfrutam nos contatos.

Uma vida intensa de contatos, além da superficialidade dos crachás, é um remédio contra o tédio, para dizer o mínimo. E esse remédio será ainda mais eficaz se incluir a frequência a grupos formais e informais nos mais diferentes campos e mesmo numa militância em grupos de interesse social (clubes de serviço, associações beneficentes, direção de condomínios etc.).

As virtudes do contato social como forma de diversificação de interesses podem realizar-se intensamente no turismo. Como os outros tomam o seu café da manhã? Como é o seu transporte cotidiano? E as suas comidas, as suas bebidas preferidas, sua forma de vestir-se, sua maneira de demonstrar familiaridade e amizade? Aqui, mais do que nunca, a tolerância é importante, sobretudo em relação às idiossincrasias dos povos visitados, aquelas peculiaridades de comportamento que nos constroem.

A indústria turística prefere o caminho mais simples: o dos grupos fechados em si mesmos e impermeáveis ao contato com as sociedades visitadas. Os hotéis estereotipados, que nos vedam a paisagem física e humana local e que nos dão a impressão de estarmos sempre no mesmo lugar, os guias ditatoriais, que impedem qualquer brecha criativa no rígido programa prefixado, são

ingredientes do turismo comercial detestáveis do ponto de vista da busca de contatos.

Os movimentos alternativos turísticos – sobretudo o chamado *turismo sociocultural*, que pretende a integração do turista com as comunidades visitadas – lutam na contracorrente, sem apoios oficiais.

A coeducação de gerações

O psicólogo José Ângelo Gaiarsa certa vez externou seu espanto pelo fato de não existirem formas organizadas de educação para as duas ações mais difíceis – segundo ele – de um indivíduo ao longo de sua vida: o casamento e os filhos. Imagina-se que as pessoas aprenderão na prática a conviver com o sexo oposto e a criar filhos, mas o que se vê são indivíduos reproduzindo sem cessar os mesmos erros das gerações passadas. Adolescentes brigam com os pais, no fundo pelos mesmos motivos pelos quais estes, quando adolescentes, também brigaram com os seus pais. Apanhou-se dos pais na infância? Bate-se nos filhos agora...

Muito haveria para falar em nome da tolerância, que, no fundo, é apenas a aceitação das diferenças do outro. O diálogo intergerações, em particular, teria muito a beneficiar-se dessa discussão. Os pais não entendem os filhos, que, em contrapartida, também se recusam a entendê-los.

Hoje, quando a maturidade parece chegar cada vez mais cedo e a própria sociedade mostra interesse em antecipar a autonomia e a responsabilidade civil do jovem dos 18 para os 16 anos, é de se perguntar por que os adultos não aceitam que, além de ensinar, também devem aprender com os seus filhos?

Mais do que de um desejo, é de uma necessidade urgente que se fala aqui. Em especial, no caso da telemática. Ouve-se por toda a parte que as crianças e adolescentes têm mais facilidade em manejar *games* e computadores do que os adultos.

Essa constatação é sempre seguida de temores. Às vezes, esses temores são infundados. A telemática estimula a violência, a solidão, desestimula a criatividade? Isso talvez aconteça em casos extremos, quando se fica compulsivamente horas e horas diante do vídeo. Mas aí já é de droga que estamos falando, de uma nova doença da civilização.

De resto, discute-se a questão desde o século 19, quando as novelas começaram a ser publicadas em capítulos diários dos jornais e temia-se que as pessoas trocassem os prazeres da conversação pela solidão da leitura. Aconteceu o mesmo, posteriormente, com a televisão e as histórias em quadrinhos. Mas não consta que as novas gerações sejam mais violentas ou propensas ao isolamento ou menos criativas do que as anteriores.

O temor fundado, no caso, é que essa civilização audiovisual que tanto encanta as novas gerações faça-as esquecer da tradição do pensamento linear, escrito, que está na base da cultura ocidental, em especial da ciência. De fato, a imagem transmite simultaneamente uma série de mensagens. É mais fácil. Já a escrita, mais difícil, supõe um encadeamento preciso e artificial de letras e palavras para conseguir transmitir uma mensagem.

Aqui, mais do que nunca, a coeducação de gerações é importante. Duas culturas, de gerações diferentes, que devem ser preservadas, aprendidas e desenvolvidas. Mais do que proibir, deve-se estimular que todos aprendam as duas linguagens. Bem a propósito, cabe lembrar a singela mensagem de um cartão de Natal, criação anônima de uma pessoa arguta: de um lado, a mão do pai que guia a mão trêmula do filho para a escrita; do outro, a mão precisa da criança que guia a mão insegura do adulto sobre o *mouse* do computador.

CAPÍTULO IV

A diversão no futuro da humanidade

Para que as pessoas possam se divertir mais, é necessário provê-las de mais tempo. O aumento de tempo livre para as pessoas se divertirem é a questão que será analisada no capítulo 15, que abre esta quarta parte.

Em seguida, há de se pensar em auxiliar as pessoas a conseguirem se divertir. Assim, no capítulo 16, analisaremos as alternativas de espaço/atividades que estão sendo criadas, o chamado *mercado de lazer*, dando especial ênfase ao setor da animação cultural.

Considerando que este livro dirige-se mais a estudantes do ensino médio, às voltas com o problema da busca de um direcionamento da sua vida profissional, dedicaremos o último capítulo ao perfil de um novo tipo de profissional que surge – o animador sociocultural, o profissional do lazer.

15. MAIS TEMPO PARA O LAZER

Arrumar tempo para divertir-se significa reservar para si um tempo antes destinado às obrigações diárias, sobretudo as profissionais e as domésticas. A redução do tempo de trabalho doméstico para ampliar o tempo de lazer é, por incrível que pareça, mais complexa do que a redução do tempo da obrigação profissional.

Trabalha-se menos em casa do que há cinquenta anos, é verdade, em virtude das melhores condições de armazenamento de alimentos, do incremento dos eletrodomésticos e da evolução da mentalidade masculina no que diz respeito às obrigações domésticas e à necessidade de melhor reparti-las entre mulher e marido. Tal evolução, contudo, é muito lenta. Ainda não se sabe quando o sexo masculino vai aceitar a obrigação doméstica como uma contingência da vida, e não como uma humilhação. É lenta, em particular, se comparada à redução do tempo de trabalho.

A redução da jornada de trabalho

No início do século 20, o operário da nascente indústria brasileira trabalhava em torno de 15 horas por dia, todos os dias da semana, sem exceção, todos os meses do ano, dos dez anos de idade até a morte, quase sempre precoce. Ao longo de um ano, ele chegava a trabalhar 4.000 horas, como já observamos na introdução deste livro.

Em tal situação, parecia impossível pensar-se em tempo livre ou tempo de lazer. Afinal, depois de trabalhar 15 horas num dia, considerando ainda um mínimo de obrigações e rituais familiares ou domésticos, além das horas reservadas ao sono, que tempo restava para o lazer e a diversão?

No entanto (e o fato não deixa de ser curioso), organizações de lazer dos operários floresceram nessa época, sobretudo clubes de cultura e recreação, talvez exatamente porque serviam de fachada para a organização corporativa dos trabalhadores numa época em que os sindicatos eram proibidos. Muitas cidades contam ainda com reminiscências desse período (clubes operários, clubes do comércio etc.).

Com o tempo, vieram a jornada diária de 8 horas, o repouso aos domingos, depois também aos sábados à tarde (semana inglesa) e, posteriormente, o sábado e o domingo completos, as férias e a aposentadoria. Um operário brasileiro tem hoje a jornada se-

manal legal de 44 horas. Com isso, ele trabalha em média 2.000 horas anuais, a metade de seus avós. E já dispõe de uma jornada semanal de lazer, em torno de 32 a 35 horas.

Mas isso não é tudo. Já se fala na semana belga (36 horas semanais, com repouso semanal a partir de sexta-feira à tarde) e não se perde de vista o caso dos metalúrgicos alemães que trabalham 28 horas por semana. A redução da jornada de trabalho é um processo sempre em marcha. Para tanto, contudo, há diversos obstáculos a serem superados, a seguir enumerados.

A ação tímida dos sindicatos

Há hoje em dia sindicatos muito fortes. Conseguem até derrubar governos, como se viu na França em 1994, na luta para se evitarem cones nos benefícios sociais. Mas se sentem sempre muito constrangidos em lidar com a ideia de que o trabalhador também quer, pode e, mais do que isso, precisa se divertir. Assim, fica muito difícil operar ativamente em prol da redução da jornada de trabalho.

Em 1981, Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, quando participava do programa “Vox Populi” da TV Cultura, foi questionado por um telespectador pelo fato de nunca usar macacão. Sua resposta foi brilhante. Disse ele que, ao contrário do que o estudante podia imaginar, operário não gostava de macacão. Gostava era de passear num parque na companhia de sua família, com todos – inclusive ele – bem vestidos. O impacto da resposta pode ser medido pelo seu tom inesperado. Um operário reivindicar lazer? Infelizmente, o que poderia ser o início de uma postura mais clara dos trabalhadores sobre a necessidade de melhores condições para o seu lazer resumiu-se a essa tirada, e não se conhece sindicato que a tenha explorado mais a fundo.

De qualquer forma, os sindicatos hoje reivindicam a redução da jornada de trabalho apenas em nome da redução do desem-

prego (trabalhando-se menos, mais pessoas podem trabalhar). O argumento é mais do que relevante. Mas por que não ir direto ao assunto? Afinal, por que razão trabalhar menos e ganhar mais, senão para gastar no seu lazer?

Em 1982, ao encaminhar ao Parlamento francês projeto que reduzia paulatinamente a jornada semanal de 40 para 36 horas, o então primeiro-ministro socialista Pierre Maurois assim fechou o texto da lei: “A redução da jornada de trabalho não pode ser tributária de discussões sobre produtividade; é exigência de civilização”.

A resistência patronal

A história do movimento operário relata dezenas de lutas, não raro sangrentas, pela redução da jornada de trabalho. Mesmo no Brasil, todo o período da Primeira República (1889 a 1930) registra, a partir de 1900, incontáveis confrontos de patrões e trabalhadores, sempre tendo como reivindicação principal a redução da jornada de trabalho. Veio o Estado Novo e concedeu tudo por decreto.

Mas o que se quer mostrar aqui é que em todas as lutas do passado e mesmo na que se verifica hoje pela redução da jornada de 44 para 40 horas, a história se repete como o estribilho de uma canção, que todos parecem (ou fingem) ignorar.

Eis os passos. Há uma crise de demanda, ou seja, as pessoas estão comprando menos e os estoques das empresas começam a aumentar. Se não se vende, a solução das empresas é desempregar. Os sindicatos então lançam a pergunta: “Em vez de demitir, por que não reduzir a jornada de trabalho de todos?”

Em seguida, os empresários respondem: “Reduzir a jornada sim, mas com redução de salário”. “Isso não”, respondem os sindicatos. É nesse ponto, aliás, que se encontra o atual movimento pela jornada semanal de 40 horas.

E tal como já ocorreu tantas vezes, inicia-se um longo período de discussões, em que a sociedade civil, nos seus múltiplos seg-

mentos, comparece sempre com as mesmas questões: “Com tanto tempo livre, o que esses trabalhadores vão fazer? Embriagarem-se até cair? E o trabalho, como é que fica?” Ou então: “Necessitamos é de trabalho; que história é essa de trabalhar menos? Os custos vão subir: o que acontecerá com a produção e com a concorrência?”

Durante esse longo período de discussões, algumas empresas mais dinâmicas iniciam uma reformulação da sua linha de produção e, aos poucos, passam a operar dentro da nova jornada. O exemplo se espalha e, quando a nova jornada está quase se tornando uma regra, finalmente vem a lei que reduz a jornada de trabalho sem reduzir salários. No Brasil, já surgem alguns casos pioneiros, como o da Volvo no Paraná.

A resistência à redução da jornada de trabalho certamente tem a ver com os inúmeros preconceitos em relação ao lazer e ao tempo livre, dos quais já falamos aqui. Mas, ao menos no presente momento, a diminuição do tempo de trabalho está imobilizada em razão de uma conquista passada que já foi a maior bandeira do movimento operário, a jornada de 8 horas, e que hoje, paradoxalmente, é um obstáculo, discutido a seguir.

A jornada de 8 horas

Desde meados do século 19, os operários europeus, para pôr fim às extenuantes jornadas de 15 horas diárias, reivindicaram a jornada de 8 horas diárias, com o interessante argumento do 3 x 8. Para eles, o ideal do homem era ter o seu dia repartido em três grupos de atividades: 8 horas para o trabalho, 8 para o sono e 8 para o lazer (naturalmente, o lazer englobava as obrigações familiares, sociais, políticas e também o entretenimento).

Esta, que foi uma iniciativa avançada, na época, e sem dúvida muito contribuiu para minorar o duro cotidiano dos trabalhadores, passou ao longo dos anos a constituir uma barreira psicológica à continuidade da redução da jornada de trabalho.

Hoje, que sentido tem essa jornada diária de 8 horas? Pesquisas realizadas junto a executivos norte-americanos mostram à exaustão que suas propaladas jornadas de 10 a 12 horas diárias de trabalho são mentirosas. Na realidade, 30 a 40% do tempo é gasto com fuxicos, conspirações, paquera, sem mencionar o tempo gasto com almoços e encontros em clubes, sob pretexto (nem sempre verdadeiro, aliás) de negócios.

Sem falar de outras questões: que trabalho de 8 horas não pode ser executado, desde que com controle de produtividade, em 7, 6 ou mesmo 5 horas diárias?

Já em 1970, o economista francês (conservador) Jean Fourastié lançou a previsão das 40.000 horas de jornada existencial de trabalho. Na época, um operário francês (e hoje ainda um operário brasileiro) trabalhava 75.000 horas em sua vida se conseguisse chegar à aposentadoria. Sua previsão para o ano 2000 falava, portanto, de um novo corte pela metade da jornada existencial de trabalho e os principais itens de redução previstos eram exatamente a jornada diária (caindo de 8 para 6 horas) e o número de meses (caindo de 11 para dez).

Os sindicatos brasileiros nos últimos trinta anos pouco puderam fazer em favor da redução da jornada de trabalho, dada a inflação que os obrigava a pôr sempre como primeiro item da pauta de reivindicações a reposição das perdas salariais. Era previsível que, com a estabilização econômica, em vez de salário, a jornada de trabalho viesse a liderar de novo a pauta de reivindicações, como vem acontecendo, ainda que sob justificativa de redução do desemprego. O que se espera é que etapas sejam queimadas... Ou teremos de ouvir a mesma lenga-lenga tantas vezes reproduzida na história da jornada de trabalho?

16. O UNIVERSO DE LAZER COMO CAMPO DE TRABALHO

Mais do que cifras, o que importa é notar que, a partir da semana belga, a população já dispõe de mais tempo de lazer que de trabalho. O que isso altera no cotidiano da população?

Normalmente, os governos e os acadêmicos são sempre os últimos a detectar essas mudanças. Em especial as ciências sociais, rígidas em seus paradigmas e quadros conceituais de análise da realidade, têm dificuldade em se dar conta de novas aspirações que surgem com as mudanças da realidade, relutaram como puderam em aceitar, por exemplo, que entre as suas preocupações “sérias” (emprego, saúde, escola, transportes etc.) as pessoas começassem a pensar no seu divertimento. A indústria do lazer, que começou a se desenhar na década de 1960, era tida apenas como uma das muitas ciladas armadas pelo capitalismo contra os magros salários das camadas mais pobres da população. Já o setor comercial é mais ágil. Mesmo sem entender bem os porquês da nova situação, assimilou-a e a transformou em negócios. Assim, hoje podemos ver o surgimento de novos campos de trabalho, desde iniciativas quase domésticas de cuidados lúdicos com crianças e idosos até grandes negócios como clubes privados, parques temáticos, hotéis e pousadas de lazer, os chamados *resorts* (macrocomplexos turísticos) etc.

E como vai hoje essa indústria do lazer? Os números são triunfais. Fala-se da indústria de lazer como a segunda do mundo, atrás apenas da indústria bélica. Seus principais segmentos são, hoje, de um lado, a indústria de comunicação de massa (tevéis, rádios, editoras, imprensa, publicidade, eventos) e, de outro, o turismo (operação, transporte, recepção, hospedagem).

Esses dois segmentos já são bastante visíveis no mercado de trabalho. O número e a necessidade de comunicadores de massa aumentam em progressão geométrica, o mesmo acontecendo com as escolas que os formam e os tipos de inserção no mercado

de trabalho. Ocorre a mesma coisa com o turismo, uma das modalidades de curso universitário cuja procura aumenta a cada ano.

Um terceiro segmento começa a se definir: o da *animação cultural urbana*, ou seja, a intermediação entre a produção cultural e o consumo da população, trabalho eminentemente baseado na comunicação pessoal e grupal. Que tipos de ocupação decorrem desse setor cada vez mais visível?

Recreação pública

Nessa rubrica incluem-se todas as ações e instalações criadas para ocupação do tempo livre da população como um todo – centros culturais, centros esportivos, centros comunitários, parques públicos, clubes recreativos urbanos e campestres, museus, oficinas, conservatórios públicos etc.

Incluem-se, ainda, as ações desenvolvidas por secretarias governamentais, fundações públicas e empresas ligadas ao poder público municipal, estadual e federal, nas áreas de cultura, esportes, turismo, lazer, meio ambiente.

Esse setor é um forte empregador de mão de obra especializada em recreação, desde os programadores responsáveis pelo conjunto da programação até os monitores que acompanham as diferentes atividades.

Recreação comercial

Também dirigido ao público em geral, mas com segmentação socioeconômica do consumidor, esse setor abrange grande número de modalidades de negócios.

Em primeiro lugar, há de se mencionar os clubes privados e parques temáticos ou de atrações, como, por exemplo, na capital paulista, o Simba Safári, o Playcenter, o Parque da Mônica.

Tais empreendimentos, de modo geral, preferem instalações autoanimadas a pessoal especializado em animação (o parque do país que foge a essa regra é o Beto Carrero World, em Santa

Catarina, que prefere *performances* e eventos a aparatos físicos e eletrônicos), mas de qualquer forma contratam monitores para as atividades.

O setor abrange ainda livrarias, locadoras de vídeo, lojas de vendas de discos ou material fotográfico, galerias de arte etc. A tendência internacional desses negócios mostra que a animação vem ocupando parcelas cada vez maiores de suas preocupações.

A título de exemplo, vale lembrar uma empresa de ponta no ramo, a francesa FNAC. O sucesso da FNAC, hoje com filiais em toda a França e outros países de língua francesa, e mesmo das empresas assemelhadas que surgem nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, deriva de um *mix* bem-sucedido de serviços de locação e venda de discos, fitas de cinema, aparelhos de vídeo, máquinas fotográficas, compra e venda de livros novos e usados. A própria dinâmica dos negócios orientou a empresa para duas iniciativas inéditas: a criação de um clube de consumidores que, além de descontos nos serviços, participam de atividades como excursões, cursos, ciclos de palestra; e a substituição do vendedor tradicional pelo animador sociocultural, capaz de aconselhar e orientar os consumidores e sócios.

Em São Paulo, já há alguns exemplos, como a Livraria da Vila (quase um centro cultural com ampla programação de eventos) e as livrarias Cultura, Ática e Saraiva.

Essa área comercial abrange, ainda, as academias de ginástica, dança, música e artes plásticas, setor que cresceu quase vinte vezes ao longo dos últimos vinte anos. Na década de 1970, havia 1.500 academias de ginástica no eixo Rio-São Paulo. Hoje são quase 30.000.

Devem ser mencionados, finalmente, os bares, restaurantes e todos os estabelecimentos de lazer noturno. Mais do que espaços de venda de comida e de bebida, eles proporcionam oportunidades de ver e ser visto. Alguns estabelecimentos, em especial aqueles voltados para “tribos urbanas” específicas, contratam pessoas para animação permanente e organização de eventos, como cria-

ção de correio informal, lançamento de livros, festas de aniversário e festivais variados.

O grande dinamismo do setor tem levado esses empreendimentos a assumirem novos conceitos e novos perfis. O bufê para festas, por exemplo, hoje já é segmentado e diversificado em função dos gostos da criança na segunda e terceira infâncias, de adolescentes, jovens e mesmo adultos.

A mão de obra especializada desses setores é treinada em serviço ou vem de faculdades de educação física, turismo, comunicações e artes.

Recreação industrial

A recreação no ambiente de trabalho ou, como é chamada, a recreação industrial já foi bastante comentada no capítulo 11. Após um grande incremento nas décadas de 70 e 80, foi duramente atingida pela reengenharia das empresas na década de 90.

De qualquer forma, o fato de quase toda empresa média ou grande dispor de grêmio ou associação de empregados, às vezes mesmo de clube ou colônia de férias, torna a recreação industrial importante segmento de contratação de pessoal para animação e monitoria de atividades.

Recreação escolar

A escola, sobretudo a privada, vem se firmando como um dos maiores mercados de trabalho para os animadores, tanto individualmente como organizados em empresas de prestação de serviços.

A existência de instalações recreativas ociosas, por falta de uma programação que as anime adequadamente, e a necessidade de programações internas e externas tornam a recreação escolar um importante segmento captador de mão de obra.

Infelizmente, sob este ponto de vista, o mercado ainda está imaturo, não havendo, nem da parte dos demandantes, nem dos eventuais agentes da oferta, sinalização clara de procedimentos

para as negociações. Os esforços pioneiros de algumas escolas e de algumas empresas de animadores mostram, contudo, que vale a pena insistir na elaboração de produtos adequados e na sua formalização.

Recreação turístico-hoteleira

Os hotéis de lazer já constituem hoje um importante segmento da procura de mão de obra para recreação com os hóspedes, principalmente crianças e adolescentes, e a tendência de crescimento do setor é evidente.

A maior demanda de mão de obra ocorre nas férias e feriados prolongados, criando uma ocupação sazonal, nem sempre bem remunerada. Apenas recentemente, os hotéis de lazer se deram conta da importância do setor. À medida que a percepção da importância da animação como instrumento de *marketing* dos hotéis for se firmando, é de se esperar a oferta de ocupações fixas e mais bem remuneradas.

O aumento da demanda deve ocorrer também nos hotéis de negócios, bem como nas empresas especializadas em organização de feiras, convenções e congressos, que necessitam de pessoal para organização de eventos paralelos para os participantes, cônjuges e filhos.

Recreação ecológica

Sob certo ponto de vista, a recreação ecológica ou ambiental é apenas um capítulo da recreação turística. Contudo, a produção, operação e venda das viagens, bem como o transporte e a hospedagem ganham uma fisionomia particular, diferente do turismo convencional, ao procurarem de algum modo assimilar as novas expectativas nascentes de contato mais intenso com a natureza.

O chamado *ecoturismo*, como subproduto do turismo, tem, assim, as mesmas tarefas necessárias em qualquer viagem, mas com uma filosofia diferenciada: organização de circuitos ou pacotes

nos quais a aventura (trilhas e viagens desconfortáveis substituindo o conforto de aviões, ônibus ou trens; acampamentos a céu aberto ou em cabanas rústicas em lugar de hotéis classificados) é mais importante do que o conforto e a segurança.

Do ponto de vista da mão de obra, conferiu novo sentido profissional para o guia turístico. No ecoturismo, os guias são autênticos animadores da vida junto à natureza e mais indispensáveis para o êxito da viagem do que os que atuam no turismo convencional.

Recreação hospitalar

Até mesmo os hospitais (quem diria?) percebem que não só os doentes os frequentam. Muitos estão ali apenas para visitar os pacientes, mas são obrigados a suportar a atmosfera nada lúdica que presidiu à sua arquitetura e que somente agora vem sendo questionada.

Igualmente, entre os doentes nem todos são vítimas de males que os impeçam de praticar outras atividades lúdicas, além de ver tevê, que, infelizmente, não constam da rotina hospitalar.

E, mesmo entre os doentes com tratamentos dolorosos, muitos gostariam de se beneficiar de uma atmosfera mais agradável, bem como de práticas lúdicas. Sobretudo as crianças. Os Doutores da Alegria, grupo pioneiro que visita e anima as alas infantis dos hospitais, já contam hoje com um grande número de seguidores.

De forma quase anônima e com pouca divulgação, muitos hospitais vêm criando espaços e atividades lúdicas de olho nos três segmentos de público mencionados.

Posto de gasolina: de lugar de passagem ao espaço de lazer

Os postos de gasolina localizado entre as várias avenidas que cortam a cidade de Manaus se tornando uma referência como espaço de lazer e encontro. Jovens de diferentes regiões da cidade

não só elegeram o local como ponto de encontro como ali podem permanecer durante toda a noite.

Para alguns usuários e frequentadores noturnos do bairro, o posto pode ser apenas um local de passagem: para abastecer o veículo, comprar bebidas, cigarros, comer um sanduíche ou encontrar os amigos – e, daí, emendar uma cervejinha, enquanto se decide sobre o destino que se tomará na noite (ir a um bar, a uma casa noturna etc.). Esse tipo de trânsito de pessoas tem como característica primeira a rapidez e a fugacidade e é mais intenso no horário que antecede a abertura dos estabelecimentos noturnos da região (entre as 22h e a meia-noite), bem como no horário que marca o fim da balada (por volta das 4 ou 5h da madrugada. Porém, para um número significativo de frequentadores, o posto se transforma na própria balada – subvertendo a máxima do “local de passagem”, válida geralmente para postos de gasolina, e fazendo desse um local de permanência. Dependendo do dia e do horário, é possível encontrar um verdadeiro mar de jovens ocupando o espaço. Estes, ao invés de optar por uma casa noturna fechada e cuja entrada é paga, fazem do posto a própria balada.

Seu entorno é conhecido como palco de rachas entre carros, prática que, inclusive, passou a atrair a atenção da mídia para o local, tornando-se foco de reportagens e matérias de jornais e revistas. Como consequência dessa visibilidade, as mediações transformaram-se em alvo de policiamento intenso; com recorrentes “batidas policiais”.

Além do intenso movimento na rua, o espaço do posto costuma ser quase inteiramente preenchido por pessoas, em sua maioria jovens, que ficam em pé ao longo da calçada, com os olhos fixos no movimento da avenida – observando os carros e também seus passageiros – conversando e comentando sobre todos os detalhes que compõem a “cena”, sejam eles sonoros ou visuais, sobre os “enfeites” nos veículos ou os cabelos loiros da moça que passa. A ilha central de concreto que separa os dois lados da avenida também

é ocupada por alguns jovens, do mesmo modo como a calçada do lado oposto ao estabelecimento. O posicionamento das pessoas ao longo do posto e nas calçadas próximas é estratégico para observar tanto os frequentadores da região que estão a caminho das baladas como os carros e motos queimando seus pneus, acelerando ou exibindo sua carroceria modificada. Uma rápida olhadela para os pequenos semicírculos de pessoas que se formam na “plateia”, instantaneamente constituída na calçada do posto, permite identificar que a maioria das conversas tem como centro exatamente o que está ocorrendo na avenida, transformando esta última em uma atraente e brilhante (por vezes ofuscante) vitrine de acontecimentos. O local em frente ao posto é justamente onde está localizado um aglomerado de pessoas, dessa forma, há passagem de pessoas cuja função acaba sendo a de facilitar o vai-e-vem dos carros na avenida e, portanto, o desenrolar desse cotidiano que, quase como uma novela, é assistido atentamente por aqueles que ocupam seu espaço no posto.

Aqueles que chegam ao local de moto costumam se subdividir: alguns estacionam no próprio posto, outros se instalam do outro lado da avenida, sem que o posto saia do campo de visão. Formando uma fila de motocicletas que invade a pista direita da avenida, os motoqueiros costumam se posicionar em pé na calçada, ou mesmo no começo da pista. Já os que dirigem carros podem ficar circulando com o automóvel no entorno, entrando e saindo do estabelecimento, ou também ficar estacionados no próprio posto, mantendo-se do lado de fora do carro e tomando alguma bebida. Entretanto, o dado que logo chama a atenção no cenário é que ambos os tipos de veículos são equipados minuciosamente: de certo modo, são produzidos e arquitetados para a exibição. Alguns acessórios são comuns nos carros, que se apresentam preparados para um desfile no posto e até para a ameaça de um “racha” na avenida: o aerofólio, a chamada “saia”, o rebaixamento das rodas, luzes de néon em lugares estratégicos como o painel ou por toda a

parte inferior do carro, vidros com insulfilme mais escuro do que o permitido por lei, rodas cromadas e brilhantes, adesivos grandes que cobrem e enfeitam toda a lateral do carro, ou mesmo pequenos que servem, inclusive, para demarcar pertencimento a um grupo específico, e som devidamente potente para alcançar os ouvidos dos espectadores. Até mesmo as motocicletas podem apresentar ornamentos diferentes, como adesivos e luzes néon.

Além dos grupos devidamente motorizados, alguns jovens chegam de bicicleta, muitas delas equipadas, e outros aparecem a pé – os dois meios de locomoção são característicos de jovens que ainda não podem dirigir nenhum veículo motorizado. No entanto, eles não deixam de marcar presença no local – inclusive com acrobacias, no caso dos *bikers*. Muitos rapazes com vestimenta que segue um estilo mais “despojado”, como boné e camisa colorida ou calça jeans e blusa básica, compõem o cenário revelador de encontros planejados ou esperados entre pessoas que se conhecem, se reconhecem e se relacionam postadas umas próximas às outras e (sempre) de frente para a avenida.

Uma rápida observação evidencia como o posicionamento desses jovens, entre a calçada e a avenida, ocorre de uma forma que facilita a visualização dos carros e motocicletas que passam cantando pneus, acelerando forte ou mesmo tocando som alto. Acelerar o carro ou cantar o pneu não é considerado “barulho” ou “poluição sonora” dentre os que ali permanecem à noite; ao contrário, faz parte de um som apreciado e esperado pelos frequentadores.

Mais do que isso, ouvir ou fazer esse tipo de “barulho” indica que a “balada” está efetivamente “bombando”. Não é incomum, portanto, que os motoristas dos automóveis saiam do posto ou passem por ele pisando no acelerador e, por vezes, até queimando um pouco a borracha do pneu, fazendo fumaça e deixando sua marca no asfalto.

Entre os frequentadores assíduos do local, há um grupo que se autodenomina Máfia do Posto. O nome do grupo foi escolhido

recentemente por jovens que já frequentavam havia algum tempo o posto e resolveram oficializar uma certa posse ou apropriação do local. Os integrantes elegeram o posto de gasolina como ponto de encontro e de lazer da turma, formada por pessoas que geralmente deslocam-se de suas casas de quarta-feira a domingo para marcar presença no local. Metade delas se conheceu no próprio posto. A outra parte possuía vínculos anteriores de amizade e começou a frequentar o lugar conjuntamente. Habitualmente, a Máfia do Posto chega quando o posto ainda está vazio, por volta das 21h30 ou 22h, estaciona seus carros, garantindo a vaga, cumprimenta os funcionários do local e começa a circular e conversar. De certo modo demarca o território por meio da demonstração do conhecimento local, pela forma de transitar pelo espaço e de se posicionar.

Todos os integrantes do grupo, a maioria rapazes, possuem um gosto em comum: adoram automóveis modificados. Esse gosto específico aparece traduzido nos automóveis desses jovens, em praticamente todas as conversas, nos locais frequentados (no caso, o posto, feiras de carros e eventos com carros modificados), no consumo de revistas voltadas para o assunto e até na preferência cinematográfica. Todos já assistiram mais de uma vez ao longa-metragem tipicamente hollywoodiano *Velozes e furiosos*, que aborda justamente o cenário dos “rachas” e carros transformados, além de tratar das relações afetivas que giram em torno dessa prática marcando, inclusive, sessões coletivas para poderem comentar enquanto assistem. Os componentes da Máfia do Posto são adeptos e admiradores da prática conhecida como *tuning*: termo que identifica justamente a já citada transformação interna (motor mais potente, válvulas diferentes, escapamento, turbinas etc.) e externa do carro (saia, néon, rebaixamento, vidros escuros etc.). A expressão *tuning*, do verbo inglês *to tune*, significa sintonização, harmonização e é usada para indicar que o carro está “afinado” com seu proprietário, portanto, foi personalizado.

De acordo com a explicação dos rapazes, há uma subdivisão entre os carros: existem os “tunados”, expressão nativa aporuguesada, que indica aqueles que sofreram mudanças internas e externas. Isto é, não apenas costumam ser mais potentes, como visualmente foram ornamentados pelo dono. Já os chamados “transformados” sofreram apenas modificações relacionadas ao motor. Todos, “tunados” ou apenas “transformados”, possuem vidros com insulfilme e, como já foi dito, na maioria dos casos mais escuros do que a gradação de cor permitida por lei. Geralmente, os carros “transformados” estão sempre em maior número que os “tunados”. Apesar de esses últimos serem muito admirados por todos os frequentadores – afinal, é o modo como cada um consegue personalizar ao extremo seu carro a fim de exibi-lo aos outros –, dois fatores concorrem para sua menor presença: a visibilidade, literalmente “na lata”, que pode atrair a polícia, e o custo dessas modificações – muitos são admiradores, porém nem todos podem investir tanto dinheiro na prática. As transformações de carros somente são aceitas legalmente em shows, feiras, festas e eventos específicos, ditos “oficiais”, ou seja, aqueles que têm apoio da iniciativa privada ou de outras instituições. Já no dia a dia, a polícia reprime certos tipos de modificação por afetarem a segurança do motorista e, por vezes, tornarem o veículo irreconhecível, impedindo a verificação da documentação original do carro. Assim, se por um lado é motivo de *status* (admiração, reconhecimento) desfilarem no ambiente do posto com um carro equipado e modificado externamente, por outro, pode ser um risco – e se há coragem nessa atitude há também o possível “vacilo” ou “pala”: do mesmo jeito que se é admirado, pode-se perder créditos com aqueles que também pertencem ao grupo dos seguidores da prática do *tuning* caso o carro acabe sendo apreendido pelo fato de o fulano ter “marcado bobeira”.

O local de encontro e permanência dos integrantes da Máfia é o posto, porém eles podem sair e voltar para lá durante uma mesma noite se já tiverem rachas marcados ou souberem que algum racha

vai ocorrer. Isso porque, apesar do alarde feito pela mídia jornalística, os rachas que efetivamente são chamados como tais pelos frequentadores não ocorrem na frente do posto, mas, geralmente, nas marginais. O posto é o lugar para mostrar o carro, dar aceleradas, pequenas arrancadas e até desafiar alguém para uma corrida. Porém, é também o local em que o carro, em muitos momentos, fica estacionado ou, na expressão dos integrantes do grupo, “dorme”. Nesses momentos, o jeito é “esquentar os motores” de outras maneiras: bebendo, paquerando e observando a avenida.

A exibição de carros constitui um dos chamarizes para o grande público fiel que, pelo menos em algum dia da semana, comparece ao posto de gasolina, enchendo o estabelecimento e às vezes até penetrando em um trecho da avenida. O encontro com pares e com um cenário apreciado motiva os frequentadores, que permanecem no local quase até o fim da madrugada. Apesar das barraquinhas improvisadas que vendem bebidas e dos isopores de cerveja, muitos jovens levam as próprias bebidas – geralmente uma garrafa de destilado e uma de refrigerante que são misturados no momento da “balada”: não é estranho ver jovens passando com garrafas de refrigerante de dois litros ou mesmo galões de água com conteúdo alcoólico.

Também chama a atenção no cenário a grande fila de carros que invariavelmente se forma na entrada do posto. Explicação para isso: existe um sistema de controle de tempo para as vagas de estacionamento no entorno da loja de conveniência e da lanchonete já citada. Por conta da gratuidade do estacionamento e do intenso movimento, a circulação de carros no perímetro interior do posto passou a ser controlada por dois seguranças, contratados pelos proprietários do estabelecimento. Dessa forma, no período noturno o posto é cercado por cones e correntes, permanecendo apenas um local de entrada e um de saída na área que contorna as bombas de gasolina, onde estão localizadas as vagas para estacionar. Quem entra apenas para abastecer o veículo (automóvel, motocicleta etc.)

ou mesmo para calibrar o pneu da bicicleta, por exemplo, não tem acesso às vagas do estacionamento que, justamente, estão separadas por correntes e cones – não é incomum que alguns dos carros modificados, que não pretendem estacionar e permanecer parados no posto, entrem na área das bombas de combustível apenas para dar uma volta, exibir o carro, acelerar e sair de novo do estabelecimento, sem chegar a abastecer o automóvel. Enquanto um dos seguranças contratados circula pelo posto (ambos são policiais que trabalham como seguranças particulares nas horas vagas), o outro fica em uma entrada improvisada controlando os carros – anota numa ficha a placa do carro, a cor e modelo – e o tempo que falta para liberar uma vaga. Os seguranças vestem roupas comuns – e não o habitual terno preto com gravata, como é o caso dos seguranças das casas noturnas da região – misturando-se com os jovens que estão espalhados pelo posto. Isso facilita sua circulação, bem como o controle dos carros que entram e saem das vagas. Apesar de possuir uma certa flexibilidade, o funcionamento costuma ser o seguinte: cada carro só pode permanecer em uma vaga do posto por trinta minutos; após esse período deve ceder a vaga a outro, fazendo com que haja alta rotatividade de carros no local. Essas regras de “trânsito” começaram a entrar em vigor quando os funcionários perceberam que muitas pessoas largavam gratuitamente o carro no posto e se dirigiam para outros locais, retornando apenas no fim da noite – esse sistema de controle de vagas tenta impedir justamente esse tipo de uso do espaço.

Mas o dado interessante e significativo dessa fila – que às vezes chega a invadir um trecho da avenida – aparece na tranquilidade com que esse período de espera por uma vaga é experimentado pelos frequentadores. Demonstrando já conhecer o sistema, os automóveis ficam desligados, alguns motoristas aguardam dentro do carro namorando, enquanto outros ficam do lado de fora tomando cerveja e conversando – apenas voltam ao carro quando a fila anda: então, manobram o automóvel para a frente e, ainda na fila de espera, descem

novamente e continuam o papo. Como a balada do posto se estende pelo perímetro do estabelecimento e arredores, o divertimento e o lazer alcançam a própria fila de carros que esperam por uma vaga. Pode, inclusive, acontecer de uma pessoa sair do posto com o carro e, depois de um tempo, voltar para a fila – afinal, esta também constitui uma etapa da balada. Além disso, a sequência de automóveis também é um excelente momento para os motoristas exibirem seus carros e até se compararem uns com os outros, sendo o tempo de espera propício para os que estão no posto observarem ou admirarem as “máquinas” e, claro, os respectivos passageiros.

De maneira geral, a sociabilidade dos frequentadores que permanecem a noite inteira no posto se desenrola a partir da lógica do pedaço: jovens que estabeleceram uma rede específica de relações pautada em um gosto e prática comuns, em valores compartilhados e hábitos de consumo próximos. Esses jovens se encontram diariamente ou semanalmente, conversam e se observam de modo a criar ou reforçar laços de entendimento, confiança, fraternidade, cumplicidade e/ou respeito. Um exemplo desse tipo de pacto simbólico, que de certo modo une e identifica os frequentadores, mesmo aqueles que nunca conversaram, é a convenção de fazer silêncio no momento em que a polícia aparece. Ninguém delata ninguém. Se houver um delator, a probabilidade de ele ser automaticamente excluído do convívio (ao menos simbolicamente) é grande. Ignorado, desprezado ou mesmo sujeito a retaliações, terá o bom-senso de não aparecer mais na região.

Como em qualquer pedaço, algumas normas e etiquetas constituem a sociabilidade específica do local, estendendo-se à própria experimentação e à atualização das relações. O grupo Máfia do Posto parece ser um pedaço do pedaço, ou seja, uma formação com algumas regras próprias que, no interior do pedaço maior, correspondente ao posto, incorpora e reproduz a lógica geral, porém possui algumas características e formas de conduta investidas de autonomia em relação às outras pessoas ou grupos que frequentam o posto. Os rapazes do grupo, inclusive, parecem ter sentido a necessidade de se autodenominar como forma de

reforçar a diferença em relação aos outros frequentadores. O grupo também criou um *blog* exclusivo no qual os integrantes explicitam suas preferências e podem se comunicar por meio de mensagens postadas.

A “posse” do local, ou pelo menos a demarcação de território, torna-se evidente por meio de alguns privilégios e conhecimentos que os integrantes da “Máfia” acabaram adquirindo dada a constante presença no posto. Um exemplo disso é a ausência de controle do tempo de permanência para os carros de pessoas do grupo. Em outras palavras, eles estão autorizados a burlar o sistema de tempo de estacionamento. Os integrantes da Máfia do Posto, que já conhecem bem os seguranças e demais funcionários do local e para os quais a principal balada acontece no próprio posto, têm o privilégio de ficar nas vagas por tempo indeterminado. Chegam cedo para garantir as vagas, porém não precisam se preocupar com o horário. Muitas vezes, inclusive, colocam os carros atravessados para guardar vagas para o resto do grupo que chegará depois prática que, com certeza, não seria aceita caso a pessoa fosse “de fora”. Se tais privilégios de estacionamento algumas vezes se estendem para outros integrantes do “pedaço geral” do posto (já que os frequentadores assíduos não correspondem apenas aos integrantes da Máfia), diversos elementos indicam que somente os “mafiosos” utilizam sem problemas um trecho do posto que está desativado. Tal espaço é utilizado em duas situações: quando o posto está muito lotado e são necessárias mais vagas para os amigos da Máfia, e quando há uma batida policial, sendo necessário que algum carro saia sem ser visto. Como somente o convívio pode ensinar, quem não é do pedaço não conhece os códigos e as maneiras de se portar e, portanto, pode cometer grandes gafes ou até irritar as pessoas. Há algum tempo, um garoto “de fora” utilizou essa “saída de emergência” do grupo, porém o fez de modo considerado errado e ultrajante pelos integrantes da Máfia. O garoto “atravessou” um dos jovens da Máfia (tentando fugir, passou com seu carro na frente do outro carro sem pedir licença, ou melhor, sem deixar

que o jovem da Máfia passasse com seu carro primeiro), desrespeitando um código local e uma hierarquia. Resultado: tornou-se malvisto pelo grupo e deixou de ser bem-vindo.

Como em outros espaços, a sociabilidade no posto depende do conhecimento e respeito a certas regras de conduta – que não estão escritas, são altamente dinâmicas e, sobretudo, permitem a convivência, entendimento, identificação e cumplicidade. Transformado em lugar de permanência e apropriado pelos jovens para outros fins, esse posto de gasolina revela formas interessantes de sociabilidade e recoloca na pauta do dia práticas como a modificação de automóveis e os rachas – assuntos que, na memória de muitos manausas, seriam característicos de um tempo passado e de um *point* um tanto ultrapassado: vale notar que os que optam pelo lazer nas casas noturnas dificilmente fazem uso do posto como espaço de permanência. Diferentemente dos jovens integrantes da Máfia do Posto, aqueles o utilizam apenas como local de passagem – abastecimento, compra de cigarros, bebidas e como ponto de encontro de amigos com a intenção de rumarem juntos a outro local –, sendo que entre alguns desses usuários passageiros há um nítido preconceito em relação a outros usos do posto que não esses. Nesses casos, a estada no posto é breve, e em nenhum momento o usuário passageiro faz deste a própria balada.

17. OS PROFISSIONAIS DO LAZER

O setor econômico do lazer e do entretenimento, que não para de inovar, trouxe à luz a importância de um profissional – até então raro no mercado – aqui mencionado sob a denominação genérica de *animador cultural*.

É evidente que tal setor da mão de obra somente tende a crescer. No entanto, dois fatores associados emperram no momento o

seu desenvolvimento: a falta de identidade profissional e a falta de formação profissional.

A difícil identidade profissional

Eles estão hoje por toda a parte, sob uma imensa profusão de formas e nomes. Como se assumem profissionalmente os animadores culturais? Que nomes dão a si mesmos os organizadores e animadores de festas, de encontros, os promotores de círculos de estudos e leituras, os organizadores de exposições, de cursos ligados a todo gênero de interesse, de torneios, gincanas e campeonatos, de passeios, de excursões, de acampamentos etc.? Monitor, recriador, agente cultural, orientador social, gentil organizador ou, na sua expressão mais elaborada, curador, *promoter*, programador cultural, agitador cultural, professor (não escolar) e até mesmo, às vezes, a própria designação de animador cultural.

A primeira dificuldade vem da coexistência de profissionais que se dedicam à chamada “alta cultura” e aqueles que se ocupam do simples entretenimento das pessoas. E uma dificuldade inesperada, já que um docente de universidade não se incomoda de repartir com o docente da pré-escola o mesmo título de “professor”. E, na própria área de entretenimento, um grande colunista não se incomoda de dividir o título de “jornalista” com um repórter de exposições de cães de um pequeno jornal. Já na área da animação, a ala erudita parece querer ser a única a ostentar o pomposo título de “cultura”.

Um organizador de exposições se horroriza ao ser identificado profissionalmente com um organizador de festas; da mesma forma, um organizador escolar de teatro quando comparado ao professor de educação física que lidera um grupo de alunos que vai competir esportivamente; e um organizador de coral quando equiparado a um organizador de gincana.

De resto, alguns desses profissionais conseguiram com justiça uma reputação elevada e são associados aos intelectuais, como os

promoters, os curadores de exposições, e nada têm a ganhar com sua identificação com aqueles que eles consideram meros promotores de feiras de livros em escolas.

Como se isso não bastasse, sobre o lazer e a diversão ainda pesa a suspeita da facilidade. Se todos querem de algum modo se divertir, qual seria o mistério de trabalhar para que as pessoas se divirtam? Que segredo há em organizar uma festa? É necessária uma profissão (e uma formação profissional) para fazer algo tão simples?

Tanto órgãos públicos como clubes, aliás, cuidam de separar assepticamente os departamentos de cultura e lazer. O sociólogo brasileiro Nelson Marcellino, assessorando prefeituras na área, já notou que todas as atividades que requerem investimento em organização são chamadas de culturais. O que é banal, informal, é chamado de lazer.

Esse preconceito ainda se engata em outro, que associa as profissões ligadas ao lazer a uma simples evolução do setor doméstico. Assim, na hotelaria, as profissões de cozinheiro, *maitre*, garçom são assentadas sobre os antigos serviços domésticos de cozinha, mordomia e copa. No turismo, o conselheiro de viagem é uma evolução do antigo guia. E, da mesma forma, o animador cultural é uma extensão e uma evolução dos antigos postos de babá e tutor.

Essa comparação não agrada a muitos animadores, mas é importante dar-se conta dela para entender a dificuldade de identidade profissional.

Por mais que se tenha consciência de que não existem profissionais natos, continua bastante difundida a ideia de que o animador já vem pronto, pouco tendo a aprender teoricamente, a não ser a logística, a ordenação das etapas e dos recursos do trabalho, que varia de empreendedor a empreendedor e muda constantemente.

Trata-se de conceitos e valores que deverão ser vencidos com o tempo, certamente. Queira-se ou não, contudo, eles são responsáveis pela atual falta de identidade profissional, problema ao qual

associa-se um outro, intimamente ligado: o da precariedade das formas e dos instrumentos de formação profissional.

A difícil formação

Pode-se até pensar, de início, que o exercício profissional em uma nova área não implique grandes dificuldades. Seria uma questão de jeito, segundo alguns.

Algumas capacidades e habilidades do animador são óbvias e já são atendidas pelo sistema de formação profissional. É o caso de profissionais capazes de ministrar cursos voltados para aquisição de habilidades físicas (esporte, ginástica) ou de promover excursões e brincadeiras, já formados pelas escolas de educação física e turismo; ou para aquisição de habilidades artísticas (música, dança, pintura, desenho, fotografia etc.), já formados por cursos universitários e avulsos de iniciação artística; ou, ainda, de profissionais voltados para o trabalho com o público, que, em diferentes perspectivas de ação, formam-se em serviço social ou relações públicas.

Outras habilidades, de necessidade também óbvia, ao contrário, não têm espaço no mercado de formação profissional. Alguns exemplos: a organização de exposições, que requer do profissional ao mesmo tempo competência artística e pedagógica; a habilidade para desenvolver atividades com públicos especiais, como idosos, deficientes etc., para as quais se exigem estratégias específicas de abordagem, além de conhecimento técnico das aspirações culturais e das peculiaridades de participação desses públicos.

Há outras habilidades, contudo, que nada têm de óbvias e cuja relativa lacuna no mercado de formação profissional constitui um problema para o desenvolvimento do setor. Aqui já não se fala da capacidade de realizar atividades isoladas e sim de articular e integrar atividades às vezes voltadas para diferentes públicos de variados interesses culturais. Um evento sobre determinado tema pode e deve concretizar-se sob formas diversificadas, como uma atividade

física, uma exposição, um seminário e, ainda, uma festa. Isso faz parte da boa pedagogia da animação, como se verá mais adiante.

Aparentemente, o desafio é de pouca monta, o que leva muitos dirigentes de instituições culturais a imaginarem que, com alguma sensibilidade e inteligência, qualquer profissional pode se sair bem. Alguns profissionais improvisados conseguem sucesso, o que ofusca os resultados medíocres obtidos na maioria das vezes, em que o nexo entre as atividades é fraco e a participação do público, tímida.

Há várias causas para esse desinteresse na formação do animador, que vêm tanto dos eventuais empregadores como dos próprios profissionais.

A consciência sobre a importância do lazer, como área específica do planejamento urbano, é muito recente. Cristalizou-se no debate da Constituinte, entre 1986 e 1988. Assim, embora a grande maioria da população já se dê conta da existência da atividade, poucos sabem da necessidade de uma instância de formação.

Essa própria instância de formação profissional, por seu lado, ainda tateia no conhecimento real do mercado que se abriu e não amadureceu devidamente os programas. Muitos animadores bem-sucedidos ainda descreem da necessidade de uma formação sistemática, uma vez que eles formaram-se empiricamente na ação. “Aquilo que se crê saber ofusca o que se deveria saber”, eis uma máxima do já citado filósofo francês Gaston Bachelard que se encaixa admiravelmente na situação.

Assim, a maior parte desses profissionais formou-se empiricamente, na prática do dia a dia. Entraram no ramo da animação por terem um interesse em lidar com pessoas e uma aptidão para o metiê, sentida até pelos familiares e amigos.

As opções de formação

Aos poucos, as faculdades de educação física, de comunicações, de turismo, de educação artística, de pedagogia, de serviço

social vêm fornecendo estagiários e profissionais para a área. Mas o currículo dessas escolas sobre os temas do lazer, da animação, do entretenimento ainda é pequeno, embora venha sendo incrementado.

O esforço por uma formação específica teve início somente nos últimos anos. Graças ao esforço do Senac, a profissão de animador cultural e recreativo já foi chancelada pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo, e suas unidades já começam a promover cursos técnicos na área.

As primeiras iniciativas são mais antigas, tendo começado na pós-graduação, com várias faculdades e universidades já promovendo cursos na área; Unicamp, Universidade Estadual de Londrina, Universidade de Sorocaba, Universidade Federal de Brasília, de Belo Horizonte, de Porto Alegre, Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

O perfil profissional

Não obstante a aparente variedade de objetos e formas de ação, há alguns traços comuns a todos esses profissionais que lhes permitem a designação genérica aqui proposta de *animador cultural*. Todos eles lidam *diretamente* com gente (sobretudo com grupos), diferentemente de outros profissionais do entretenimento, espalhados nas mais diferentes mídias (tevê, rádio, jornais, revistas, publicidade, cinema etc.), cujo contato com os clientes é intermediado por um meio de comunicação.

São obrigados a traduzir a cultura elaborada em atividades capazes de atrair e de mobilizar pessoas, sob a forma de programações fixas, regulares, ou de eventos, sem outro recurso senão a sua capacidade de sintonizar com o gosto do público. Promover algo sem nenhum retorno de público é o grande temor profissional do animador.

Em resumo: devem gostar de gente e de cultura. Se gostarem de gente e não de cultura, podem se sair melhor em outras formas

de trabalho social, como a assistência social, a política partidária, as associações religiosas ou filantrópicas. Se apenas gostarem de cultura, podem ser produtores culturais (artistas, esportistas, cientistas, artesãos etc.). Mas, para serem animadores, devem ter o *terafeeling*, a intuição da ludicidade e a capacidade de dotar as programações dessa característica.

Entre os mais bem-dotados – e são muitos – estão desde aqueles que investem na reprodução quase industrial do que criam (caso dos mais bem-sucedidos financeiramente) até os que buscam inovar, criar novos modelos de práticas, elevar constantemente seu padrão, inclusive educativo. Por meio da ação desses últimos, a animação cultural assume, na sua plenitude, o estatuto de educação não formal.

Esses profissionais devem ter as seguintes características:

- uma polivalência cultural, ou seja, um conhecimento pelo menos elementar dos diferentes campos da ação cultural e das diferentes técnicas de trabalho; mesmo os animadores especializados numa determinada prática cultural (ginástica, dança, música, cinema etc.) necessitam dessa polivalência;
- conhecimento sobre as peculiaridades de participação dos diferentes públicos, do ponto de vista do sexo, da faixa etária, da classe socioeconômica ou sociocultural;
- capacidade para montar e coordenar equipes com profissionais de variada formação e origem;
- conhecimentos sobre formatação financeira de projetos, sobre estudo de viabilidade econômico-financeira, sobre determinação de ponto de equilíbrio financeiro de projetos;
- consciência das sutilezas do espaço físico e das diferentes respostas que podem provocar em diferentes públicos;
- informação sobre tipos e formas de abordagem de outras instituições públicas e privadas que possam associar-se à programação.

A par desses conhecimentos, exige-se do profissional uma consciência democrática que o leve a buscar – e a gostar de buscar – círculos cada vez mais amplos de aficionados da cultura em geral.

Além dessas habilidades possíveis de serem adquiridas em cursos e estágios de formação, há um certo perfil de base que vem da história de vida de cada um e que pode ser decifrado pela análise de animadores bem-sucedidos.

A literatura norte-americana e a francesa estão repletas de estudos sobre esse perfil, ainda que frequentemente descambem para o exagero, requerendo do profissional sensibilidade cultural e capacidade de liderança somente exigíveis de estadistas, além de induzirem a equívocos em relação a determinados aspectos do perfil do animador. Por exemplo: ele deve ser extrovertido? Aparentemente, sim. Uma certa caricatura do animador, confundida com o animador de auditório, induz a esse equívoco. Na realidade, anos de prática e observação de profissionais da animação conduziram a uma outra “regra”: pouco importa se ele é extrovertido ou introvertido, do tipo brincalhão ou mais tímido; se extrovertido, não pode e não deve ser evasivo; se introvertido ou tímido, não pode ser inseguro.

Na realidade, os animadores mais perdem em eficiência profissional, podendo mesmo ser nocivos, se forem incapazes de respeitar o universo pessoal de cada cliente e seu eventual desinteresse em participar da atividade que ele propõe. Essa deficiência é facilmente observável sobretudo em hotéis de lazer, quando os animadores às vezes constroem mais do que estimulam o cliente a participar de uma gincana ou de um passeio. Da mesma forma, um animador mais sisudo ou tímido também se revela ineficiente se não conseguir transmitir ao cliente firmeza nas suas propostas.

O trabalho da animação é, sem dúvida, atraente, pois é sempre renovado e diferente. Com as rotinas reduzidas ao mínimo, o profissional tem contato direto com pessoas, em situações des-

contraídas e, muitas vezes, ao ar livre. Em contrapartida, a jornada de trabalho desenvolve-se na contramão das demais profissões: trabalha-se quando a população descansa, em fins de semana, feriados e épocas de férias escolares, o que não raro traz problemas para os casados.

REFERÊNCIAS

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1982.

CAILLOIS, Roger. *Os jogos e os homens*. Lisboa: Cotovia, 1980.

CAMARGO, Luiz O. de Lima. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COX, Harvey. *A festa dos foliões*. Petrópolis: Vozes, 1974.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. *A psicologia da felicidade*. São Paulo: Saraiva, 1992.

DUMAZEDIER, Joffre. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: StudioNobel, 1995.

_____. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *Teoria sociológica da decisão*. São Paulo: Sesc/Celazer, 1978.

_____. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: Sesc, 1980.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FRIEDMAN, Georges. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

HILLMAN, James. *A cidade e a alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Conflitos no lar e na escola*. Petrópolis: Vozes, 1961.
- MAFFESOLI, Michel. *A sombra de Dioniso*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- _____. *O conhecimento comum*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MAGNANI, José G. Cantor. *A festa no pedaço*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e humanização*. Campinas: Papirus, 1988.
- _____. *Pedagogia da animação*. Campinas: Papirus, 1990.
- MOLTMAN, Jurgen. *Deus na criação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. *Le seigneur de la danse*. Paris: Le Cerfmeame, 1977.
- MOTA, Vanderlan Santos. *Espaços Públicos de Lazer em Manaus: O Papel das Políticas Públicas*. Manaus: Editora Valer, 2008.
- RIESMAN, David. *A multidão solitária*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ROSAMILHA, Nelson. *Psicologia do jogo e aprendizagem infantil*. São Paulo: Pioneira, 1979.
- SELYE, Hans. *O stress da vida*. São Paulo: Ibrasa, 1965.
- VEBLEN, Thornstein B. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- YUTANG, Lin. *A importância de viver*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.



GRÁFICA
MODERNA
QUALIDADE • TECNOLOGIA • COMPROMISSO

ESTE LIVRO FOI IMPRESSO EM MANAUS PELA **Gráfica**
Moderna – O MIOLO E CAPA – FORAM FEITOS PELA
CULTURA EDIÇÕES GOVERNO DO ESTADO

Na escola, o lúdico, o espontâneo,
acaba sufocado pelas artificialidades
– o lugar na classe é determinado pela
sua altura ou qualquer outro critério
artificial, e não pelas afinidades
pessoais; a matéria a estudar é
determinada por uma grade curricular,
e não pela maturação da curiosidade. É
nesse sentido que o pedagogo brasileiro
Lauro de Oliveira Lima disse que o
único momento sadio da escola era o
do recreio, pois nesse momento resta-
belece-se a espontaneidade.

37180318454



Secretaria de
Estado de Cultura



TRABALHANDO PARA
CRIAR OPORTUNIDADES



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA